

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA (UnB)
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (IRel)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
MESTRADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

ANA CAROLINA MELOS DE SOUSA

**A FORMAÇÃO DO ESTADO NACIONAL EM ÁFRICA E A RETÓRICA DA
ETNICIDADE: UMA RELEITURA DA GUERRA CIVIL ANGOLANA**

BRASÍLIA

2019

ANA CAROLINA MELOS DE SOUSA

**A formação do Estado Nacional em África e a retórica da etnicidade:
uma releitura da Guerra Civil Angolana**

*National State formation in Africa and the rhetoric of ethnicity:
a reinterpretation on Angolan Civil War*

Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em
Relações Internacionais da Universidade de Brasília como
requisito parcial para obtenção do título de Mestra em
Relações Internacionais.

Área de concentração: História das Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva

Coorientador: Prof. Dr. Rodrigo Pires de Campos

Brasília

2019

ANA CAROLINA MELOS DE SOUSA

**A formação do Estado Nacional em África e a retórica da etnicidade:
uma releitura da Guerra Civil Angolana**

Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em
Relações Internacionais da Universidade de Brasília como
requisito parcial para obtenção do título de Mestra em
Relações Internacionais.

Área de concentração: História das Relações Internacionais

Orientador: Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva

Coorientador: Prof. Dr. Rodrigo Pires de Campos

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. José Flávio Sombra Saraiva

Instituto de Relações Internacionais - Universidade de Brasília

Presidente - Orientador

Prof. Dr. José Octavio Serra Van-Dúnem

Faculdade de Direito - Universidade Agostinho Neto

Examinador

Prof^ª. D^ª. Sonia Maria Ranincheski

Faculdade de Ciências Econômicas - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Examinadora

Prof^ª. Dr^ª. Ana Flávia Barros Platiau

Instituto de Relações Internacionais - Universidade de Brasília

Examinadora Suplente

AGRADECIMENTOS

A educação brasileira vive tempos sombrios. São ameaças quase que diárias a tudo que foi construído a muito custo nos últimos anos. E mesmo sem ter sido agraciada por uma bolsa de estudos durante este período de Mestrado, eu não poderia iniciar esses agradecimentos sem mencionar minha enorme gratidão à República Federativa do Brasil por ter me proporcionado, mais uma vez, a oportunidade ímpar do ensino público de qualidade. Durante minha jornada, iniciada na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e que teve sua continuidade aqui na Universidade de Brasília, eu tive a honra de aprender não só Relações Internacionais, mas aprender a ser cidadã brasileira. Posso dizer, sem medo de excessos, que estas duas instituições são as grandes responsáveis pela pessoa que sou hoje, não apenas em termos acadêmicos, mas como cidadã consciente da realidade que me cerca.

Essa realidade me fez muito privilegiada. Afinal, fui a primeira da família a frequentar e me formar em uma universidade pública. Uma das poucas com diploma de ensino superior, praticamente a única a chegar ao Mestrado. E por esse privilégio, eu agradeço à minha mãe, Dona Maria Tereza, e a meu pai, seu Carlos Frederico, os grandes incentivadores e patrocinadores desta jornada que não foi fácil, mas muito gloriosa. Meus pais que jamais puderam realizar o sonho do diploma universitário, investiram em mim toda sua fé de um futuro melhor. Estiveram sempre ali, torcendo e me dando colo nas inúmeras vezes em que a maior vontade era largar tudo e sair correndo. Eu acho que nunca conseguirei expressar em palavras o quão grata sou a eles por tudo.

Este trabalho nasceu fruto de um emaranhado de curiosidades e interrogações que guardo comigo desde os tempos de Iniciação Científica, em 2014. Foram ideias que amadureceram junto comigo e se transformaram dentro de mim em algo tão importante que até hoje sou incapaz de explicar o que em Angola me admira tanto e me chama tanta atenção. A verdade é que esse país me encanta e me intriga quase que na mesma medida. Foi graças ao recurso que recebi da Fundação de Apoio à Pesquisa do Governo do Distrito Federal (FAPDF) que pude finalmente conhecer Angola de perto, ainda que apenas sua capital. Foram cerca de vinte dias desenvolvendo uma pesquisa de campo que me levou aos documentos históricos do acervo do Arquivo Histórico Nacional, à riquíssima bibliografia africanista da Biblioteca Nacional, e a pessoas incríveis, no meio acadêmico ou não, que me proporcionaram enxergar Angola de um jeito que eu jamais conseguiria sem essa oportunidade.

Mas em algum momento o tanto da força que me puxava para Angola me fez adoecer. Foram momentos muito difíceis o que eu passei presa à ideia de que jamais venceria entender um país tão complexo e que jamais conseguiria passar adiante a quantidade enorme de conhecimento que eu tinha aprendido nos últimos anos, em especial depois da viagem a Luanda. A depressão me derrubou e me fez duvidar de mim mesma como eu nunca tinha feito antes na vida. E falar de depressão no meio acadêmico é essencial hoje em dia. Eu não fui o único caso e, tenho certeza, não serei o último. Mas eu sempre tive a sorte de poder contar com pessoas incríveis a minha volta, além é claro, da dona Maria Tereza e do seu Carlos Frederico, apoios incansáveis.

Eu, com certeza, não teria concluído esta dissertação sem a rede de apoio que se formou, unindo Porto Alegre a Brasília e tornando essa distância muito menor do que a geografia tende a dizer. Eu preciso agradecer, portanto, ao meu orientador, José Flávio Sombra Saraiva, meu mentor e grande encorajador do meu trabalho desde quando começamos a trabalhar juntos, em junho de 2017. Ele, que foi uma das maiores razões que me levaram a UnB e ao IRel, ao aceitar me orientar neste Mestrado, realizou um dos meus maiores sonhos acadêmicos de trabalhar de perto com aquele que me inspirou a seguir na área dos estudos africanistas quando eu ainda era uma graduanda. Mas jamais poderia esquecer do meu coorientador, professor Rodrigo Pires de Campos, que contribuiu de perto com todos os passos desta dissertação, dialogando comigo e me trazendo inquietações que me fizeram pensar e repensar Angola mais vezes do que eu poderia imaginar.

Mas a minha rede foi mais além da orientação. E eu não poderia, assim, deixar de citar a professora Ana Flávia Barros, coordenadora da pós-graduação do nosso Instituto. Nas nossas conversas, que de nada tinham sobre Angola, ela me ensinou sobre a acadêmica que quero ser e sobre os desafios que enfrentamos todos os dias quando nos propomos a fazer ciência em um ambiente tão adverso quanto este em que nos encontramos agora. Ela foi também meu porto seguro (e talvez ela não saiba) quando a depressão me incapacitou de seguir adiante, principalmente no que dizia respeito aos trâmites burocráticos. E aqui, devo agradecer também às maravilhosas Carol e Vanessa que me ensinaram o passo a passo de ser mestranda no IRel, sempre com muita paciência e simpatia.

Agradeço aqui também à professora Sonia, que é minha maior mentora, desde os tempos da graduação. Foi ela que pegou na minha mão tantas vezes e me garantiu que tudo daria certo. Ela é indubitavelmente minha maior inspiração da professora que eu quero ser, não me canso de

dizer isso. E, claro, não poderia deixar de citar entre esses agradecimentos o Prof. José Octavio que me recebeu de braços abertos no Centro de Estudos Jurídico-Econômicos e Sociais (CEJES) da Universidade Agostinho Neto. Sem sua ajuda, eu provavelmente não teria acesso às pessoas e aos locais que foram os verdadeiros divisores de água da minha pesquisa. A ele, meu muito obrigada. É preciso também fazer um agradecimento póstumo ao Prof. Fernando Mourão que, em seus últimos dias de vida, me recebeu em seu sítio em Cotia (SP) e me deu a honra de uma conversa que, mais do que esclarecedora, foi determinante para os rumos que este trabalho tomou. O professor me abriu os olhos para questões que eu, no fundo de minha ignorância, jamais teria considerado não fosse seu discurso cuidadoso de quem ainda tinha muito que ensinar.

Por fim, nem só das correntes acadêmicas foi feito este Mestrado. E dentre as maravilhosas pessoas que me cercam e me incentivam a dar sempre o meu melhor, eu preciso fazer um agradecimento especial à Gabriela e à Patrícia, que são há anos minha fortaleza. Vocês me fazem mais forte todos os dias, dividem comigo suas felicidades e seus anseios e me permitem fazer o mesmo sempre que eu preciso. Eu não posso mensurar o quão importante vocês são para mim e quão necessário foi ter podido contar com vocês nesse processo longo e árduo. Agradeço também às minhas lindinhas pupilas da UnB Isabella, Thaís e Juliana, ao Daniel, meu apoio incondicional, que mesmo à distância, tornou de fato possível minha viagem a Luanda com todos os trâmites burocráticos que fez por mim, e à minha psicóloga Yluska de Matos, que me tirou do buraco profundo pra onde minha mente me levou. Enfim, palavras jamais serão suficientes para expressar toda a gratidão que eu sinto por vocês. Obrigada, obrigada e obrigada!

Nos últimos tempos, a palavra identidade corre através dos jornais, aparece com frequência nos comentários das rádios e da televisão. Assiste-se a conflitos, dramas sociais e crises, quase em todos os cantos do mundo. Até mesmo dentro dos Estados com longa história há crises, aparentemente provocadas pelas pequenas identidades que põem em causa das identidades maiores ou identidades nacionais que levaram séculos a serem construídas, sacrificaram gerações e fizeram glória sobre outros povos.

É caso para se perguntar se, afinal, esta obra de construção de uma identidade maior, a nacional, não será mero exercício que acabará por desmoronar de um momento para outro. Por outro lado, é caso para perguntar se esta grande batalha de construção da identidade nacional não poderia conhecer outros contornos, senão os do uso da força sobre as pequenas identidades como, habitualmente, acontece na história dos povos.

Cornélio Caley,

**Contribuição para o Pensamento Histórico e Sociológico
Angolano:
intervencões e reflexões (2017).**

Mais uma vez, às mulheres brasileiras de coração valente. Dentre elas, dona Maria Tereza, minha mãe.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a uma releitura da Guerra Civil Angolana no sentido de analisar o evento para além da variável étnica que aparece como argumento central na literatura ocidental. Pretende-se, a partir deste episódio, um dos mais marcantes da História contemporânea de Angola, elucidar a existência de uma retórica negativa que tende a reduzir o conflito a componente da etnicidade. A escolha do evento se dá pela importância que tem no processo de constituição de um Estado Nacional angolano. Para tal, parte-se da premissa de que existe uma relação de semelhança nos processos de formação dos Estados Nacionais em África e na Europa, baseada nos seguintes aspectos: formação territorial com base em guerras de conquista, pluralidade linguística e multiethnicidade.

Palavras-chave: Guerra Civil Angolana; Estados Nacionais em África; Multiethnicidade.

ABSTRACT

The present dissertation aims to produce a re-reading of the Angolan Civil War in order to analyze the event beyond the ethnic variable. This variable seems to appear as central argument in Western specialized literature. Highlighted as one of the most striking episodes in Angola's contemporary History, the analytical choice is due to the importance it represents in the Angolan state-building process. The study on the event makes possible to elucidate the existence of a negative rhetoric that tends to reduce the conflict to a ethnicity component. To compose the analytical panorama, the dissertation is based on the premise that there is a relation of similarity in the National States formation processes either in Africa and Europe, according to the following aspects: territorial composition based on wars of conquest, linguistic plurality and multiethnicity.

Keyword: Angolan Civil War; National State in Africa; Multiethnicity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANANGOLA – Associação dos Naturais de Angola
CNE - Conselho Nacional Eleitoral
EUA – Estados Unidos da América
FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FDLA – Frente Democrática de Libertação de Angola
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
GRAE – Governo Revolucionário de Angola no Exílio
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
LNA – Liga Nacional Africana
MLA – Movimento de Libertação de Angola
MLN – Movimento de Libertação Nacional
MPLA – Movimento Popular pela Libertação de Angola
ONU – Organização das Nações Unidas
OUA – Organização da Unidade Africana
PCA – Partido Comunista Angolano
PCP – Partido Comunista Português
PDA – Partido Democrático Angolano
PIB – Produto Interno Bruto
PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PLUAA – Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola
UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola
UNIVEM I - Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola
UNIVEM II - Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola
UPA – União das Populações de Angola

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O ESTADO NACIONAL EM ÁFRICA E O PROBLEMA DA “HISTÓRIA ÚNICA”	20
2.1 O Caso Europeu: a nação e o Estado na constituição do Estado Nacional Moderno	20
2.2 Processos de Nation-Building: do conceito à problematização	27
2.3 A África pré-colonial e o mito do primitivismo e da selvageria: estruturas sociais, políticas e econômicas	31
2.4 Da Colonização às Independências: protagonismo europeu?	43
2.5 A problemática do Estado Nacional no continente africano: o imperialismo do discurso	46
3 A GUERRA CIVIL ANGOLANA: ANTECEDENTES DE UMA VISÃO ESTIGMATIZADA	51
3.1 As sociedades autóctones no período pré-colonial	51
3.2 O sistema colonial português em Angola: a jornada dos primeiros contatos à colonização efetiva	57
3.3 O protonacionalismo angolano: as primeiras manifestações anticoloniais em Angola	65
4 DO NACIONALISMO À GUERRA CIVIL: UMA RELEITURA	70
4.1 O nacionalismo angolano como fenômeno político	71
4.2 O nacionalismo angolano em prática: a guerra por independência	80
4.3 A Guerra Civil e Angola na guerra civil: dois personagens de uma mesma História	86
4.3.1 A Guerra Civil no decorrer dos fatos: breve relato	87
4.3.2 Angola sob o regime do MPLA durante a guerra	90
4.4 A Guerra civil em análise: um conflito anunciado, mas e por quê?	93
5 CONCLUSÕES	100
REFERÊNCIAS	104

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho nasceu como fruto do meu desenvolvimento - em andamento - como pesquisadora. Foram cerca de quatro anos dedicados a entender um continente sempre estigmatizado, um tempo deveras curto se comparado aos ilustres especialistas que dedicaram uma vida inteira nesse árduo intento. Decidir mergulhar na área de Estudos Africanistas no Brasil é um verdadeiro desafio. Carecemos de bibliografia e de investimento enquanto nos sobram barreiras a serem destruídas e um preconceito enraizado a ser desmantelado. Meu trabalho nasceu assim. Foram muitas e longas reflexões de quem começou este Mestrado cheia de certezas e precisou quebrar cada uma delas. Consequentemente, alguns projetos de pesquisa se desenharam até aqui para que eu pudesse amadurecer o meu próprio conhecimento sobre tudo que já achava que sabia sobre África.

Em um primeiro momento de minha formação, as fontes a que tive acesso eram basicamente todas produzidas no Ocidente, de modo que a visão que construí sobre o continente esteve, por muito tempo, presa a olhares de quem um dia foi colonizador. Enxerguei a partir dessa literatura uma África deficiente. Um emaranhado de 54 países com problemas profundos e poucas soluções. A raiz desses problemas estava para mim em uma conjunção de fatores que haviam desencadeado o processo de formação de Estados pós-coloniais tal qual ele se deu. Resolvi, então, me dedicar a compreender esse processo, e muitas foram as etapas do meu próprio processo de pesquisa para que eu chegasse até este trabalho na forma como ele está proposto. Por isso, penso nesta dissertação como um empreendimento de pesquisa como descoberta, uma vez que, a partir da literatura e da empiria, uma nova abordagem se formou.

Em um primeiro momento, a revisão bibliográfica, a que me propus como forma de iniciar a pesquisa, me levou a pensar o problema do Estado na África em termos de etnicidade. Parecia-me claro que esses Estados não guardavam em si o elemento nacional. Ou seja, eram sociedades tão etnicamente fragmentadas que o poder central não fora capaz de produzir uma identidade nacional. Desse modo, as identidades étnicas sempre prevaleceriam sobre uma suposta identidade nacional, ainda inexistente. Citar as fontes que me ajudaram a formar essa visão não me parece útil, na medida em que hoje, olhando para trás, eu enxergo que minha visão estava muito mais carregada e tendenciosa do que as próprias fontes tentavam mostrar. Tanto o é que muitas delas eu continuo usando, porém, com um olhar bastante distinto.

Mas meu trabalho sempre esteve mais voltado a entender o caso angolano. Foi, então, que decidi analisar o problema do Estado em Angola a partir da lógica da etnicidade, o que na verdade não foge do *mainstream* das interpretações, acadêmicas ou não, produzidas para explicar um país que mergulhou em uma guerra civil de 27 anos e que ainda hoje enfrenta problemas decorrentes desse conflito em sua estrutura socioeconômica e política. Esse reducionismo analítico tende a colocar a questão étnica como fonte principal dos problemas sociais no país e encontram na Guerra Civil um de seus grandes argumentos.

A ideia da etnicidade encontrou reforço na literatura de *nation-building*, que se tornou popular em especial no pós-Guerra Fria na tentativa de compreender as realidades de terceiro mundo a partir da problemática do Estado Nacional. Mais do que isso, como Hippler (2005) coloca em sua obra, *nation-building* é um processo de desenvolvimento sociopolítico que permite, após um longo período histórico, que comunidades inicialmente desconexas ou ligadas por conexões frágeis se tornem uma sociedade parte de um Estado-Nação correspondente. Cabe salientar que Hippler (2005) não desenvolve sua perspectiva de Estado nacional. Esse processo, segundo o autor, pode se desenvolver através de dinâmicas políticas, econômicas, sociais e culturais, entre outras. Ou seja, a teoria serviria para solidificar meu argumento inicial de que a sociedade angolana seria, de fato, desconexa, marcada por uma fragmentação social, fruto da etnicidade. Portanto, a etnicidade seria causa da fragmentação.

Nesse momento, a fragmentação social em Angola me parecia responder a duas lógicas. Ela poderia ser consequência da etnicidade, mas o caso angolano, aos poucos, me mostrava uma nova possibilidade, a do elemento regional - e regionalismo aqui no sentido da oposição entre espaços urbanos e rurais. O que de fato se confirma em uma análise sobre essa sociedade: o sistema de colonização português, muito por ineficácia de se expandir de forma igualitária pelo território, criou condições de vida muito distintas entre as populações do interior e das zonas urbanas, as quais sofriam mais fortemente não só com a repressão, mas com a aculturação em detrimento de uma cultura europeia que lhes era imposta. Mas não se pode falar, acredito eu, em fragmentação. Há uma oposição entre esses dois espaços, o que não necessariamente leva à secessão, que carrega uma conotação bastante negativa.

Contudo, para que eu conseguisse justificar este meu argumento, era preciso examinar o debate sobre Estados Nacionais. Foi, então, que me dediquei a aprofundar a literatura sobre Estado Nacional, principalmente em Anderson (2008), Hobsbawm (2016), Smith (1991) e

Gellner (1983). No primeiro momento, tomando como base o entendimento sobre a visão destes autores, a conclusão a que cheguei sobre os Estados africanos pós-coloniais foi a de que eles apresentavam processos de formação completamente distintos dos casos europeus. Distintos, uma vez que tinham particularidades que os tornavam casos únicos e, portanto, incapazes de se encaixarem em um modelo de Estado-nação, que havia sido exportado para todo o mundo através da colonização. A partir desta primeira conclusão, sentia-me aproximar cada vez mais da certeza de que a sociedade angolana é caracterizada marcadamente por uma fragmentação social.

Esses autores clássicos citados acima são os mais comumente usados para compreender o processo de formação do Estado Nacional Moderno, e quanto mais me aprofundava nesse estudo, mais percebia que havia uma fragilidade em meu argumento sobre as diferenças em casos europeus e africanos. O ainda pouco conhecimento que adquiri acerca da história de formação de Estados Nacionais em África, em especial o caso de Angola, me levou a acreditar que poderiam haver semelhanças e interesses nesses processos, e não somente diferenças. É que, provavelmente, influenciados pela tradicional visão eurocêntrica, não se costuma perceber certas características como semelhanças. Mas elas existem, e eu tive, a partir de então, uma verdadeira virada de perspectiva.

Se fôssemos pensar mais a fundo sobre esses Estados nacionais europeus, observaríamos que seu processo de formação, além de lento e gradual, foi baseado em guerras de conquista. Isto é, os reinos menores que caracterizaram o período feudal na Europa foram unificados, na maioria dos casos, através de conflitos protagonizados por um poder altamente centralizado, que se mostrava mais forte militarmente e até economicamente. Esses reinos menores, por sua vez, guardavam características próprias, em termos culturais, linguísticos e de organização sociopolítica. Eram essencialmente sociedades diferentes entre si, podendo ou não haver semelhanças. Essas características não foram necessariamente eliminadas pela absorção de um outro reino mais poderoso, de modo que algumas delas ainda são presentes hoje em dia, marcando diferença entre regiões de um mesmo Estado, como ocorre na Espanha, na França e na Alemanha, por exemplo.

Nesse sentido, o caso da Catalunha me pareceu bastante emblemático, principalmente depois do referendo de outubro de 2017, em que a maioria da população catalã votou pela sua separação da Espanha. O que chama atenção é que a viabilidade do Estado nacional espanhol não fora questionada apesar do resultado do referendo. Mais além, a questão da Catalunha não é

atual. A região tem sua história marcada pelo levante de movimentos separatistas que questionam sua identidade espanhola. Logo na Espanha colocada pela literatura como um Estado nacional clássico (HOBSBAWM, 2016). Mas a Espanha, como os outros Estados europeus, foi formada a partir da unificação dos reinos da região que teve início com investimento dos reis católicos, Isabel e Fernando. Foram incorporados sobre o domínio de Castela, o reino mais próspero da região, outros reinos bastante distintos entre si, inclusive linguisticamente, como é o caso da Catalunha.

O caso da Catalunha serviu como um alerta para questionar a minha percepção sobre o caso africano. Foi preciso voltar à literatura usada até aqui (ANDERSON, 2008; HOBSBAWM, 2016; SMITH, 1991; GELLNER, 1983) e revê-las, com um novo olhar. Identifiquei, então, que o processo de formação dos Estados Nacionais na Europa Ocidental guarda importantes semelhanças com o processo de formação dos Estados Nacionais no continente africano, quais sejam: (i) esses Estados foram construídos gradualmente através de processos de conquista, violentos ou não, guiados por um poder central, que nesses casos se configuram na forma de uma monarquia absolutista em ascensão com a falência do modelo feudal; (ii) em razão disso, são marcados pela multietnicidade na medida em que se constituem a partir de organizações sociopolíticas menores; e (iii) conseqüentemente observa-se uma inegável multiplicidade linguística. Dadas como base, essas mesmas características aparecem também nos processos de formação dos Estados Nacionais em África, que se constituem nesse formato ao longo do tempo, começando ainda no período pré-colonial e englobando, através da colonização, elementos ocidentais.

O que quero dizer com isso tudo, em outras palavras, é que essa dissertação se construiu em um processo desenvolvido por etapas. Em um primeira etapa, pareceu óbvio pensar o Estado Nacional africano como um caso único a partir de uma interpretação sobre a literatura. Em um segundo momento, avançando sobre a literatura específica dos casos europeus, identifiquei essas importantes semelhanças. Foi então que senti a necessidade de novamente me lançar sobre aquela bibliografia clássica de Estado Nacional para problematizar o caso europeu e concluir que - assim como demonstra a literatura pós-colonial - existem, sim, semelhanças.

Nesse sentido, posso dizer que a oportunidade da pesquisa de campo em Luanda, proporcionada pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF), foi de extrema importância para me ajudar a compreender ainda mais esse elemento de estigmatização que

aparece na literatura ocidental especializada em África. As entrevistas que pude realizar e o acesso a fontes primárias nos arquivos do Arquivo Histórico Nacional e no acervo da Biblioteca Nacional me levaram a uma nova alteração no projeto de dissertação que por fim levaria à configuração deste trabalho na forma como está aqui proposto. Para entender o problema da estigmatização, de uma História única, contada pelo lado opressor que insiste em diminuir o oprimido, era preciso me debruçar sobre aquele que se configura como um dos episódios mais relevantes da História contemporânea de Angola: a Guerra Civil.

A proposta deste trabalho é, portanto, fazer uma releitura analítica da guerra civil, no sentido de fugir do estigma que foi a ela conferida: de um conflito de caráter étnico. O que pretendo aqui demonstrar é que existe uma série de fatores que se configuraram para formar esse cenário conflitivo, os quais vão muito além das diferenças étnicas entre os grupos rivais. O conflito angolano, que se desenvolveu entre 1975, no imediato pós-independência, e 2002, veio se desenhando ao longo do processo de libertação nacional, iniciado a passos lentos já no princípio do século XX, com a criação de organizações políticas de resistência anticolonial que dariam origem aos movimentos nacionalistas. Dentre esses movimentos, destacam-se três pela sua importância na luta por independência e por sua continuidade no período posterior. São eles, a FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), a UNITA (União Nacional pela Independência Total de Angola) e o MPLA (Movimento Popular pela Libertação de Angola), o qual tomou o poder no pós-independência, estabelecendo um sistema de partido único de inclinação marxista-leninista e fortemente relacionado com a União Soviética (MBAH, 2010; SOMERVILLE, 1986; WHEELER, 2016).

Em sua formação, os três movimentos tiveram processos de formação bastante distintos, contando com uma militância de base étnica em razão principal das regiões em que se instalaram. Esses grupos políticos nasceram, portanto, não só com ideias diferentes, mas como vivências nada semelhantes entre si, muito em função das formas que o Estado colonial havia assumido em cada uma dessas regiões. Além disso, sendo a componente multietnicidade um fator histórico dentro das sociedades autóctones angolanas, ela não poderia ser necessariamente fator para deflagração e continuidade de um conflito civil nas dimensões do que foi a guerra em Angola durante esses 27 anos.

A multietnicidade é, como já disse antes, um fator comum à formação dos Estados, mesmo nos casos europeus. Ou seja, os Estados europeus se mostram tão multiétnicos quanto os

Estados africanos. Na verdade, multietnicidade e variedade linguística parecem andar juntas, de forma que esses Estados acabaram por se mostrar mais multilinguísticos do que uma análise apressada poderia demonstrar. E aqui está um dos principais pontos de virada: o mito da língua nacional. Isso porque a ideia de uma língua nacional é uma construção sociopolítica, pensada estrategicamente para garantir dominação, e dominação no sentido de classes. No caso europeu, primeiro de uma aristocracia em relação aos demais e depois de uma classe burguesa, e no caso africano, primeiro dos colonizadores e depois da elite crioula que se torna dominante no pós-independência (ANDERSON, 2008; HOBBSAWM, 2016; SANGO, 2002).

Em especial, falar sobre multietnicidade e variação linguística é o clichê que vem sendo utilizado para descrever os problemas africanos. Trago, assim, uma perspectiva um tanto inovadora sobre o tema, partindo da obra de Amselle e M'Bokolo (2017), "*No Centro da Etnia: etnias, tribalismo e Estado na África*", que se propõe a uma desmontagem da noção de etnia. O primeiro ponto que se deve destacar é que o uso do termo "etnia" tem registro apenas no final do século XIX. Até então, nação e tribo eram utilizados como sinônimos. Daqui, já se nota de antemão a congruência que Amselle (2017) aponta para o período histórico em que a viragem ocorre: o colonialismo. Nota-se, portanto, uma instrumentalização desses termos no sentido de deixar clara que havia uma distinção entre os povos europeus e aqueles de fora da Europa. Distinção essa inferiorizante.

Dentre todas as ideias que Amselle (2017) traz em sua obra sobre o conceito de etnia, a conclusão a que chega é a de que, durante o período pré-colonial, o continente africano desconheceu qualquer estrutura social que se assemelhasse a essa ideia. Isso porque as sociedades africanas dessa época eram fruto da rede de relações que estabeleciam entre si - uma rede muito ampla e complexa, é preciso dizer. Dessa forma, essas sociedades jamais poderiam ser classificadas como estáticas ou primitivas, uma vez que estavam em constante processo de transformação em função dessas redes que as conectavam. Fato esse que torna também falaciosa a afirmação sobre a uniformidade cultural, afinal, esse dinamismo relacional interveio para congregar diferentes elementos culturais dentro de cada grupo populacional. Isso sem considerar a influência dos movimentos de expansão religiosa, principalmente do islã.

Ou seja, a noção comum sobre etnia é, na verdade, uma criação colonial para justamente permitir a dominação. Claro que em algumas sociedades pré-coloniais havia uma ideia de etnia, mas que estava ligada a um modo de reagrupamento ideológico de entidades. Com a colonização,

o que se observou foi uma nova designação que não fazia referências às unidades sociais do período pré-colonial, e sim a uma configuração determinada pela administração colonial, criando novos recortes territoriais. As entidades étnicas que daí surgiram acabaram, contudo, sendo apropriadas pelas populações africanas, em especial como forma de resistência à própria dominação colonial (AMSELLE, 2017).

Nesse sentido, as categorias étnicas aparecem apenas como um gênero particular de categorias, aquelas empregadas pelas organizações que procuram reagrupar sob sua bandeira alguns efetivos humanos. [...] as sociedades africanas não diferem fundamentalmente das outras: elas produzem categorias sociais, isto é, categorias que servem para classificar socialmente os agentes. Foi apenas com a colonização que essas categorias sociais, essas “classes” sociais foram transformadas em “fetichismos étnicos”, pois o colonizador como os Estados pós-coloniais precisam suprimir as hierarquias pré-coloniais para melhor impor suas novas (AMSELLE, 2017, pp. 67-68).

Tendo em vista esses pontos acima elencados, o trabalho tem como objetivo repensar a trajetória que sedimentou o caminho para a eclosão do conflito civil em 1975, de modo a elencar as variáveis que constituíram esse cenário para além da lógica etnicista. Como objetivos secundários, busco (i) discutir o processo de formação dos Estados Nacionais na Europa e as semelhanças encontradas nos casos africanos, (ii) analisar as sociedades autóctones em Angola e a influência que o sistema colonial exerceu para desconfigurá-las, (iii) demonstrar a multietnicidade como fator histórico, (iv) examinar a resistência à colonização e a configuração de um processo protonacionalista em Angola a partir do final do século XIX, (v) discutir o nacionalismo angolano como fenômeno político e como ele se configurou, e, por fim, (vi) analisar a guerra civil para além de um conflito étnico.

Para cumprir esses objetivos, o trabalho se guia pela seguinte pergunta de pesquisa: *por que a Guerra Civil angolana não é um conflito étnico?* Para tentar responder a esse questionamento, a hipótese central a que me atenho é a de que o conflito nasce a partir de uma estrutura política de centralização e concentração de poder, perpetuada pelo sistema colonial. Essa estrutura cria um cenário de “jogo de soma zero” que favorece a competição política por vias não democráticas, devido principalmente ao fato de que a cultura política herdada pela colonização é uma cultura não-democrática. Ou seja, a guerra parece ser o meio viável de conquista do poder. Nesse aspecto, as diferenças étnicas entre as bases de militância dos movimentos aparecem como recursos de retórica para angariar apoio, mas não o fim em si da luta armada.

O trabalho se estrutura, então, em três capítulos. No primeiro, discute-se o processo de formação do Estado Nacional na Europa e a realidade complexa dos africanos quando da chegada do europeu. Com isto, é problematizada a simplificação atribuída ao africano, dado que os africanos possuíam uma formação social e política complexa, não sendo divididos necessariamente por etnias. É mostrado uma realidade histórica pouco explorada na literatura em geral. No segundo capítulo, é analisado o período imediatamente anterior à colonização portuguesa em Angola, mostrando a complexidade das sociedades angolanas residentes naquele território, e a ação dos portugueses sobre elas. Além disso, abordo a forma como os portugueses tiveram de destruir os sistemas sociopolíticos ali encontrados para gradativamente construir o discurso de “nós” e “eles”, isto é, os angolanos protegidos pelo sistema e os angolanos preteridos por ele. O último capítulo analisa o fenômeno nacionalista, os desdobramentos da guerra por independência e deflagração do conflito para, por fim, discutir as variáveis que levaram a ele.

2 O ESTADO NACIONAL EM ÁFRICA E O PROBLEMA DA “HISTÓRIA ÚNICA”

O processo de formação dos Estados Nacionais na Europa Ocidental, tidos como modelos, guarda importantes semelhanças com o processo de formação dos Estados Nacionais no continente africano. No entanto, dentro da literatura sobre o tema, um é encarado como modelo e foi assim exportado ao redor do mundo, enquanto outro é pensado como caso de insucesso, um caso inviável de obter êxito. De maneira generalizada, as mesmas características são relativizadas para se tratar de um e outro caso, quais sejam elas: (i) esses Estados foram construídos gradualmente através de processos de conquista, violentos ou não, guiados por um poder central, que nesses casos se configuram na forma de uma monarquia absolutista em ascensão com a falência do modelo feudal; (ii) em razão disso, são marcados pela multiétnica na medida em que se constituem a partir de organizações sociopolíticas menores; e (iii) conseqüentemente observa-se uma inegável multiplicidade linguística. A proposta deste capítulo é destrinchar essas características, mostrando o processo de formação do Estado Nacional moderno na Europa, para depois analisar as semelhanças que os Estados ditos pré-coloniais guardavam em relação a esse dado modelo.

2.1 O Caso Europeu: a nação e o Estado na constituição do Estado Nacional Moderno

O debate sobre nação e nacionalismo é um tema recorrente dentro das Ciências Humanas. Isso porque muitos fenômenos históricos dizem respeito, direta ou indiretamente, a essa temática. Segundo o historiador Eric Hobsbawm, “os dois últimos séculos da história humana do planeta Terra são incompreensíveis sem o entendimento do termo “nação” e do vocabulário que dele deriva” (2016, p. 9). Desse modo, um número significativo de historiadores, cientistas sociais e políticos se dedicaram a compreendê-lo. Esta seção se pretende, portanto, a uma revisão bibliográfica crítica do que aqui elenco como principais autores¹ que tratam acerca dos conceitos de nação e Estado para que se possa compreender a complementaridade que a modernidade conferiu a eles para a constituição do Estado nacional.

¹ A título de conhecimento, estes autores são: Ernest Gellner, Anthony Smith, Eric Hobsbawm e Benedict Anderson. Ao longo da seção, usarei outros autores que contribuíram de algum modo para o desenvolvimento da temática, porém, estes são os que adoto como clássicos.

Em primeiro lugar, é preciso ter clara a ideia de que nação e Estado são instituições distintas que podem, ou não, corresponder. Ou seja, um Estado pode existir sem uma nação, assim como pode existir com várias nações. Entender o conceito de nação é imprescindível para compreender o processo de constituição dos Estados nacionais europeus, uma vez que esse fenômeno diz respeito justamente à união dessas duas instituições a partir da noção de territorialidade. De forma resumida, uma nação corresponde a um tipo específico de coletividade humana, “que compartilha um território histórico, mitos comuns e memórias históricas, uma cultura pública e de massa, uma economia comum e direitos e deveres legais para todos os membros” (SMITH, 1991, p. 43, tradução nossa²). Dessa maneira, o termo se mostra como um conceito multidimensional, um tipo ideal que os casos reais tentam reproduzir em diferentes níveis, mais ou menos fiéis.

Mas a nação é um fenômeno essencialmente forjado pela modernidade. Isto é, não se trata de um movimento inerente à organização social humana, mas um evento que se desenvolveu sob condições específicas a partir do próprio desenvolvimento da Idade Moderna (HOBBSAWM, 2016). Se é possível traçar um marco, os especialistas concordam em apontar a Revolução Francesa como episódio definitivo para o debate sobre nação. Smith (1991) argumenta que anteriormente não se havia condições para tal. Além disso, as identidades culturais coletivas das sociedades pré-modernas se apresentavam bastante distintas daquelas das sociedades pós-Revolução, de modo que era muito difícil englobar tudo sob um mesmo conceito de nação. Ademais, mais do que um fenômeno revolucionário, a nação é um fenômeno intrínseco à história do capitalismo, e, por isso, dificilmente dissociável do Estado, agente do processo de acumulação primitiva de capital (ANDERSON, 2008; SMITH, 1991).

Porém, antes mesmo da existência das nações, os grupos humanos já se organizavam socialmente. Essa organização se iniciou de forma bem primitiva, focando-se primeiramente no núcleo familiar para depois ser ampliado para grupos familiares maiores. Assim, o vínculo dominante entre essas primeiras comunidades era o parentesco. Essa ideia de comunidade foi evoluindo com o passar do tempo até se tornar independente do vínculo consanguíneo e cada vez mais relacionada a interesses dos indivíduos em constituir uma certa comunidade. Contudo, nem todas as comunidades humanas acabariam por se tornar nações, de modo que foi preciso um

² Trecho original: “[...] named human population sharing an historic territory, common myths and historical memories, a mass, public culture, a common economy and common legal rights and duties for all members”.

ímpeto que as fizesse abrir mão dessas comunidades dispersas e agrupar-se em sociedades maiores e mais complexas (KRADER, 1972).

Hobsbawm (2016) aponta para a ausência de critérios objetivos que nos permitam identificar a nação frente a outros tipos de coletividade humana. Para o autor, é justamente essa falta de diferenciação que mais caracteriza a nação: o fato de ela não ser uma coletividade como outra qualquer. A verdade é que grupos sociais são dinâmicos demais para serem encaixados dentro de um conceito estático. Por isso, Hobsbawm entende como nação aquelas coletividades humanas que se identificam como tal. Nesse aspecto, discorda de Ernest Gellner (1983), o qual, cerca de uma década antes, argumentava que a vontade dos membros de uma determinada comunidade não é fator suficiente para caracterizar essa comunidade como uma nação, ainda que seja um ponto importante a ser considerado.

Para Gellner (1983), a autoidentificação tácita operou, ao longo do tempo, a favor de todas as formas de agrupamentos, fossem eles menores ou maiores que as nações, ou definidos de forma diferente que uma nação. Assim, a vontade até pode ser base da formação de uma nação, mas ela é, também, base de formação de diversos outros grupos de indivíduos que não se caracterizariam como tal. Segundo o autor, tornou-se, de certo modo, fácil, encarar o fenômeno da nação como um caso de voluntarismo comunitário a partir da era moderna, quando ela se tornou a forma preferida de identificação e adesão voluntária, principalmente porque as outras formas de agrupamento foram eliminadas ou esquecidas (GELLNER, 1983).

Tendo em vista essas fragilidades conceituais, o debate sobre nação costuma suscitar algumas ideias de senso comum, dentre as quais as mais fortes são sobre a relação exclusiva da existência de uma nação à uniformidade linguística, étnica e cultural. Minha proposta nesta seção é buscar desmistificar essa ideia, mostrando, com os casos europeus, o quanto essa uniformidade é utópica. Pois bem, é justamente nesse ponto que se faz imprescindível analisar nação e Estado como instituições complementares. Afinal, essa ideia de uniformidade vem de uma realidade construída com o investimento do próprio Estado em promover uma padronização, principalmente, linguística a partir de políticas direcionadas para isso ou mesmo por imposição (HOBSBAWM, 2016).

É nesse aspecto que Anderson (2008) advoga pela importância do que ele chama de capitalismo tipográfico no processo de homogeneização linguística. Afinal, com o surgimento da imprensa, houve uma “popularização” da leitura em línguas vernáculas. Ainda que essa

“popularização” tenha se restringido apenas a círculos bastante elitizados, uma vez que a alfabetização era um privilégio apenas de famílias nobres, as línguas vernáculas acabaram, aos poucos, se propagando para classes menos favorecidas pelo seu uso cada vez mais cotidiano. Uma realidade que não seria possível em uma economia feudal, não monetarizada, onde ainda não se pode falar de sociedade de consumo. Por isso, Anderson gosta de pensar na nação como uma construção consequente do desenvolvimento capitalista. Claro, o capitalismo, como sistema econômico, sozinho, talvez não chegasse tão longe. Contou, para tal, com uma conjunção de outros três fatores.

O primeiro diz respeito à mudança no caráter do latim em função do resgate da cultura antiga através dos humanistas, tornando-o uma língua cada vez mais distante tanto da vida cotidiana quanto da eclesiástica. O segundo foi o caráter da Reforma Protestante que tornou o uso de línguas vernáculas cada vez mais comum. O terceiro fator foi, por sua vez, a difusão lenta e geograficamente desordenada de línguas vernáculas que serviriam como instrumento de centralização administrativa com a consolidação gradual do absolutismo (ANDERSON, 2008). Isto é, estando esse Estado em plena constituição e consolidação, era preciso dispor de ferramentas que garantissem esse processo de forma segura.

Se a homogeneização linguística é produto do Estado, tampouco seria natural ou possível um Estado etnicamente homogêneo. E para melhor compreender a falácia por detrás desta ideia de uniformidade, é preciso voltar ao processo de construção do Estado moderno como o conhecemos hoje: uma fusão genuína entre uma instituição jurídico-política centralizadora e concentradora de poder - o Estado - e a nação, um fenômeno que diz respeito essencialmente à organização social de coletividades humanas. O Estado nacional, consolidado totalmente apenas após a II Guerra Mundial, é fruto de um desenvolvimento de séculos, iniciado com a falência do modelo feudal ao final do século XVI. Isso implica, portanto, em uma análise um pouco minuciosa (ainda que generalizante) do processo de formação dos Estados na Europa Ocidental, berço desse modelo que foi, através da colonização, exportado para o restante do mundo.

De maneira geral, a maior parte da área que compreende a Europa Ocidental era predominada por um sistema político descentralizado, no qual uma única família detinha controle sobre uma determinada região e as relações de parentesco, suserania e vassalagem garantiam a expansão desse poder. A organização baseada em feudos reunidos sobre um reino, cujo poder central era insignificante, assegurava uma certa homogeneidade cultural por se restringir a

pequenos círculos. Com o transcorrer do tempo, esses arranjos sociais garantiram um processo de difusão de modelos organizacionais, contribuíram para a expansão territorial desses reinos, e facilitaram a transição tanto de populações entre um ou outro reino, como de um governo para outro. Claro que é preciso considerar ainda que, apesar dessas importantes características, a vida econômica e social dos europeus do oeste se configurava, em essência, como geograficamente concentrada, com uma produção de mercado pouco significativa e canais de comunicação pouco eficientes (FRANCO JR. 2006; TILLY, 1975).

Claro que as sociedades feudais da Europa Ocidental guardam particularidades em relação a outras em outras regiões onde o feudalismo se manifestou. Aliás, foram justamente essas características próprias que abriram caminho para o desenvolvimento do processo de formação dos Estados nacionais tal qual os conhecemos hoje. Muitas foram, contudo, as etapas desse processo. A própria falência do modelo feudal se deu aos poucos através da absorção de reinos menores e mais fracos por outros mais fortes e com maiores riquezas.

Com o engrandecimento do poder monárquico, que passou a absorver as autoridades dos nobres suseranos, o feudalismo foi chegando ao colapso ao longo do território da Europa Ocidental, sendo substituído pelo modelo absolutista. O Estado absolutista - que ainda não é o Estado Nacional - se caracterizava basicamente pelo elemento da Cristandade, herdado do Sacro Império Romano e da autoridade papal. Claro que não se tratava mais dos reinos pequenos e isolados do período feudal, mas de unidades administrativas centralizadas e soberanas. De forma geral, o advento dos Estados absolutistas diz respeito mais à questão territorial, tendo sido, então, neste período que a configuração das fronteiras da Europa Ocidental, tal qual conhecemos hoje, começou a se delinear, principalmente através de guerras (GIDDENS, 2008).

Nem todas as unificações territoriais e administrativas se deram através de conflito, mas as guerras de conquista foram elemento essencial à formação dos Estados Nacionais Modernos. Foi através delas que os reinos europeus mais fortes acabaram englobando reinos menores à sua volta. Para isso, os monarcas, que se pretendiam absolutos, precisaram eliminar a autoridade dos nobres feudais, reunindo para si o monopólio da coerção - elemento básico que Weber utiliza para definir o Estado Moderno (WEBER, 2002). Contaram, contudo, com auxílio do capitalismo que se desenvolvia e de seus capitalistas na batalha que travaram para retirar da nobreza a superioridade militar acumulada ao longo da Idade Média graças à estrutura feudal (TILLY, 1996). Em termos sociais, o fenômeno do Estado absolutista não causou grandes modificações e

contribuiu para a intensificação da estrutura piramidal das sociedades, no sentido de que a vida pública se concentrou ainda mais na mãos de uma elite política (GIDDENS, 2008).

O Estado Nacional Moderno é, portanto, fruto de uma evolução histórica a partir do estabelecimento do Estado absolutista. Uma série de processos encadeados foram responsáveis por essa evolução, dentre os quais os mais importantes são o da transformação urbana e o de pacificação interna. Desse modo,

“O Estado-nação, que existe em um complexo de outros Estados-nação, é um conjunto de formas institucionais de governo, mantendo um monopólio administrativo sobre um território com fronteiras (limites) demarcados, seu domínio sendo sancionado por lei e por onde um controle direto dos meios internos e externos de violência” (GIDDENS, 2008, p. 145).

A construção de Estados Nacionais, desde seu princípio, no final da Idade Média e início da Era Moderna, foi basicamente um fenômeno expansionista, numa evolução das estruturas sociais humanas, desde as unidades familiares e tribais para as unidades nacionais. Seguindo essa lógica, os primeiros movimentos nacionais se caracterizavam pela expansão e pela unificação - não eram movimentos separatistas. Claro, esse tipo de movimento não poderia se basear na ideia de que as nações eram constituídas de indivíduos com a mesma língua, origem étnica e bagagem histórica. Mas nem mesmo a definição liberal baseou-se nesses preceitos.

De toda forma, nota-se que não há questionamento quanto à incontestável multinacionalidade ou à multiplicidade linguística e étnica dos mais antigos e inquestionáveis Estados-nações: Grã-Bretanha, França ou Espanha. Isto é, sempre foi amplamente aceita a heterogeneidade desses Estados europeus, uma vez que a mistura de nacionalidades era tão significativa que não parecia realista propor um modelo estatal que não congregasse essas diferenças e se baseasse na territorialidade. Afinal, a fusão entre sociedades distintas sempre seria benéfica aos dois lados: ao dominante, por tornar-se ainda maior e mais forte, e ao mais fraco, por juntar-se a uma sociedade dita superior e mais evoluída (HOBSBAWM, 2016). Essa ideia de superioridade, mesmo entre povos europeus, mostra grande semelhança ao tipo de argumento que foi utilizado para justificar as políticas colonialistas em África e Ásia, onde justamente se defende a inviabilidade do modelo nacional de Estado.

Fica subentendido, portanto, que, ao longo do tempo, as dinâmicas sociais dentro desse Estado-nação (e mesmo as dinâmicas políticas) vão se encarregar de absorver os traços dessas nacionalidades menores, voluntária ou involuntariamente. Aos poucos, sua língua, por exemplo,

vai se tornando obsoleta e pouco usada, para que se torne, então, uma língua erudita e não falada. No caso espanhol em particular, sobre o qual tenho mais conhecimento empírico dos meses em que vivi lá, não houve esse processo de forma generalizada no território, de modo que bascos e catalães ainda preservam seu idioma, enquanto outros povos preservam variações importantes no uso do castelhano. De maneira geral, essa absorção das culturas locais dessas pequenas nacionalidades não era algo intencional ou planejado pelas nacionalidades maiores, detentoras do poder do Estado Nacional. As maiores acolhiam as menores, desde que estas não as desafiassem (HOBSBAWM, 2016).

De forma generalizada, esses são os argumentos que constituem a ideia de Anderson das nações como comunidades imaginadas. Imaginadas porque por menor que seja esta comunidade, é impossível que todos seus membros se conheçam entre si, embora compartilhem de um sentimento de autopreservação e proteção de sua unidade territorial. Esse sentimento, denominado, então, nacionalismo, traz uma conotação de horizontalidade entre os membros dessa comunidade, mesmo que inseridos na estrutura de um Estado institucionalizado. A exemplo do que escreve Gellner em sua primeira obra - *“Thought and change”*, de 1964 - Anderson pensa no nacionalismo não como o despertar dessas comunidades para a autoconsciência, mas sim como a criação de nações onde não necessariamente existem (ANDERSON, 2008). Como escreveu Pimenta (2011),

O nacionalismo é um princípio político que sustém que a unidade nacional e a unidade política devem coincidir. O nacionalismo não é uma elaboração ideológica da nação, mas o autor - no sentido de criador - da própria nação. De facto, a nação não é o produto de determinadas condições sociológicas, tais como a língua, a religião ou a raça; tão-pouco é uma entidade permanente e natural. A nação é uma realidade política inventada pelo nacionalismo que a precede cronologicamente (PIMENTA, 2011, 13).

E foi através desse sentimento que o Estado Nacional se formou na Europa e foi reproduzido no restante do mundo através do colonialismo. Claro, ele precisou se adaptar a realidades distintas, assim como a outras ideologias. O modelo do Estado-nação nada mais é do que uma forma de difusão cultural bem-sucedida, incorporando e absorvendo povoados menores por um poder centralizador mais forte. É, portanto, o fator político que mantém a coesão do Estado Nacional, não o cultural ou mesmo o etnolinguístico. As ferramentas desse agente jurídico-político, o Estado, de promover, propagar e consolidar a coesão têm cada vez mais efetividade graças ao uso da tecnologia a seu favor: são propagandas de televisão, políticas públicas e mesmo torneios esportivos mundiais (KRADER, 1972; DERICHS, 2005).

Não sendo, então, o Estado Nacional um fenômeno natural, por que ele não poderia ser reproduzido em qualquer realidade? Com esses fatores em mente, postos em perspectiva histórica, me parece possível compreender que existe um viés político no discurso que defende a inviabilidade de reprodução desse modelo em realidades africanas. Na seção a seguir, minha proposta é mostrar justamente os argumentos que são utilizados para defender a necessidade de implementação de políticas de construção nacional em países africanos na tentativa de torná-los casos compatíveis ao modelo europeu.

2.2 Processos de *Nation-Building*: do conceito à problematização

De acordo com Jochen Hippler (2005), *nation-building* é um processo de desenvolvimento sociopolítico que permite, após um longo período histórico, que comunidades inicialmente desconexas ou ligadas por conexões frágeis se tornem uma sociedade parte de um Estado-Nação correspondente. Esse processo pode se desenvolver através de dinâmicas políticas, econômicas, sociais e culturais, entre outras. No entanto, não é garantido que esse processo será bem sucedido, na medida em que pode envolver dimensões e instrumentos extremamente distintos, como a integração econômica ou cultural, a centralização política, o controle burocrático, a subjugação militar, a criação de interesses comuns, a democratização e o estabelecimento de uma cidadania única (HIPPLER, 2005).

Ou seja, a ideia por trás do conceito de *nation-building* é que há uma desconexão entre as tais instituições complementares de que falei anteriormente, o Estado e a nação. A proposta de políticas de construção nacional, como mostrarei a seguir, é justamente promover um ambiente para que eles possam coexistir em simbiose, tal qual dita o modelo do Estado Nacional. O questionamento que me trouxe a essa discussão reside no fato de que, como os próprios autores do *nation-building* advogam, mesmo em casos já consolidados, há desconpassos entre o Estado, enquanto agente jurídico-político, e as nações englobadas por ele, de modo que políticas desse caráter seriam necessárias mesmo em realidades europeias. Contudo, não foi com essa intenção que o conceito foi pensado.

O termo *nation-building* foi um conceito-chave para discussões de política externa, política de segurança e de desenvolvimento nas décadas de 1950 e 1960. Nessa época, a ideia esteve fortemente relacionada a teorias da modernização, que defendiam que os processos de

desenvolvimento em países do Terceiro Mundo deveriam seguir o mesmo caminho das potências ocidentais, sem levar em conta, contudo, suas particularidades históricas e culturais. Foi, assim, estratégia norteamericana de contenção do avanço soviético durante a Guerra Fria. O *nation-building* era vendido em países africanos, por exemplo, como uma alternativa aos movimentos de libertação nacional vitoriosos, que em sua maioria tinha posicionamento pró União Soviética (*Ibid.*), tal qual foi o caso de Angola com o MPLA (Movimento Popular pela Libertação de Angola), que já nasceu declarando-se abertamente um movimento marxista-leninista (MBAH, 2010), como trabalherei de forma mais aprofundada nos capítulos que se seguem.

Nacionalidade e Estado-Nação foram, assim, disseminados como categorias fundamentais para o desenvolvimento político e econômico (HIPPLER, 2005) em uma lógica puramente europeia, de um processo desenvolvido aos poucos, durante séculos, e exportada de forma bastante esquemática. Sendo assim, o *nation-building* se caracterizou, durante esse período, essencialmente como um fenômeno pós-colonial (ATWOOD, 1994) - embora eu não ache que essa característica tenha sido abandonada. Após algumas décadas fora do debate político e acadêmico, o *nation-building* ganhou novo impulso nos anos 1990, com a intensificação de guerras civis em países do Terceiro Mundo, principalmente em casos de forte apelo étnico. As experiências de Somália, Afeganistão, Balcãs e Iraque serviram para mostrar que o colapso do Estado aliado à fragmentação social poderiam desencadear conflitos civis em potencial escalada de violência ou tornar indissolúveis aqueles já existentes (HIPPLER, 2005).

Em termos teóricos, enquanto processo sociopolítico, há três elementos essenciais que se deve considerar para que o processo de *nation-building* seja bem sucedido. São eles: *ideologia integrativa, integração social e aparato estatal funcional*. Uma ideologia integrativa não demanda o abandono de identidades étnicas, mas a aceitação de uma identidade nacional, uma vez que é, sim, possível a acumulação identitária. A integração social diz respeito a integrar, de fato, os grupos residentes em um mesmo território: não basta convencê-los de que fazem agora parte de uma nação, é preciso fundamentar essa noção na realidade social, para isso, o *nation-building* requer uma infraestrutura nacional. Por fim, o último elemento deixa claro como os processos de *nation-building* são encabeçados por um Estado pré-existente. Isto é, a sociedade em questão precisa se constituir antes enquanto sociedade política (HIPPLER, 2005).

A Terceira Onda de democratizações de Huntington (1994) tem início com a Revolução dos Cravos de 1974, em Portugal, que depôs o regime salazarista. O fenômeno, que se apresentou

como o de maior amplitude comparado às duas ondas anteriores (CASTRO SANTOS, 2011), teve impacto nos anos 1990 em países do Terceiro Mundo, os quais buscavam consolidar seus processos de *nation-building*. Observou-se, assim, uma ampla tendência nesses países em adotar desenhos político-institucionais democráticos, importados do mundo Ocidental, através de reformas constitucionais (PFAFF-CZARNECKA, 2005).

Na África, esse processo teve início em 1989, com a abertura política que levou à substituição dos regimes de partido único, permitindo-se a legalização de partidos de oposição. Consequência principalmente de reivindicações internas, não só dos partidos de oposição, mas também de setores populares, que reclamavam as péssimas condições de vida, as reformas democratizantes não foram bem sucedidas em todos os países. Em alguns deles, assistiu-se à intensificação do conflito interno e do discurso de fragmentação étnica (M'BOKOLO, 2010b). A etnicidade se tornou, para a oposição, uma fórmula bem sucedida de mobilização de massas e um elemento permanente de comunicação política (*Op. cit.*), enquanto era reforçada como argumento político e acadêmico no Ocidente para defender a incapacidade desses Estados assumirem uma roupagem nacional.

Ao mesmo tempo, em oposição a essa tendência, na ex-União Soviética, América Latina e Sudeste Asiático, as categorias étnicas passaram a ser entendidas como modelo de integração social. Dessa forma, líderes dos grupos étnicos se tornaram cada vez mais presentes nos processos de reforma constitucional. Em consequência, muitas das constituições adotadas reconheceram as diversidades étnicas no mesmo patamar que fundamentos como direitos universais, separação dos poderes e liberdade de informação e associação, visando, com isso, à superação dos conflitos e à coexistência pacífica entre os grupos (PFAFF-CZARNECKA, 2005).

Há, na literatura, três modelos de sociedade úteis para avaliar os novos desenhos democráticos. A partir dos modelos, percebe-se que muitas das demandas das minorias são respostas a arranjos institucionais anteriores que causavam tensionamento aos grupos. O primeiro deles é o modelo do império, em que os Estados são rudimentarmente democráticos ou pré-democráticos, e contam com uma população diversificada cultural e religiosamente, unidades administrativas semi-autônomas, e uma ordem hierárquica. O segundo modelo é o das nações modernas, culturalmente homogêneas, que, paradoxalmente, dividiram as populações em diferentes Estados. Em muitos desses Estados Nacionais, a cultura das minorias foi colocada em segundo plano em detrimento da cultura de uma elite. Foi, então, ao longo do processo de

democratização, típico ao modelo, que as desvantagens do processo de *nation-building* se fizeram sentir. O terceiro modelo diz respeito a uma sociedade de integração pluricultural e/ou multiétnica, na qual buscam-se políticas que aumentem a representatividade política dos grupos minoritários, ampliando a presença dessas culturas distintas na esfera pública (*Ibid.*).

A etnização da política, ao longo das tentativas de democratização, variaram em diferentes grau e intensidade de caso para caso. Nesse sentido, Pfaff-Czarnecka (2005) sugere quatro modelos de inovações democráticas que ela considera como mais importantes para transformar os conflitos étnicos e garantir um ambiente pacífico, sendo eles: (i) concordância, que busca o consenso; (ii) representação local, podendo ser direta ou indireta; (iii) federalismo, que garante maior autonomia para os agentes federados; e (iv) autonomia cultural, que busca um ambiente pluricultural. De maneira geral, para obter êxito no processo de implementação de algum destes modelos institucionais, seria preciso considerar fatores como o tamanho do país, a localização geográfica, a proporção entre minorias e majorias, sua distribuição regional, o curso histórico da coexistência entre elas e as formas anteriores de integração social. Ela salienta ainda que os teóricos que advogam em seu favor os defendem como formas de reduzir o potencial de conflito, mas não há garantias (PFAFF-CZARNECKA, 2005).

Há que se considerar também o fator ideológico envolvido em processos de *nation-building*. Tendo em vista que apenas a máquina burocrática é capaz de disseminar ideias ao longo do território de forma controlada, logo, dar as condições e elementos para que se chegue ao produto final - uma identidade nacional - é responsabilidade do Estado. Isto é, o Estado é o agente estratégico promotor do *nation-building* - embora não seja o único ator do processo. Outros tipos de organização podem concorrer com ele por um projeto próprio de propagação do *nation-building*. Cabe a ele, portanto, construir e disseminar uma ideologia integrativa (DERICHS, 2005).

Aliás, esse mesmo Estado é agente estratégico de processos de construção nacional desde o final do sistema feudal, quando ele passou a se formar gradativamente nas mãos da nobreza absolutista. Do final do século XV aos dias de hoje, esse Estado, claro, acumulou outras diversas funções e responsabilidade à medida que aumentava sua complexidade, mas pouco mudou em relação a sua posição de indutor na formação de identidade nacional. Afinal, como venho tentando demonstrar, não há nada de natural na união entre Estado e nações. Sendo assim, diferentes condições históricas, econômicas, sociais importam para cada Estado iniciar, continuar

ou concluir seu processo de *nation-building*. Mesmo em nações “claramente estabelecidas”, como a França, a Inglaterra e a Alemanha, ainda é preciso alimentar a consciência nacional através de diferentes mecanismos de integração simbólica que incluem elementos econômicos, esportivos, políticos e históricos, entre outros (DERICHS, 2005).

Ou seja, ainda hoje, é questionável falar-se em uma verdadeira conclusão de processo de *nation-building*. Para manter o elemento nacional, o Estado precisaria, então, convencer sua população de que isso se trata de uma necessidade. Para tal, o primeiro passo seria diagnosticar o que já existe e o que foi alcançado. Em muitos países que passaram por conflitos internos, as próprias estruturas estatais são vistas como potenciais fatores de conflito. Essa desconfiança deveria, portanto, motivar a população a se envolver no processo de modelagem e suporte a esse Estado Nacional. Para isso, o conceito de nação, para os nacionais, precisaria ser crível em diferentes aspectos: (i) no de ocupar posição central entre as demandas políticas; (ii) no de ter um escopo adequado e desempenhar um papel na vida cotidiana; (iii) no de estar ligado a questões importantes da agenda pública em diferentes esferas; (iv) no de ter recurso de repertório cultural; e (v) no de estar, ao mesmo tempo, flexível e aberto à mudança (DERICHS, 2005).

Ao longo do tempo, o *nation-building* abandonou sua roupagem homogeneizante, sem, no entanto, deixar de lado o caráter imperialista da identidade nacional em detrimento das identidades étnicas. Como toda teoria, generalizante por natureza, o *nation-building* pouco valoriza as particularidades dos casos terceiro-mundistas, e, quando o faz, se veste das lentes de uma realidade europeia sem identificar as similaridades de um caso e outro. É aqui que me deparo com o problema que me gera desconforto sobre a defesa das políticas de construção nacional para os casos africanos. Na seção a seguir, buscarei destrinchar o processo de formação dos Estados na África no sentido de demonstrar como sua essência guarda marcantes semelhanças com o processo europeu e o porquê de minha defesa do *nation-building* como uma política ainda enraizada no imperialismo - ainda que isso não pareça explícito.

2.3 A África pré-colonial e o mito do primitivismo e da selvageria: estruturas sociais, políticas e econômicas

No intento de analisar o Estado pós-colonial em África, nesta seção me propus a fazer um recuo histórico para demonstrar como se estruturavam as formações sociopolíticas e a economia

do continente antes do fenômeno da colonização. Minha proposta é buscar desmistificar algumas ideias perpetuadas pela literatura de História da África produzida no Ocidente, que coloca essas sociedades como primitivas e pouco desenvolvidas. A ideia é mostrar como o processo de colonização não foi um empreendimento fácil aos europeus, que levaram séculos para conseguir submeter ao seu domínio estruturas sociopolíticas tão complexas, e que nem por isso deixaram de enfrentar resistência. Isso porque o sistema africano estava, como apresentarei a seguir, organizada em Estados, com diferentes graus de institucionalidade, que se constituíram com o passar do tempo, apesar das intervenções causadas pelos europeus desde sua chegada no século XV.

A literatura ocidental, de forma geral, busca caracterizar as sociedades africanas como fragmentadas, ou seja, comunidades que não se mostram coesas. Esse argumento é baseado pela imensa diversidade étnica e cultural existente na África, a qual produziu uma enorme variedade de civilizações distintas, com línguas e costumes próprios, o que nem de longe seria uma inverdade. Afinal, esse processo é comum, na verdade, a basicamente todas as comunidades humanas anteriores ao Estado, como já citei anteriormente a partir dos escritos de Krader (1972). Não haveria de ser diferente justamente no continente africano, de onde se tem registro dos primeiros vestígios de nossa espécie (OLDEROGGE, 2010).

Esses grupos populacionais se estabeleceram ao longo dos séculos em porções territoriais do continente antes da chegada dos europeus. Diferentemente do que se observa sobre populações camponesas na Ásia, na Europa e na América, contudo, os camponeses em África se caracterizaram por um alto grau de mobilidade devido ao cultivo extensivo de terra que tornava o solo infértil depois de uns poucos anos consecutivos de safra. Dessa forma, essas comunidades não fixaram raízes em localidades específicas durante um considerável período de tempo, e esse traço é fundamental para se entender algumas dinâmicas históricas no continente. Isso porque o nomadismo, típico das populações africanas, que migravam em busca de melhores terras, foi argumento de navegadores e estadistas europeus para caracterizar os africanos como povos não-civilizados (VANSINA, 2010b).

De forma propositada, a História da África foi, por muito tempo, descrita em alusão aos povos bárbaros e nômades do norte que destruíram o Império Romano. As ciências sociais europeias, autocentradas na sua própria experiência, construíram uma ideia sobre as migrações em África como uma sucessão de invasões, das quais resultava sempre uma onda migratória

gigantesca de refugiados em busca de um novo lugar para se estabelecer. Esse fato serviu de justificativa para explicar as semelhanças culturais e sociais, no sentido de que essas ondas migratórias teriam gerado uma “superposição de culturas primitivas” (VANSINA, 2010b). Um estudo mais detalhado, porém, como foi o caso de Paul Hair (1967) em seu trabalho sobre a costa ocidental, demonstra justamente que há uma continuidade de traços culturais, sociais e etnolinguísticos entre essas populações de agricultores por séculos a fio, contribuindo para pôr fim ao argumento da superposição (HAIR, 1967). Além disso, em termos de discussão conceitual, os deslocamentos habituais, em busca de terras, não podem ser classificados como migração, justamente por seguirem algum aspecto de regularidade (*Op. Cit.*).

As migrações individuais também eram bastante significativas, até mesmo através de casamentos, de forma que atualmente é inconcebível a ideia de que as diferentes comunidades etnolinguísticas não tinham qualquer tipo contato entre si. De mesmo modo, assim como na Europa, o processo de urbanização representou um importante movimento populacional para os africanos. E, por sua vez, os deslocamentos inabituais, que envolvem de fato migração, também atuaram para configurar as estruturas sociais ao longo do continente. Mas, diferente de como a literatura europeia costuma retratar, esses movimentos não podem jamais ser reduzidos a invasões, principalmente porque os povos que migraram em massa, em consequência da falência de suas estruturas socioeconômicas e políticas, não expulsaram as comunidades que encontraram no caminho. Nesses casos, houve geralmente fusão de culturas, e, quando ela não era possível, houve, sim, tal qual na Europa, migração de autóctones em busca de novos territórios. Da mesma forma, grupos vizinhos com economias similares também desenvolveram disputas entre si por melhores terras de cultivo (VANSINA, 2010b).

Por fim, foi a constituição de Estados que atuou como fator determinante para a fixação territorial das populações (VANSINA, 2010). Esse processo se constituiu gradualmente entre os séculos XII e XV, período que se caracterizou pelo domínio do Islã, principalmente na região norte³ - mas não exclusivamente - em uma expansão dos mulçumanos que, à época, dominavam o comércio mundial. O período também foi marcado por um forte desenvolvimento comercial, em razão justamente da expansão do Islã e desse traço marcante dos mulçumanos de ligação com o comércio. Assim, mais do que a região Mediterrânea - famosa nos livros de História que narram a

³ É importante destacar que ainda que o Islã tenha prevalecido nessas áreas, introduzindo uma nova cultura e novos costumes, as sociedades em que ele foi introduzido conseguiram imprimir uma identidade própria à religião, tornando-a diferente da forma que se desenvolveu na península arábica (NIANE, 2010a).

época -, foi a costa do Índico que colocou a África no coração do comércio internacional. Internamente, o desenvolvimento do comércio transaariano, também ligado à expansão islâmica, criou complexas redes que interligavam regiões distantes do continente, mesmo onde a influência da religião de Allah havia sido praticamente nula. Eram comercializados, além de ouro e marfim, produtos agrícolas, artesanato e artigos de luxo como sedas e armas ornamentadas (NIANE, 2010a).

Os Estados⁴ que se constituíram estenderam-se tanto ao norte quanto na região abaixo do Saara, em vários formatos diferentes que coexistiram durante esse intervalo entre os séculos XII e XV. Desde sua forma mais rudimentar - os clãs ou linhagens - às mais complexas - os reinos e impérios -, trata-se de reconhecer que as civilizações em África não se encontravam em estágio primitivo de evolução quando os europeus por lá aportaram suas caravelas. No caso dos clãs, havia um chefe eleito ou um patriarca cuja função primordial era garantir a igualdade de distribuição dos recursos e dos ganhos no território onde o clã habitava, claramente delimitado por fronteiras. Esse chefe não possuía, no entanto, poder discricionário, mas era quem tomava decisões sobre possíveis disputas de terras. Além disso, só era dispensado da atividade produtiva quando havia aumento da produção, podendo-se beneficiar dos excedentes (NIANE, 2010a).

Os reinos se constituíram da reunião de clãs em que o chefe de um clã se sobrepunha aos demais, impondo sua autoridade. Esse rei contava com um conselho que vivia de seus benefícios. Contudo, a sobreposição política de um chefe sobre os demais para a formação do reino não supunha, em momento algum, assimilação cultural ou subjugação econômica, de forma que os clãs ainda conservavam sua estrutura fundiária e ritos particulares. Claro, havia algo que mantinha a fidelidade dos chefes para com o rei: a cobrança de impostos. Além disso, algumas regiões em África conheceram o modelo das cidades-Estado, tal qual na Grécia Antiga, que na verdade eram reinos reduzidos às dimensões de uma cidade. Foi o caso dos hauçás e iorubás do Benim, que contaram com uma estrutura bastante complexa formada por funcionários do Estado e uma aristocracia própria (NIANE, 2010a).

⁴ Não há muitos dados acerca desse processo, uma vez que são poucos os documentos escritos dessa época - a maior parte delas, inclusive, tem origem árabe. Isso porque a cultura africana é assentada na tradição oral, passada de geração para geração, o que não costuma ser base para História no Ocidente, em especial na Europa, onde foi produzida a História da África que o senso-comum tem conhecimento. Afinal, apesar das diversas fontes disponíveis, fazer História na Europa está praticamente sempre ligado à análise de documentos escritos; é a opção clássica do historiador. Mas a história narrada pelos documentos não está livre de limitações, justamente porque o próprio narrador faz suas escolhas interpretativas: essa é a história narrada pelos seus olhos. Falta, portanto, um estudo mais aprofundado de outras fontes que nos possam revelar mais fatos sobre esse e outros períodos da história africana (NIANE, 2010a; PIMENTA, 2011).

Essas formas de organização foram se constituindo como consequência das dinâmicas internas dessas sociedades, em especial da atividade econômica, que, próspera em diversas regiões, levou a um aumento demográfico o qual demandava uma organização cada vez mais complexa. Nas regiões Bantu - de que Angola faz parte -, tiveram início as linhagens patrilineares. Nessas regiões, também havia os senhores de terras, que detinham uma relação privilegiada com a terra justificada por uma ligação espiritual, que lhes garantia poder político sobre esse espaço. Eles governaram conjuntos de aldeias que formavam uma unidade territorial que mais tarde daria origem a um reino. Esse processo de transformação gradual dos senhores da terra em chefes políticos se deu pelo fortalecimento das linhagens através do desenvolvimento econômico. Foram, assim, absorvendo outras linhagens e impondo sua autoridade pela força (VANSINA, 2010a).

Com os excedentes que se acumulavam, o chefe não precisava dispor de sua força de trabalho. Além disso, conforme aumentava a densidade demográfica, os chefes das famílias também eram aos poucos liberados do trabalho produtivo, integrando o conselho do patriarca. Foi desse processo gradual que nasceu o Estado em diversas localidades do continente africano: a partir do fortalecimento de uma autoridade ligada à terra. À medida que englobava outras aldeias, o chefe ampliava o território sob seu controle. Para exercer esse controle, contava com funcionários e agentes à sua disposição. Com o passar do tempo, essa estrutura foi se complexificando para atender às demandas desse Estado. Foi preciso, então, organizar um sistema de redistribuição de excedentes para comportar as novas autoridades que se multiplicavam sob a ordem do chefe. Para isso, a produção precisava aumentar e, embora não contassem com avanços tecnológicos, havia uma infinidade de terras disponíveis e, para explorá-las, intensificou-se a procura por mão-de-obra. Cresceu, assim, a demanda por escravos⁵ (VANSINA, 2010a).

Claro que esse processo acabou desencadeando conflitos internos. Afinal, à medida que essas senhorias se transformavam em Estados, acabavam se expandindo na direção de outras aldeias e patrilineagens. Porém, nem todas as formações políticas em África deram origem a Estados. Houve, portanto, a configuração de diferentes sistemas políticos. Em alguns casos, havia

⁵ Cabe ressaltar que a ideia de escravidão entre os africanos era distinta da forma como os europeus empreenderam seu comércio transatlântico a partir do século XVI. Em África, os escravos não eram indivíduos desprovidos de direitos e tratados como mercadorias. Eles geralmente estavam ligados a uma linhagem e constituíam uma categoria sociopolítica da sociedade em que se inseriam (DIAGNE, 2010b).

a valorização da igualdade entre os membros da sociedade. Em outros, a partir dessa ideia de igualdade, criou-se um modelo de confederação entre as linhagens sem, contudo, uma autoridade centralizadora. O que era comum a todas essas formas era o elemento do sagrado. Ou seja, a religião estava intimamente ligada à figura da autoridade. Entretanto, é preciso ter em mente de que o processo, como um todo, guardou características particulares para cada caso onde se sucedeu, e esse é um fato importante para tratar de História da África (VANSINA, 2010b).

Em termos econômicos, o período entre os séculos XII e XV, como já havia colocado, foi marcado pela intensificação das trocas comerciais internacionais, através do Oceano Índico e do Mediterrâneo, e internas, ambas fruto do comércio transaariano que floresceu com a expansão mulçumana. Aqui é preciso quebrar outra falácia que a História europeia ousou pintar: a de que os governantes africanos serviram despretensiosamente aos interesses dos mercadores estrangeiros, sendo eles mulçumanos ou europeus. Esse imaginário reforça implicitamente a ideia de que os reinos africanos não eram Estados organizados, mas um bando selvagem. A verdade é que as autoridades locais africanas sabiam exatamente do valor econômico e político dos metais de que dispunham em seu território e souberam usar disso em benefício próprio, garantindo serviços estrangeiros de que necessitavam (NIANE, 2010b).

No entanto, era a agricultura a principal atividade econômica desses Estados, cuja base era majoritariamente a produção familiar. Em algumas áreas, o uso de servos se tornou cada vez mais comum. Nas regiões em que a pecuária desempenhou o papel de protagonista, os Estados sempre mantiveram relações próximas com aqueles de economia agrícola para trocas. Sobre essa produção ligada à terra, é importante destacar que nesses Estados não havia a ideia de propriedade privada, como na Europa, de modo que ela não fez parte da evolução social e econômica dessas civilizações. A terra era para eles um bem coletivo, que provinha sustento a todos. Acerca da divisão do trabalho, não se tem dados suficientes que revelem como se estruturava na região austral, mas no norte ela se dava em torno de corporações, enquanto na zona sudanesa, os ofícios estavam reservados às castas. Além disso, sabe-se que os mercadores tiveram papel muito importante para o desenvolvimento do comércio intercontinental, tendo atuado como embrião de uma burguesia africana (NIANE, 2010b).

Dessa forma, a partir dessas estruturas e da economia baseada na produção agrícola, o modelo feudal foi implementado pouco a pouco na região da África Negra ao longo desse período. Mais do que os laços de suserania e vassalagem que sustentavam o sistema, o

feudalismo africano, na forma pura ou modificada, permitia também a especulação e o benefício sobre os meios de produção. Não sendo a terra uma propriedade privada do senhor de terras, mas um bem coletivo, estabeleceu-se um sistema de ocupação fundiária que não previa locação, arrendamento ou meação (*lamana*), no qual a produção era destinada ao consumo, e o Estado arrecadava sua receita a partir da cobrança de impostos. Essas diferentes estruturas socioeconômicas criaram sociedades híbridas e heterogêneas entre si⁶. Claro que nas regiões onde a produção era destinada às trocas, o sistema feudal mais puro eliminou ou transformou a *lamana* (DIAGNE, 2010).

Nota-se, portanto, uma semelhança bastante importante com a estrutura feudal europeia que predominou no mesmo período, com importantes diferenças. Primeiramente, os clãs se assemelham à estrutura dos feudos, também de economia agrícola para subsistência chefiados por um senhor feudal, que, diferentemente dos chefes africanos, detinha poder discricionário e jamais desempenhava papel no trabalho produtivo. Em segundo lugar, os reinos europeus dessa época também se constituíram pela reunião de feudos, porém, o rei não detinha poder sobre os nobres, em oposição aos reis africanos. Foi apenas no final da Idade Média na Europa, com a decadência do modelo feudal, que os reis se fortaleceram ao ponto de exercer autoridade sobre os senhores feudais. E, quando o fizeram, não se eximiram da assimilação cultural e da subjugação política e econômica para a formação dos grandes reinos que foram embriões dos Estados modernos de hoje. Ou seja, de fato, a organização política em África não era primitiva, guardando inclusive semelhanças aos casos europeus.

Contudo, Diagne (2010) aponta para o fato de que, sendo as sociedades africanas distintas das europeias, não se pode pensar nessas estruturas como tentativas de reprodução de um modelo ocidental, mas sim como produto de uma evolução interna com condicionantes próprios. Mas a História precisava justificar o colonialismo, e assim o fez, construindo um imaginário de selvageria, no qual os brancos europeus atuaram apenas como bons civilizadores. Pois bem, antes de 1600, ainda no período inicial da chegada dos ditos “povos civilizados” da Europa, o estágio clânico já havia sido superado em boa parte do continente africano.

Desse modo, fundaram-se formações políticas originais, enriquecidas por contribuições externas, conhecendo-se muitos métodos de governo. O passado africano

⁶ Na região dos Grandes Lagos, predominou um sistema de clientela, de natureza semifeudal, que se baseava nas relações entre os agricultores e os donatários de terras através de uma espécie de contrato que perdurava por gerações a fio, em que um oferecia seu serviço enquanto o outro cedia o meio. No norte, ao contrário, houve a adoção do sistema feudal otomano em consequência da expansão do regime emirado mulçumano (DIAGNE, 2010).

conta com uma riqueza de experiências políticas cujo estudo foi apenas esboçado. As diferentes etapas do desenvolvimento político mostram uma evolução que vai do clã ao agrupamento de clãs em reinos e ao agrupamento de reinos em impérios (NIANE, 2010b, p. 767).

O período de 1500 a 1800 trouxe consigo mudanças profundas nas estruturas políticas, sociais e econômicas ao longo do continente. Essas mudanças se deram não apenas em razão de fatores externos - o tráfico de escravos, o expansionismo islâmico e cristão e o capitalismo -, mas também de dinâmicas internas próprias do desenvolvimento desses Estados, de ordem demográfica ou ligadas à relação com o ambiente. Ou seja, apesar do inquestionável impacto que o novo sistema geoeconômico estabelecido pelos europeus, através do tráfico atlântico, causou aos Estados africanos, não se pode pensar neles como estruturas imutáveis, não dotadas de dinamismo. Conforme aponta Diagne (2010), das três dimensões, foi no domínio social em que essas mudanças se fizeram sentir inicialmente (DIAGNE, 2010).

Isso porque, além da expansão do Islã e do cristianismo, a chegada dos europeus trouxe a implementação de um sistema de escravidão muito distinto daquele utilizado em África. No modelo *jonya*, o escravo (*jon*) era ligado a uma linhagem, e, provido de direitos civis, não era mercadoria - além de possuir boa parte daquilo que produzia. Esses escravos constituíam uma classe sociopolítica ligada à elite dominante, integrando diretamente o aparato do Estado. O modelo africano havia prevalecido em boa parte do continente, com exceção dos Estados sob influência islâmica, até o fortalecimento do padrão oriental e europeu. O escravo se transformou, então, em uma mercadoria privada de direitos, que acabava por constituir a maior parte da população ativa da sociedade onde eram introduzidos (DIGNE, 2010).

Politicamente, a partir do século XVI, uma conjunção de estruturas socioeconômicas distintas vai formar uma nova ordem de governo autoritário ou semelhante ao modelo emirado, sobrepondo as estruturas feudais ao *lamana*. Nas regiões onde a cristianização se deu mais intensamente pelo expansionismo português - Golfo da Guiné, África Central e Oriental -, a monarquia feudal exerceu maior influência sobre essa nova ordem. No norte, os Estados conseguiram preservar sua estrutura, mas economicamente sofreram o impacto da chegada dos portugueses e espanhóis e a consequente instauração da economia de pilhagem. Foi a falência do comércio transaariano que por séculos havia sido o motor do desenvolvimento do continente. Os efeitos, claro, foram mais graves nos Estados que mantinham relações mais próximas com as potências europeias, mas, de forma geral, a economia de pilhagem estagnou as trocas entre o

campo e a cidade as quais haviam posto fim à economia de subsistência, acentuando a divisão do trabalho e lançando as bases para uma nova sociedade em diversas zonas do continente (DIAGNE, 2010).

Na costa atlântica, a chegada dos europeus significou o estabelecimento do sistema de feitorias, em um primeiro momento em busca de ouro e outros produtos. Como esse sistema não previa a penetração no interior do território, a exploração de ouro entrou em decadência. Ao mesmo tempo, com a intensificação do processo colonial na América, a partir do século XVI⁷, e a crescente demanda por mão de obra, os portugueses perceberam a potencialidade de um comércio transatlântico de escravos⁸. As feitorias já haviam sido estabelecidas ao longo do século XV por investimento português na extensão das costas do Atlântico e do Índico, tendo, para isso, envolvido, com muito esforço, as autoridades locais em sua rede. Era preciso conquistar sua confiança para que eles autorizassem a instalação da feitoria em seu território (MALOWIST, 2010).

O tráfico atuou como novo fator de instabilidade para a produção agrícola, causando esvaziamento do campo pelas guerras entre aristocracias em busca de prisioneiros. A economia de feitorias tampouco fomentou o surgimento de uma classe de negociantes locais, tal qual tinha feito o comércio transaariano, porque concentrou todo o processo nas mãos dos europeus. O século XVI trouxe consigo, portanto, a crise: o despovoamento das cidades e o declínio da economia rural, que causou o empobrecimento dos camponeses, levou ao retorno às florestas e à economia de caráter familiar e comunitária. A economia africana sofreu com a concorrência desleal europeia a qual destruiu as redes locais de comércio, arruinando a indústria e o artesanato. Além disso, a própria natureza do Estado em África foi modificada: o poder político, antes nas mãos dos chefes locais, passou para as aristocracias que se configuraram à moda da nobreza europeia (DIAGNE, 2010).

Assim, implantando-se solidamente na rede econômica, os navegantes europeus quebraram o curso normal das trocas interafricanas e estabeleceram seu próprio

⁷ Entre o século XV e o XVI, o comércio de escravos, protagonizado pelos portugueses, com números ainda pouco significativos, tinha como principal mercado a Europa e as ilhas atlânticas, onde já havia produção de açúcar e algodão (MALOWIST, 2010).

⁸ É importante ter em mente que o tráfico de escravos não foi uma exclusividade do comércio empreendido pelos europeus no continente africano. Tem-se registro desse tipo de atividade desde o século VI, e, conforme aponta Inikori (2010), todas as civilizações que se teve registro até então se utilizaram do comércio de escravos em algum período de sua história. O grande fator de diferenciação é que, além da grande extensão geográfica entre origem e destino dos escravos, os números envolvidos no tráfico transatlântico são realmente inéditos, no sentido de que jamais houve antes um fluxo tão intenso de pessoas traficadas para fins comerciais antes do estabelecimento das rotas comerciais dos europeus entre África e América (INIKORI, 2010).

monopólio de intermediários, operando nas feitorias. Não houve mais comércio propriamente africano entre Saint- Louis e Portendick, Grand Lahou e Elmina, Angola e Congo ou Sofala e Kilwa. Os pombeiros, os lançados e os tangomãos (intermediários) atribuíram- se o monopólio do comércio. A maior parte das trocas dependia dos monopólios português, espanhol, holandês e francês. Os intermediários portugueses, que moravam nas feitorias ou nas proximidades, operavam em mercados e feiras que defendiam pela força (DIAGNE, 2010, p. 48).

Claro que, ao fim e ao cabo, o tráfico transatlântico acabou por submeter os Estados africanos a uma ordem mundial, que, à época, era dominada pela Europa Ocidental - embora, seja preciso assinalar que esse não foi um fenômeno uniforme em todo o continente, de forma que regiões inteiras praticamente o desconhecera (OGOT, 2010). Como pontua brilhantemente Ogot (2010):

(...) o período 1500- 1800 foi crucial para as formações sociopolíticas do continente. É nesses três séculos que a maior parte dos habitantes das diferentes regiões da África se reagrupou para formar os conjuntos sociais, econômicos, religiosos, culturais e políticos que constituem os povos africanos de hoje (OGOT, 2010, p. 1058).

Até então, não havia pretensões colonialistas de fato sobre a África. Afinal, o interesse maior dos europeus estava na América, na prata, no ouro e nas *plantations* que o sistema colonial fabricou. Mas, se em 1500 a África era praticamente independente das relações com o restante do mundo, em 1800 já havia se tornado parte importante do comércio internacional que a integrava a Europa, Ásia e América em razão do bem-sucedido sistema atlântico. Um empreendimento que não foi pouco custoso a esses europeus que precisaram romper com as estruturas de Estados altamente centralizados e sociedades estratificadas, que haviam se constituído ao longo desses três séculos (OGOT, 2010).

Pouco a pouco, as redes de comércio passaram a predominar acima da ordem do Estado, levando ao colapso do poder político em diversas localidades. Enquanto empreendimento individual, o comércio de escravos mobilizou diferentes setores dessas sociedades na ânsia por poder. Se alguns Estados conseguiram tirar vantagens e enriquecer com ele, outros colapsaram. De forma geral, o saldo deixado pelo tráfico foi mais negativo que positivo. Com um Estado fragilizado, ou às vezes destruído, foi possível não só ampliar a rede de tráfico, mas também abrir frentes de produção agrícola, na tentativa - nem sempre bem-sucedida - de subordinar camponeses. Do outro lado dessa relação desigual, o tráfico de escravos foi a grande base que permitiu o processo de industrialização da Europa e da constituição do Atlântico enquanto espaço

econômico e geopolítico. O custo aos africanos, porém, fora alto demais, e as consequências são sentidas até hoje (ADE AJUYI, 2010a; OGOT, 2010).

Por sua vez, o século XIX trouxe consigo importantes mudanças que geraram transformações econômicas dentro e fora do continente. Foi nesse período que se sucedeu a abolição - deveras lenta e gradual - do tráfico de escravos e sua substituição pelo comércio lícito, principalmente de oleaginosas, as quais se mostraram produtos essenciais ao comércio internacional liderado por uma Europa industrializada. Ideologicamente, o fenômeno do abolicionismo foi consequência primeiro do fortalecimento do liberalismo, para o qual a ideia de escravidão se mostrava incompatível. O liberalismo, contudo, não necessariamente foi protagonista de propostas progressistas para inclusão dos homens libertos na sociedade, nem mesmo para formulação de uma nova ordem econômica que não pressupusesse subjugação do Norte sobre o Sul (M'BOKOLO, 2011).

Ainda assim, o tráfico chegou ao seu fim em meados do século, e os novos produtos de exportação na África Ocidental, principalmente os óleos de palma e de amendoim, deram um novo impulso ao crescimento econômico nessa região. Esforço conjunto de diferentes classes sociais da costa atlântica, desde camponeses, chefes locais e antigos oligarcas à classe de comerciantes que se constituiu com o tráfico e mesmo ex-escravos, esse investimento superou todas as tentativas de produção agrícola em que os europeus haviam se lançado anteriormente. Claro que as transformações decorrentes desse processo se deram de forma desigual entre os Estados da região, mas ao mesmo tempo o novo sistema permitiu a inserção de localidades que haviam sido excluídas do comércio transatlântico. Por fim, esse processo acabou por desencadear mudanças sociais e políticas para que esses Estados se adaptassem à nova ordem (M'BOKOLO, 2011).

Essas transformações ocorreram em grande parte em razão de fatores internos. Um desses fatores foi a expansão da *jihad* islâmica, prolongando-se até a Senegâmbia, regiões do Volta, norte da Nigéria, entre outras. Na região da África Ocidental, o aumento da demanda europeia pelas oleaginosas, marfim, borracha e sisal ampliou as rotas de comércio, proporcionando a acumulação de riquezas e a aquisição de armas de fogo vindas da Europa. Nas regiões conectadas a essa rede, o ciclo de trocas tornou-se fator para a ascensão e queda de Estados (ADE AJAYI, 2010b).

Seria impossível anular a atuação europeia e o impacto que ela gerou nessas transformações, ainda que em menor grau que os condicionantes internos, pelo menos até o terceiro quartel do século XIX. Assim, o contato, cada vez mais intenso, com a Europa propagou ideias diferentes sobre organização política e social que se converteriam, aos poucos, em fator de transformação em praticamente toda a África Subsaariana, ao mesmo tempo em que os soberanos africanos empreendiam seus esforços em reformas internas que buscavam a não submissão à ordem internacional europeia (*Op. cit.*). A verdade é que ao longo do século XIX a força das tradições africanas conservadas dos períodos anteriores agiram de forma muito mais marcante na configuração dessas reformas (ADE AJUYI, 2010a).

As mudanças mais profundas pelas quais esses Estados se submeteram foram de ordem política de modo a tirarem proveito da maior lição que o tráfico de escravos havia ensinado: era preciso um Estado forte política e militarmente para sobreviver às investidas europeias e delas poder tirar proveito. Se o século XVIII terminou com um grande número de Estados fragilizados ou em crise, integrados total ou parcialmente ao eterno movimento de fluxo e refluxo comercial do tráfico de escravos, o século XIX trouxe esse novo impulso transformista, mas não sem custo. Houve instabilidade política, novos movimentos populacionais e conflitos. Nesse movimento, muitos Estados e impérios acabaram sendo absorvidos por outros mais poderosos. Da mesma forma, novos centros de poder surgiram, experimentando novas estruturas administrativas, como o aperfeiçoamento do sistema fiscal (ADE AJUYI, 2010b). Assim,

A África buscara estruturas políticas mais estáveis ao longo de todo o século XIX e, inclusive, anteriormente a esta época; o estado de coisas reproduzido no continente não era senão o prolongamento de uma tendência constituinte da evolução geral destes povos. Talvez tenha havido uma aceleração no século XIX e as mudanças associadas até então à ascensão de Estados como o antigo Oyo, no século XVII, ou o Ashanti, o Daomé, o Fouta-Djalon, o Fouta Toro e o Bondu, no século XVIII, generalizar-se-iam muito mais nesta época. Em todo caso e aparentemente, houve um esforço mais deliberado para institucionalizar as transformações políticas, inscrevendo-as em estruturas de caráter mais permanente e apoiando-se em novos dispositivos militares, econômicos e sociais (ADE AJUYI, 2010b, pp. 908-909).

Ou seja, ao final do século, quando se deu início o processo de colonização de fato do continente africano, os europeus não estavam lidando com comunidades desconexas e desestruturadas, mas sim com Estados - pelo menos, na maioria dos casos⁹. Foi preciso um

⁹ Como já havia colocado anteriormente, coexistiram em toda a extensão do território africano diferentes tipos de organizações sociopolíticas, algumas no formato de Estados, com o poder político altamente centralizado, outras com um poder mais difuso e uma institucionalidade mais informal, geralmente na figura de um líder carismático munido

investimento pesado para desfazê-los e tornar possível a dominação colonial. Contudo, as análises históricas - geralmente ocidentais - sobre o fenômeno do colonialismo tendem a mostrá-lo como uma sucessão de fatos decorrentes do cenário europeu e seus condicionantes, de forma a anular o protagonismo africano sobre seus próprios processos internos. Foi isso que tentei demonstrar ao longo desta breve análise. A seguir, dedico algumas páginas no intento de ilustrar o estabelecimento e desenvolvimento do Estado colonial. Pretendo, assim, apontar importantes heranças deixadas por ele, as quais marcarão a reconstrução dos Estados africanos na era pós-independência, a partir dos movimentos de libertação que tiveram lugar a partir do final da década de 1950.

2.4 Da Colonização às Independências: protagonismo europeu?

O interesse europeu sobre o continente não foi imediato, como demonstrei anteriormente, e começou a se intensificar já no século XVIII. Foi aí que expedições exploratórias passaram a ser conduzidas em diversas regiões com fins de pesquisa e de reconhecimento dos territórios. A penetração das potências europeias, cada vez maior ao longo do século XIX, fora facilitada pelas redes de comércio lícito que haviam mantido a estrutura das antigas redes do tráfico de escravos. Ou seja, ainda não há interiorização nesse processo de penetração, uma vez que os mercadores europeus permaneciam concentrados na costa. Ademais, internamente, o comércio inter-estados continuava como um fator econômico mais decisivo para o crescimento do que o comércio exterior com a Europa, justamente porque a agricultura era a principal atividade dessas populações (ADE AJUYI, 2010a).

Na Europa propriamente, a Revolução Industrial foi fator inegável para esse crescente interesse, o que acabou gerando o acirramento dos ânimos entre os europeus em sua competição hegemônica. A década de 1870 representou, assim, um novo período para essa Europa que agora respirava nacionalismo. Atividades antes desenvolvidas em África passaram, portanto, a serem vistas como de interesse nacional. Não à toa, os processos tardios de unificação tiveram seu desfecho, dando origem aos Estados da Itália e da Alemanha, os quais nasceram já mergulhados na competição por matérias-primas africanas (ADE AJUYI, 2010b).

de uma certa divindade, mas que conservavam um perfil mais igualitário. As reformas que se sucederam no século XIX agiram no sentido da centralização política na maioria dos casos, mas ainda não dá para se dizer que o fenômeno do Estado era universal na África (ADE AJUYI, 2010a; MAZRUI, 1983).

Essa competição - pelo menos em um primeiro momento - não desencadeou conflitos entre os europeus, mas uma estratégia conjunta para o enfraquecimento sistemático dos Estados africanos e suas autoridades, aproveitando-se justamente da confiança que fora construída, em especial no último século, com os processos de reforma interna. Isto é, os europeus continuaram reconhecendo a soberania dos Estados em África e optaram por destruir gradativamente suas bases econômicas para torná-los dependentes. Sendo o comércio a essência das relações entre Europa e África, os comerciantes desempenharam importante papel ao buscar sempre negociar termos que fossem muito mais lucrativos a si, fortalecidos pelo discurso liberal de que não cabia ao Estado regulamentar essas trocas. Convenceram, assim, várias autoridades africanas a se endividarem descabidamente em bancos europeus, manipulando o serviço da dívida para garantir o direito sobre a produção agrícola e as taxas aduaneiras. Os missionários, por sua vez, operaram no sentido da aculturação identitária (ADE AJUYI, 2010b).

Os europeus contavam ainda com uma incontestável superioridade militar, não em termos de treinamento e táticas de combate, mas em número de armamentos e tecnologia empregada. Além disso, os processos de reforma haviam modificado a balança de poder no continente, na medida em que alguns Estados mais bem organizados e armados englobaram outros. Esse cenário gerou conflitos internos, favoráveis à estratégia europeia. Afinal, era preciso frear esse processo que criava Estados cada vez mais consolidados, com um alto grau de institucionalização do poder político (ADE AJUYI, 2010b). Essa conjunção de fatores propiciou a partilha de territórios, cuja fama ficou com a Conferência de Berlim¹⁰, que ocorrera entre 1884 e 1885. Apesar do mito que se criou sobre a Conferência, a configuração das fronteiras coloniais foi consequência de um processo progressivo, construído à medida que se ampliava a presença colonial, com influência direta de fatores próprios aos Estados africanos (DÖPKCE, 1999; MBEMBE, 2013).

Conforme aponta Achille Mbembe (2013), a própria diferenciação entre litoral e interior dos atuais Estados é uma consequência da forma como os europeus foram adentrando o território, uma vez que a interiorização do processo de colonização só se deu de fato após a Conferência. A partir daí, com ação de missionários e negociantes, essas fronteiras ganhavam contornos militares

¹⁰ A Conferência de Berlim foi o ápice do processo de partilha do continente africano. Convocada por Bismarck, então chanceler alemão, ela teve lugar na cidade de Berlim, entre novembro de 1884 e fevereiro 1885. Tinha como objetivo resolver as disputas territoriais entre as potências européias na porção ocidental da África, cuja controvérsia desencadeadora se deu em razão do território do que hoje é a República Democrática do Congo, entre Portugal e Bélgica. A ideia inicial não era fazer uma partilha de fato, mas com a intensificação da corrida pelos territórios, a partir do anúncio de que a conferência ocorreria, achou-se por bem determinar critérios e normas para uma corrida que se iniciava (UZOIGWE, 2010).

através da construção de fortalezas e do sufocamento - nem sempre a baixo custo - de revoltas locais. Contudo, o autor pontua a importância de se ter em mente que tais fronteiras não são mero produto da colonização, mas de um conjunto de configurações comerciais, militares e religiosas desses períodos, assim como das relações entre os Estados europeus e deles com os Estados africanos (MBEMBE, 2013).

Assim, gradualmente, populações de diferentes Estados - e não diferentes origens étnicas - foram incorporadas a um mesmo domínio colonial e submetidos a uma administração centralizada no poder metropolitano (DÖPCKE, 1999). Não se pode negar, contudo, que as potências coloniais se utilizaram do preceito de “dividir para conquistar”, fomentando rivalidades internas como ferramenta de dominação (M'BOKOLO, 2010b). Essa prática se consagrou com a implementação do regime de colonatos, em que a raça ou etnia eram fator de estruturação territorial, de modo que pertencer a um determinado grupo étnico (ou raça, no caso dos colonos brancos) era condição para acesso a terras e recursos. Foi o que aconteceu, por exemplo, no caso da África do Sul (MBEMBE, 2013).

Politicamente, os Estados coloniais que surgiram desse processo se caracterizaram por uma particularidade importante: a coexistência entre o poder colonial, substituído pelo poder central no pós-independência, e o poder tradicional. O Estado colonial era uma verdade essencialmente nos espaços urbanos e nas capitais de províncias, mas pouco chegou às zonas rurais, principalmente às mais afastadas, onde predominava a ordem tradicional. A dicotomia, contudo, nem sempre foi bem aceita pelo poder colonial. Ainda assim, essa coexistência pactuada entre as duas fontes de poder permanece e é traço característico dos Estados pós-coloniais africanos - embora o poder central resista em reconhecer o direito costumeiro e as práticas jurídicas das autoridades tradicionais em alguns países¹¹ (ARAÚJO, 2017).

Economicamente, o colonialismo tornou as economias africanas dependentes e imbricadas à economia internacional na forma de fornecedoras de matérias-primas. As redes interafricanas de comércio, que haviam por séculos fomentado as indústrias e a produção agrícola locais, foram destruídas na medida em que a cada domínio colonial só era permitido realizar trocas com a metrópole. Até mesmo a agricultura de subsistência fora esfacelada em detrimento na monocultura - mais lucrativa aos interesses metropolitanos -, tornando necessária a compra de insumos básicos de alimentação. O sistema colonial tratou também de sufocar qualquer impulso

¹¹ Em Angola, isso não se verifica, como mostrarei nos capítulos que se seguem.

industrializante. Não à toa a infraestrutura construída durante o período em nada contribuiu para o desenvolvimento das regiões, uma vez que era destinada apenas para permitir o acesso aos recursos explorados e seu escoamento para os mercados europeus (ADU BOAHEN, 2010).

Uma série de movimentos anticolonialistas tiveram lugar na África desde o início do século XX, assumindo formatos distintos dentro de cada realidade. A verdade é que os africanos nunca abandonaram a resistência, nem antes da implementação dos sistemas coloniais nem durante sua existência. A resistência popular desde cedo já se mostrava alicerçada em uma consciência de pertença nacional ou social. Enquanto em alguns lugares ela permaneceu com seu aspecto de guerrilha - típico de populações que perdem a soberania sobre seu território e são submetidos a um poder externo -, em outros começou a surgir movimentos intelectualizados, que bebiam da tradição e de influências estrangeiras (M'BOKOLO, 2011). No caso de Angola, como mostrarei, esse movimento nasceu associado à valorização da angolanidade, e já nos anos 1930 tem-se registro da formação de associações com esse caráter, a exemplo da Liga Nacional Africana (ROCHA, 2009).

A Segunda Guerra Mundial atuou como catalisador dos sentimentos anticolonialistas: enfraqueceu a imagem de superioridade e invencibilidade do homem branco que havia sido construída ao longo dos séculos anteriores. Ademais, a necessidade dos europeus em empregar tropas africanas em algumas de suas frentes de combate deu a esses homens uma falsa esperança de valorização que não se confirmou. O final do conflito mundial, com a derrota da Europa Ocidental que perdera sua hegemonia para as novas superpotências, EUA e União Soviética, também inaugurou um novo período para a consciência política em África, a qual se inseria agora no embate bipolar do capitalismo *versus* socialismo. O nacionalismo, por sua vez, se unia ao anticolonialismo para fortalecer o movimento terceiro-mundista que nascera e impulsionar os movimentos de libertação nacional. Os anos 1950 foram decisivos, a começar pela independência de Gana em 1957, abrindo caminho para a década africana, como ficaram conhecidos os anos 1960 pela enorme onda de independências que tomou o continente (M'BOKOLO, 2011).

2.5 A problemática do Estado Nacional no continente africano: o imperialismo do discurso

Findado o período colonial, é consenso que foram diversas e profundas suas consequências em África. Mas é preciso pensar sobre elas no sentido de não colocá-las como

fonte primordial de mudanças no continente, tirando, assim, todo o protagonismo e dinamismo próprios das sociedades africanas, tal qual a História produzida no Ocidente possa ter feito parecer. Os impactos existem e são sentidos ainda hoje pelos Estados contemporâneos, porém, não são a origem exclusiva das estruturas que os caracterizam no período pós-colonial. Da mesma forma, o que quero colocar é que é comum que se argumente em cima de características que são atribuídas a esse Estado pós-colonial para colocá-lo como fragilizado e problemático. São justamente essas características - já antes mencionadas - que marcaram o processo de formação dos Estados nacionais europeus, mas que, no caso africano, são tratadas com retórica negativa.

A começar pela questão da multietnicidade. Os Estados africanos são conhecidos pela sua multiplicidade linguística e cultural, consequência da diversidade étnica existente no continente. Coloquei mesmo nesse capítulo que esse fato não é em si uma inverdade, mas a forma como ele é instrumentalizado pela História é problemática. Isso porque essa multietnicidade é dita como fonte de conflitos internos nos Estados africanos pós-coloniais, uma vez que a colonização teria criado Estados com fronteiras artificiais, desrespeitando as fronteiras étnicas. Contudo, como coloca Vansina (2010), a configuração atual da “distribuição étnica” ao longo do continente é na verdade consequência dos movimentos populacionais e das migrações que se deram entre os séculos XVII e XIX em razão do tráfico de escravos, entre outros fatores (DÖPCKE, 1999; VANSINA, 2010).

Ou seja, primeiramente, não é uma configuração “original”, denotando que as populações africanas se caracterizam por um alto grau de mobilidade e suas estruturas sociopolíticas, pelo dinamismo. Em segundo lugar, e talvez mais importante para o que pretendo demonstrar, essa configuração não é fruto da colonização. O colonialismo não é sujeito dessas transformações. Ele pode ter sido agente, mas não as fez sozinho. Os Estados africanos pré-coloniais já eram por si só multiétnicos, da mesma forma como eram e são os Estados europeus. Esses que ao longo do seu processo de constituição englobaram em sua jurisdição grupos populacionais de diferentes origens etnolinguísticas, aplicando muitas vezes políticas homogeneizantes, principalmente no que dizia respeito à educação para impor o predomínio de sua língua sobre as demais.

O que quero argumentar com isso é que se os Estados africanos não são, de fato, etnicamente uniformes, tampouco o são os Estados europeus. Mas os europeus sabem disso. Tanto sabem que a literatura especializada no tema produzida pelo Ocidente deixa claro, dentre

as várias dúvidas que não explica, que a forma do Estado-nação não prevê nem demanda uniformização (ANDERSON, 2008; GELLNER, 1983; HOBBSAWM, 2016; SMITH, 1991). O problema está no fato de que a História que se produziu e se produz sobre África tem insistido nessa característica para argumentar pela inviabilidade dessas estruturas africanas enquanto Estados nacionais.

Na esteira dessa problematização, é preciso falar também da questão das fronteiras, as quais são ditas como artificiais. A artificialidade se daria na medida em que a configuração das fronteiras que dividem hoje os 54 Estados africanos foi definida pelo processo colonial, através das divisões arbitrárias feitas pelas potências coloniais. Ora, é bem verdade que uma parte considerável desse desenho político do continente se deu por obra dos colonizadores, mas a opção pela sua manutenção fora dos próprios Estados africanos no período pós-independência. Essa opção não se deu de forma automática: inúmeros debates tiveram lugar até que se chegasse à decisão, formalizada em uma das primeiras deliberações da Organização da Unidade Africana (OUA)¹² (DÖPCKE, 1999). A proposta vencedora se justificava em evitar inflamar conflitos de caráter nacionalista (ARAÚJO, 2017).

Além disso, é comum o argumento de que a ideia de fronteiras é alheia às sociedades africanas que, por desconhecerem-na, são incapazes de internalizá-las ao seu processo político. Mas, como demonstrei ao longo deste capítulo, essas sociedades estavam, em boa parte dos casos, fortemente institucionalizadas em estruturas sociopolíticas com uma clara noção de territorialidade, a qual pressupõe a delimitação em fronteiras. Ou seja, o fenômeno da delimitação territorial não é exclusivo aos casos europeus, é inerente a muitas formas de organização política humana. Dessa forma, as sociedades africanas não conheceram a ideia de fronteiras a partir da colonização. Elas já a implementavam muito antes dos europeus conseguirem obter êxito em seu empreendimento colonial, fossem essas fronteiras em forma de zonas ou de linhas (DÖPCKE, 1999).

¹² A Organização da Unidade Africana foi criada em 23 de maio de 1963, sob os princípios do pan-africanismo, durante a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos agora independentes Estados africanos. A organização tinha como objetivo promover um espaço para diálogo entre seus Estados-membros no sentido de ampliar a unidade e a solidariedade dentro da comunidade africana e, para isso, seguiu os preceitos básicos da carta das Nações Unidas, como o respeito à autodeterminação dos povos e à soberania territorial, a não-intervenção em assuntos internos e a solução pacífica de controvérsias (KODJO; CHANAIWA, 2010). Em 2002, a OUA foi substituída pela União Africana pela sua incapacidade de lidar com os novos desafios impostos pelo mundo globalizado de pós-Guerra Fria, em que o continente africano busca seu desenvolvimento (HAFFNER, 2013).

Por essas razões, da artificialidade e da própria ideia de fronteira, tornou-se clichê defender que esse desenho territorial é fonte primordial de conflitos no continente, porque coloca sob um mesmo domínio grupos étnicos rivais. Esse argumento tem, para mim, dois problemas fundamentais. Primeiramente porque, como já demonstrei, não se trata de uma questão de etnicidade. Os próprios Estados africanos já eram multiétnicos antes da colonização. Além disso, como coloca Caley (2017), é inerente à natureza de qualquer coletividade humana tensões e conflitos, principalmente porque as relações - amistosas ou conflitantes - entre as populações africanas são anteriores à colonização. Tanto é que o comércio transaariano criou uma rede imensa que ligava clãs e Estados nas mais distantes regiões do continente. Em segundo lugar, seguindo o argumento de Döpcke (1999), qualquer formação sociopolítica moderna acaba interferindo ou destruindo a configuração anterior. E, ainda assim, em alguns casos africanos, nota-se correspondência entre a estrutura atual e a pré-colonial. Mas esse processo também ocorreu na Europa Ocidental ao longo da constituição de Estados nacionais modernos, como mostra Hobsbawm (2016).

Nesse sentido, Asiwaju (1993) é brilhante em sua análise que compara o caso dos iorubás - grupo etnolinguístico da região sul do Saara, divididos entre possessões coloniais francesas e britânicas - e dos catalães¹³ - grupo etnolinguístico, cujo território fora dividido entre Espanha e França. O que Asiwaju quer demonstrar com sua comparação é que, em ambos os casos, a configuração das fronteiras e a definição do poder central que teria domínio sobre cada território vieram de fora, através de imposição. A lógica do Estado-nação prevê isso na medida em que tem base essencialmente territorialista. Isso significa que, tanto na África quanto na Europa, a constituição de um Estado aos moldes europeus gera impactos diretos na vida cotidiana da população, e muitos desses impactos são negativos. Mais uma vez, essa não é uma exclusividade dos casos africanos.

O problema está, portanto, na minha visão, na própria forma do Estado-nação e no seu processo de constituição. Não se trata de um problema dos casos africanos em si. Presumo que a fonte das argumentações sobre a inviabilidade desse modelo em África reside no fato de que, como apontam Araújo (2017) e Graça (2005), os Estados pós-coloniais africanos não tenham nascido apenas a partir do modelo europeu. Trata-se aqui de um Estado híbrido, que preserva

¹³ Sim, refiro-me aos catalães como “grupo etnolinguístico” porque, como menciono na introdução deste trabalho, apesar do caráter pejorativo que a denominação adquiriu nas ciências sociais ocidentais (AMSELLE, 2017), é justamente o tipo de classificação que podemos lhes atribuir.

tanto características herdadas do Estado colonial quanto características que têm origem nos valores próprios dos povos africanos. Ou seja, o processo de formação de Estados-nação em África é por si só bastante complexo.

O professor Chatterjee (1993) também vai argumentar nesse sentido para contrapor a ideia de que o Estado pós-colonial seria uma reprodução automática do modelo que os europeus importaram através da colonização. Para ele, pensar o Estado pós-colonial dessa forma tira a agência dos seus próprios atores: eles seriam meros consumidores do que o Ocidente produz socialmente, o que nem de longe seria verdade. Faz coro a ele Jean-François Bayart (2008), defendendo que o Estado na África se constitui a partir de elementos das sociedades pré-coloniais unidos a características herdadas do colonialismo. Ou seja, a colonização, apesar de historicamente breve, deixou marcas profundas nessas sociedades, comprometendo diretamente a ruptura com as práticas institucionais dos sistemas coloniais (GONÇALVES, 2013), cuja maior expressão é, para mim, a importação do modelo do Estado-nação.

Contudo, é preciso descolonizar nosso discurso. Afinal, a verdadeira colonização do território africano se deu propriamente pelos povos que ali habitavam, em um empreendimento muito mais duradouro e persistente que aquele feito pelos europeus desde a sua chegada no século XV. O espaço de tempo em que essas comunidades, estivessem elas organizadas da forma que fosse, viveram em estabilidade é consideravelmente superior ao período de presença europeia e às instabilidades que ela gerou (VANSINA, 2010). Nos capítulos que se seguem, pretendo defender meu argumento de forma mais minuciosa a partir da análise da formação de um Estado pós-colonial em Angola, a partir de sua independência em 1975.

3 A GUERRA CIVIL ANGOLANA: ANTECEDENTES DE UMA VISÃO ESTIGMATIZADA

Tendo a Guerra Civil Angolana como episódio marcante não só da História de Angola, mas também desse processo de construção e viabilização de uma visão estigmatizada sobre o caso do Estado Nacional em África, este capítulo pretende analisar seus antecedentes a fim de elencar quais fatores conduziram Angola para o conflito. Minha ideia aqui é unir as ferramentas necessárias para que se veja a Guerra Civil para além de um conflito étnico como a literatura busca demonstrar. A narrativa que construo, portanto, utiliza os fatos históricos como ferramenta para testar a hipótese de que há um estigma sobre esse episódio, endossado pela literatura ocidental. Para dar conta deste desafio, inicio minha análise trazendo uma visão sobre as sociedades autóctones angolanas, ditas pré-coloniais, e a forma como se organizavam com o propósito de demonstrar como a multietnicidade já era um fator presente nessas comunidades. Em seguida, trago um exame acerca do sistema colonial português, desde a chegada dos primeiros navegadores até sua implementação de fato, no pós-Conferência de Berlim, e o nascimento de um nacionalismo angolano em resposta a essa colonização.

3.1 As sociedades autóctones no período pré-colonial

Para muitos dos especialistas que se propõem a discutir a problemática do Estado em Angola, ou em outros países africanos modernos, tal qual Manuel Jorge (2013), a questão primordial reside no fato de que se toma, equivocadamente, como ponto de partida que os espaços que lá existiam, quando da chegada dos portugueses - e mais tarde de outros europeus -, se tratavam de territórios sem qualquer tipo de organização social e política. A história ocidental ajudou a perpetuar essa “verdade” com objetivo de justificar o que o colonialismo fez e destruiu no continente. Sobre isso, ele mesmo coloca:

(...) o Estado colonial foi construído e imposto sobre os escombros das entidades estatais preexistentes. O regime colonial, que se impôs pela força, venceu mas não convenceu. Eis porque o Estado colonial não conseguiu silenciar, nem fazer desaparecer completamente, essas entidades (JORGE, 2013, p. 109).

A população angolana é de origem bantu em sua quase totalidade, e é graças a essa raiz linguística comum que os grupos étnicos que se formaram posteriormente sempre puderam

manter relações entre si. Relações, aliás, indispensáveis à sua manutenção enquanto sociedades complexas, uma vez que as atividades econômicas tradicionais africanas são baseadas na complementaridade de economias através do comércio em rede, o qual, por seu turno, garantia a fluidez das fronteiras. Não tendo sido os primeiros habitantes dessas terras, os povos bantu chegaram a Angola em diferentes ondas migratórias, derivadas de regiões geográficas diferentes, tendo expulsado boa parte das populações que ali habitavam anteriormente. As características que guardavam, anteriores ao movimento migratório, e seu processo de adaptação às novas condições ambientais produziram as diferentes formações sociais que se desenvolveram na Angola pré-colonial (SERRANO, 2008).

A chegada dos portugueses no final do século XV, como bem pontua Caley (2017), não foi fator de extermínio das sociedades autóctones e suas dinâmicas, nem imediata ou gradualmente. Na verdade, os traços que são típicos da organização dessas sociedades se manifestam ainda hoje em muitas regiões de Angola. O que o processo colonial fez foi introduzir no território o modo de produção capitalista, até então alheio às dinâmicas das sociedades locais. Assim, a Angola colonial, que se construiu lentamente, ao longo dos séculos de ocupação portuguesa, integrou a essas práticas a lógica capitalista, mas não conseguiu destruí-las (CALEY, 2017). A verdade é que quando os portugueses chegaram à região, os povos que ali se encontravam já estavam em uma fase bastante avançada de seu processo histórico, tal qual na Europa Ocidental, inseridos em disputas por hegemonia entre as monarquias e os impérios que ali se haviam formado (JORGE, 2013).

O estudo dessas sociedades autóctones, contudo, é ainda restrito, tendo em vista que a principal fonte a que se tem acesso no mundo ocidental são justamente relatos de viajantes europeus da época - carregados de uma visão viciada do desconhecido (*Op. cit*). Ou seja, a História que se conhece sobre Angola e sobre o povo angolano não é a História escrita e relatada por esses africanos, entre os quais predominava a tradição oral. Isso contribuiu para difundir a ideia de que esses povos não têm História ou que só começaram a tê-la quando da chegada do homem branco civilizador, e, por isso, seriam civilizações atrasadas (JORGE, 2013). Um atraso justificado, entre outros motivos, em razão de um suposto isolamento, o qual não se confirma: registros apontam para a penetração de árabes no continente, em especial nas regiões Norte (onde ainda hoje são maioria) e Leste, assim como de romanos, cartagineses e asiáticos. Isso ajuda a demonstrar que, mesmo antes da expansão bantu, já se tinha presença de sociedades com uma

organização social e política bastante sólida e complexa, com influências vindas de diferentes regiões do continente (CALEY, 2017).

A partir disso, o objetivo desta seção é demonstrar brevemente a complexidade dos principais reinos angolanos pré-coloniais, quais sejam: o reino do Kongo, o reino Ndongo e o Império Lunda. Conforme defende Caley (2017), entre essas e as demais sociedades angolanas predominava basicamente um único modo de produção, embora encontrem-se diferenças nos sistemas econômicos de acordo com as condições naturais de cada região - às vezes até dentro de um mesmo reino (TAVARES, 2009). Caley ainda aponta para as quase imperceptíveis barreiras étnicas entre as populações que compunham essas sociedades, diferentemente daquilo que insiste em apontar a literatura ocidental.

O Reino do Kongo não pode ser definido em fronteiras fixas porque passou, ao longo de sua existência, por diversos períodos de alteração devido a movimentos de expansão e conquista, entre os séculos XIII e XIV, até sua consolidação e queda definitiva em fins do século XIX, após a Conferência de Berlim (SETAS, 2007). Tendo sido fundado no século VII, o reino teve origem na união de doze linhagens para formar um Estado autônomo - sim, a organização do reino se mostrava tão complexa que é assim denominada por autores da área. Outro aspecto relevante dessa formação é destacar que essas linhagens derivam de grupos sociais distintos que se ajuntaram¹⁴ - um total de 144 tribos, de três origens diferentes (proto-bantu, proto-Njila e híbrido). Já nessa época, tem-se registro de homens brancos que negociavam mercadorias na região onde foi fundado o reino (MAMPUYA CIPRIANO, 2012).

A partir do século XIII - data em que já se tem registro de comerciantes brancos na região - seu território esteve dividido em províncias principais e outras organizações menores, fixadas dessa forma pelos portugueses no século XVII. Essas províncias eram: Soyo, Mpemba, Mbamba, Mbata, Nsundu, Mpangu e Mbanza, uma espécie de capital onde estava centralizado o poder do rei. Na prática, essas províncias eram sobados que nem sempre estavam submetidos à autoridade real, e em alguns casos se mostravam até mesmo revoltosos a ela. A nem tão rara insubmissão dos sobas vem do fato de que essas regiões foram, na verdade, anexadas ao que passou a compor o reino do Kongo, sendo submetidas aos Muxicongo e administradas por governadores nomeados pelo rei - com exceção da província de Mbata, cujo governador era nomeado pela população local. Essas províncias eram mantidas através da cobrança de impostos (SETAS, 2007).

¹⁴ Inclusive, a palavra *kôngo* significa união.

Os ambundu, um dos maiores grupos populacionais angolanos, migraram em busca de melhores terras agricultáveis para região compreendida entre os rios Kwanza e Bengo, estabelecendo-se a oeste por volta do século XIII a estrutura sociopolítica que deu origem ao Reino Ndongo. Apesar da estrutura monárquica, o rei, chamado de Ngola¹⁵, detinha poder restrito e limitado. À semelhança do que acontecia na Europa, que nessa época vivia sua Idade Média, os sobas eram independentes do poder do rei, ora por razões puramente geográficas - ou seja, a distância entre os sobados e a administração central -, ora pela falta de legitimidade do rei junto aos sobas. Contribuía para essa descentralização o costume dos Ngolas de se manterem isolados em sua residência, sendo suas ordens transmitidas através de seus funcionários (BIRMINGHAM, 2004; CARVALHO, 2011).

O reino se mostrava com uma complexa estrutura social, altamente hierarquizada e com papéis muito bem definidos. Mesmo com o grande poder que os sobas apresentavam em relação ao rei, este contava com o auxílio dos *makotas*, uma espécie de conselho de anciãos cuja influência em relação ao Ngola era capaz de limitar o poder dessas lideranças locais. Abaixo deles estavam os *mani-ndongas*, sacerdotes supremos, seguidos dos *tandalas*, que desempenhavam funções semelhantes a de primeiro-ministro, esses, por sua vez, seguidos pelos *tandalas de cari*, ministros secundários, e as lideranças militares, designadas como *ngolambole*. Além da hierarquização do poder político, dentro da sociedade do Ndongo existia uma distinção entre os cidadãos, sendo que alguns destes poderiam ser escravizados, enquanto outros não (CARVALHO, 2011).

O reino de Ndongo manteve durante muito tempo relações muito próximas com o reino do Kongo, sendo a península de Luanda um espaço comum que permitia essas transações. Essas relações teriam sido rompidas em 1542, após a batalha de Dande desencadeada pelas disputas em torno das minas de prata na região de intersecção entre os reinos, a qual terminou com a derrota do Kongo. Daí em diante o afastamento foi se ampliando em função das intrigas propositalmente criadas pelos comerciantes portugueses para desestabilizar alianças na região. Aliás, é importante ressaltar que, diferentemente dos soberanos do Kongo, no Ndongo, as autoridades se mostraram muito reticentes e desafiadores às tentativas dos portugueses de conquistar espaço dentro da corte, justamente em razão do que tinha se desenrolado em seu vizinho a norte. Foi justamente

¹⁵ Denominação que daria origem ao nome Angola.

essa resistência que, apesar da derrota do Kongdeo, tardou e dificultou a empresa colonial portuguesa na região (SOUSA SANTOS, 2012).

A leste, contudo, os ambundu que ali se estabeleceram se caracterizaram principalmente pela ausência de reinos grandes e estáveis. Segundo Miller (1995), muitos proto-reinos haviam surgido por volta de 1600, mas nenhum deles conseguiu se expandir significativamente e a maioria se desintegrou pouco tempo depois de sua criação. O que é importante ter em mente nesses casos é que a ausência de uma estrutura política centralizada não remete automaticamente à falta de capacidades para tal. Miller (1995), nesse sentido, destaca que o funcionamento dessas sociedades não era perturbado pela existência de um sistema descentralizado, como era o caso dos Songo, uma das comunidades derivadas do grupo etnolinguístico ambundu, que nunca conseguiu desenvolver um sistema sociopolítico centralizado. Essa comunidade, por exemplo, conseguia mobilizar uma divisão dos recursos escassos e de forças militares quando necessário.

Por fim, o Império Lunda, fundado entre os séculos XIII e XIV, compreende um espaço limitado pelas bacias do Zambeze e do Kongo o qual era constituído de nove Estados que teriam tido origem nos três ancestrais Lunda, de acordo com o mito fundador. Vale dizer que, entre os séculos XIV e XV, essas populações ainda não estavam organizadas no formato estatal, como outros reinos da região da África Central. Tratava-se ainda de um conjunto de aldeias baseadas em linhagens familiares. Segundo Mampuya Cipriano (2012), o império era composto por três grandes populações caracterizadas pela ausência de um poder centralizado. Eram elas (i) os Lûba, vindos do Norte, (ii) os Mbûngu, do Sul, e (iii) os Mpanga, do Leste. A elas, Tavares (2009) ainda acrescenta os Cokwe como povo predominante na região. Esse grupo apresentava uma estrutura familiar baseada em princípios rígidos e simples a qual contribuiu diretamente para sua expansão ao longo do território a partir de um núcleo inicial pequeno (MAMPUYA CIPRIANO, 2012; MILLER, 1995; TAVARES, 2009).

A expansão Lunda teria acontecido, segundo John Thorton, entre 1700 e 1852, sendo que sua história e de seus chefes estaria diretamente ligada às transformações que ocorreram no interior do continente africano a partir do século XVI. O processo lento de centralização nas sociedades lunda acabou criando fraturas no tecido social e provocando a emigração de algumas chefias contrárias ao processo. Isso porque nessa região havia um número significativo de chefias relativamente independentes entre si, que se uniam sob uma única chefia apenas em casos de necessidade, e tinham suas próprias práticas de sucessão, todas baseadas no parentesco - uma

tradição bastante antiga entre as populações da região. Esse aspecto segmentar da estrutura de linhagens sucessórias, segundo Miller (1995), teria restringido a formação de instituições políticas centralizadas em uma única autoridade (MILLER, 1995; TAVARES, 2009).

Tanto o reino do Kongo como o império Lunda - ambos concentrados no Norte e Nordeste - se apresentam como estruturas sociopolíticas que extravasam os limites do que hoje é Angola, o que demonstra, na visão de Caley (2017) que apresentam, em tempo cronológico, mais antiguidade do que o tempo de povoamento. Quanto às civilizações da região Centro-Sul, Caley (2017) observa que se encontravam, quando da época dos primeiros contatos com os navegadores portugueses, em um processo de evolução sociopolítico e econômico que conduziria à formação de Estados.

O sistema colonial português, como abordarei melhor a seguir, agiu ao longo do tempo no sentido de destruir gradualmente os vínculos internos que mantinham a coesão entre as sociedades autóctones. Apesar das investidas coloniais, é preciso ter em mente que, sobretudo no interior, as populações angolanas resistiram para manter vivas suas tradições. O que busquei demonstrar aqui foi que diferente do que se tende a pensar acerca de Angola pré-colonial, o território era composto de uma diversidade de entidades sociopolíticas com interessantes graus de complexidade os quais fogem do estereótipo que se criou de um emaranhado populacional sem nenhum tipo de organização interna. Esses Estados, na forma como se encontravam na trajetória de evolução política, já tinham assentado suas próprias identidades, que não necessariamente tinham base étnica, tendo em vista multietnicidade característica. Como coloca o professor Jorge (2013):

O processo de construção dos estados e das nacionalidades estava em curso quando o sistema colonial português veio impor, não um regime de vassalagem, mas uma regressão histórica. As sociedades locais que estavam numa fase de estruturação foram desestruturadas pela destruição das instâncias do poder e da sua representação, por um lado, e pela instauração da escravatura e da exportação, no lugar da escravatura de reféns. É essa regressão histórica que desorganizou as sociedades locais. Os melhores, os mais aptos, foram mortos ou deportados. Os chefes foram desonrados, Seguiu-se a deliquescência dos poderes locais e a estruturação da sociedade em grupos etnolinguísticos. Aquilo que na Europa medieval constituíram feudos, na África pós-colonial se transformou em “sobados” (JORGE, 2013, p.113).

Buscaram, assim, aos poucos, destruir as estruturas pré-capitalistas que encontraram moldando as sociedades autóctones. Para isso, foi preciso agir no sentido de isolar as autoridades locais para deixá-las incapacitadas de exercerem seu poder frente à população. Além disso, tomaram para si o controle sobre as rotas de comércio, estrangulando a economia dos Estados

autônomos e exterminando sua autonomia. De outro lado, operaram a introdução compulsiva e compulsória de hábitos e costumes europeus, a fim de asfixiar as manifestações de cultura local. Novas sociedades se constituíram a partir desse processo, nascendo já aos moldes de um novo ambiente, controlado pela autoridade colonial. Essas novas sociedades passaram a se caracterizar pela divisão étnica, um elemento até então inédito neste cenário (CALEY, 2017). Dessa forma, parece-me essencial entender como essa máquina colonial se moldou para que se possa traçar uma relação justa com o desencadeamento da Guerra Civil Angolana.

3.2 O sistema colonial português em Angola: a jornada dos primeiros contatos à colonização efetiva

A partir do que trouxe na seção anterior, entender as características principais desse sistema colonial que se constituiu em Angola me parece essencial para que se compreenda o caminho que pavimentou a eclosão do conflito civil, na medida em que se mostra como fator-chave desse evento. Isso porque esse sistema agiu de forma a desestruturar as sociedades autóctones que existiam antes de sua instauração, e criou mecanismos de diferenciação entre os angolanos, colocando uns acima de outros e dividindo-os. Além disso, sua configuração atuou diretamente no desenvolvimento do nacionalismo angolano no modo como se deu. Conforme aponta brilhantemente o professor António Egídio Sousa Santos (2012):

“Em Ndongo, construíram Loanda (1576) e o visitante mais leigo em história entenderá que o violento conflito armado (um dos mais longos em África), de que saímos actualmente, constitui apenas o desfecho incrível, mas escandalosamente lógico desse acontecimento antiquíssimo, quando avista a cidade, a partir do forte de São Miguel, construído pelo primeiro conquistador, Paulo Dias Novais (SANTOS, 2012, p. 92).

O sistema instaurado pelos portugueses em Angola guarda importantes particularidades não só entre os demais sistemas de administração colonial que foram instalados em África, mas entre as demais colônias lusitanas no continente. A raiz dessas particularidades está, primeiro, na natureza do Estado em Portugal e suas debilidades, e depois no papel que Angola desempenhava para a sobrevivência desse Estado. Embora restritos à região costeira, os portugueses mantiveram forte presença no território angolano desde sua chegada, em 1483 ao Reino do Congo. Por volta de 1575, época da fundação de Luanda, o chamado “reino de Angola” se estendia do limite sul do

Reino do Congo até ao Cabo da Boa Esperança, uma imensidão de terras que foi aos poucos se restringindo pela ausência de um domínio efetivo. (FREITAS, 1975).

Desde então, é verdade, enfrentaram uma forte resistência por parte das populações autóctones. Mesmo com bases de apoio e fortalezas construídas em pontos estratégicos da costa, a persistência dos angolanos em expulsar o invasor tornou a empresa lusitana muito mais custosa do que o esperado. Diferentemente do Congo, onde os portugueses conseguiram impor “pacificamente” seu regime, em Angola, a necessidade de operações militares tornou o investimento caro e, por vezes, ruinoso. Tal resistência apresentou características particulares em cada porção do território em que se desenvolveu, dadas as especificidades das estruturas sociais, políticas e econômicas de cada sociedade angolana, assim como o grau e o tempo de ocupação a que essas comunidades foram submetidas, além do tipo de relação estabelecidas entre chefias locais e portugueses. Consequentemente, a presença portuguesa se concentrou, entre os séculos XV e XIX, quase que restritamente a pontos específicos na costa atlântica (FERREIRA, 1974; FREITAS, 1975).

A metrópole se utilizou, então, de métodos sistêmicos de violência para minimizar ou eliminar qualquer forma de resistência. Essa violência colonial, conforme coloca Barbeitos (2011), é resultado de circunstâncias históricas, políticas e econômicas do opressor, o que acaba por moldar as relações dessa população com o território e com o colonizador na medida em que são preponderantes no estabelecimento dos laços entre ambos. Foi a partir desse conjunto de circunstâncias trazidas na bagagem dos colonos portugueses que se criou e fomentou a analogia dos negros como vítimas sacrificiais do progresso que se estava a construir com a colonização. A ideia nos parece hoje absurda, é verdade, mas permite entender a fundo o que levou intelectuais e a opinião pública a aceitar e reproduzir uma visão tão deturpada e inferiorizante dos africanos. Conceber uma imagem do outro que diminui sua humanidade e o aproxima da selvageria foi instrumento político que facilitaria aos portugueses obter apoio a suas incursões militares pelo território (BARBEITOS, 2011).

A violência tornou mais pesada e transfigurou a ocupação colonial com auxílio de práticas doutrinárias e outras que “disfarçavam” a natureza compensatória da fragilidade da coroa. Ou seja, sem o uso de violência, Portugal não teria conseguido instaurar seu domínio, tampouco mantê-lo. Ela foi, do mesmo modo, elemento importante na construção ideológica que corroboraria a “necessidade” do colonialismo de levar civilidade aos africanos “selvagens” (*Op.*

cit.). O comércio de escravos, investimento que tornou rentável o colonialismo português em África, não deixou também de ser uma dessas manifestações de violência promovidas pelos colonos brancos.

A intensificação desse comércio foi responsável por fazer desaparecer quase que completamente a organização secular de sociedades bantu, em consequência da imposição da conversão ao cristianismo a toda nova comunidade a que os colonos obtiam acesso. O indígena passou a ser visto como inimigo da grande nação portuguesa, e só a conversão o concederia dignidade. Conversão essa que era possível após sua sujeição à lei dos brancos. Economicamente, ela foi agente por destruir a agricultura local, para a qual faltava força braçal - a verdade é que os portugueses demoraram para descobrir a riqueza que o solo angolano guardava. Esse comércio perdurou até 1836, quando foi abolida a escravatura, mas o fato é que, depois de viver seu ápice, ele alcançou um ponto de saturação, no qual não havia mais como, por diversos fatores sociais e econômicos, submeter as populações que haviam restado a tal posição. Isso ocorreu, em especial, no Congo, interior de Luanda, em Benguela e ao sul (FREITAS, 1975).

Visto do outro lado, o tráfico de escravos foi uma importante ferramenta para o estabelecimento da empresa colonial em Angola. Afinal, o processo lento e gradual de colonização se deu principalmente através da ação dos comerciantes de escravos e de ouro e de missionários, católicos ou protestantes (FERREIRA, 1974). A Independência do Brasil, em 1822 - até então principal colônia portuguesa - trouxe, pela primeira vez, a preocupação real sobre a necessidade de se investir na ampliação de domínios em Angola, que viraria, então, a nova jóia do império ultramar. Assim, a partir da década de 1830, além da eliminação do tráfico de escravos¹⁶, tem-se a introdução de gêneros tropicais para cultivo agrícola, em especial o café e o algodão. Nesse sentido, há a intensificação do processo de penetração no território em busca de novas terras para produção, o que consequentemente acelerou a expropriação em benefício dos colonos (BARBEITOS, 2011; SÁ, 2012).

Contudo, até pelo menos 1850 - quando houve um investimento ordenado da Coroa para colonização de fato do território -, Portugal não detinha controle administrativo sobre nenhuma região em Angola. Mesmo depois desse investimento, vastas regiões permaneceram fora do alcance da administração colonial. Isso porque a instalação de um sistema colonial em Angola se

¹⁶ O fim do tráfico acarretaria uma grave crise econômica que se estenderia até o final do século XIX, quando se têm as campanhas do pós-Conferência de Berlim (BARBEITOS, 2011).

deu de forma desordenada pelo território. Contribuiu para isso também o tipo de povoamento que a Coroa empreendeu, utilizando-se majoritariamente de criminosos em cumprimento de pena. No mesmo sentido atuou a corrupção da Igreja Católica e a ganância por parte tanto dos governadores-gerais como dos colonos (FERREIRA, 1974; FREITAS, 1975; SILVA, 2003).

Por sua vez, a pressão gerada pela Conferência de Berlim, com a cláusula da ocupação efetiva, e pelo rei Leopoldo II, que ambicionava áreas em volta do Rio Congo, levou Lisboa a investir em uma organização sistemática para domínio dos territórios. Todavia, de maneira geral, foi preciso travar sangrentas e longas guerras de conquista para ampliar e tentar consolidar sua zona de influência na região, naquilo que ficou conhecido como “campanhas de pacificação”. Os combates que se travaram, desde o princípio da chegada dos portugueses, foram decisivos para moldar as relações na sociedade colonial que se estava formando, assim como para definir os estatutos jurídicos e sociais que regulariam o funcionamento dessa nova sociedade¹⁷ (BARBEITOS, 2011; MARIA, 2003 *apud* PIMENTA, 2011¹⁸; SILVA, 2003; SOMERVILLE, 1986).

Buscando desestruturar as sociedades autóctones, na tentativa de congregá-las sob a égide do poder colonial, Portugal não se utilizou das autoridades locais como agentes desse Estado colonial em construção. Pelo contrário, desde muito cedo, optou por eliminá-las e substituí-las por quadros próprios, derramando muito sangue para isso. O assassinato de alguns desses líderes servia de alerta para que os demais se rendessem à autoridade portuguesa, baseada em Luanda (MARIA, 2003 *apud* PIMENTA, 2011). Muitos sobas acabaram optando pela rendição em troca de sua vida, conforme mostram os atos de vassalagem do acervo do Arquivo Histórico Nacional, em Luanda. Os documentos revelam as condições que eram impostas a essas lideranças quando de sua submissão à metrópole, as quais incluíam até mesmo o pagamento de impostos por parte desses sobas e de sua comunidade (ARQUIVO NACIONAL, 1905).

Assim, essas lideranças locais, sem autonomia política e administrativa, foram gradativamente esmorecendo e, junto delas, os laços identitários que mantinham a coesão social e cultural dessas comunidades. A desestruturação promovida pelo sistema português não se ateve apenas ao fator político e econômico, ela também foi agente do enfraquecimento das identidades

¹⁷ Ao mesmo tempo, as disputas entre europeus, suscitadas pela Conferência de Berlim, contribuíam para fragilizar a imagem da coroa perante os africanos em Angola, como foi o caso da derrota para a Alemanha na batalha de Naulila, em 1914 (BARBEITOS, 2011).

¹⁸ Testemunho de Adolfo Maria registrado em entrevistas concedidas a Fernando Tavares Pimenta, em Lisboa, entre fevereiro e setembro de 2003.

regionais e vai atuar, conseqüente e involuntariamente, como catalisador do processo de constituição da ideia de angolanidade (MARIA, 2003 *apud* PIMENTA, 2011).

A concentração e a centralização de poder, traços marcantes do Estado lusitano desde sua criação, acabariam por deixar transparecer suas debilidades. A opção por eliminar a autoridade dos chefes locais acabou por tornar o governo colonial administrativa e militarmente dependente dos africanos. Afinal, devido aos poucos recursos financeiros e à baixa densidade demográfica, não era viável um investimento massivo para emigração de um contingente de portugueses em número suficiente para atender às demandas da colônia. Até o início das “campanhas de pacificação”, a administração colonial era regida principalmente por uma elite crioula, o que frequentemente se apresentava como empecilho aos interesses metropolitanos, que não tinha representação em massa (MARIA, 2003 *apud* PIMENTA, 2011; ROCHA, 2009; SILVEIRA, 2011).

As “campanhas de pacificação” se desenvolveram principalmente entre 1906 e 1919¹⁹, mas, já no final do século XIX, Portugal adotou um novo modelo organizativo para Angola, revogando, inclusive, o status de cidadania que era concedido para os angolanos que atuavam na administração pública. Buscavam, assim, fortalecer-se enquanto administração central para tornar viável o projeto do colonialismo de ocupação. Na maior parte das novas regiões tomadas pela metrópole, instaurou-se uma administração de caráter militar com objetivo de desmoralizar e subjugar a população indígena, impondo-se, ainda, um povoamento branco com a desapropriação de terras dos locais. É preciso, todavia, pontuar o quão custoso fora esse investimento a Portugal e que tampouco fora totalmente bem-sucedido, de modo que algumas regiões conseguiram preservar suas dinâmicas internas, até certa medida, independentes da administração colonial (PIMENTA, 2014; SILVEIRA, 2011)

Neste ínterim, Portugal também passava por mudanças políticas importantes com conseqüências diretas nas possessões coloniais em África. Com a instauração do período republicano, em 1910, após a deposição da monarquia, Angola passou por um período de maior autonomia administrativa e financeira (NASCIMENTO, 2016). Isso gerou, em conjunto com as medidas implementadas pelo Governador-Geral Norton de Matos, a atenuação das campanhas militares pelo interior do território. Matos acreditava na necessidade de se mudar o perfil das

¹⁹ Antes disso, entre 1872 e 1873, Portugal já havia travado uma violenta batalha na região do Dembos, onde a colonização era tão intensa quanto a resistência local (SIQUEIRA, 2012).

campanhas de ocupação, baseando-nas no elemento civil, no intuito de “levar” a civilização aos indígenas africanos. Sua política acabaria por destruir boa parte das autoridades locais que ainda resistiam. Isso porque essa nova fase, que sucedia a ocupação efetiva, demandava concretizar o processo de aculturação. Não à toa, uma nova regulamentação do trabalho indígena fora implementada, em 1911, proibindo a escravidão. Afinal, monetizar o trabalho dos africanos, basicamente agrícola, foi uma das grandes ferramentas de aculturação (SILVEIRA, 2011), na medida em que tirava deles a possibilidade da agricultura de subsistência, característica intrínseca ao desenvolvimento das sociedades autóctones.

A última “campanha de pacificação” se deu na região denominada como “universo agropastoril”, a sul e sudoeste do Planalto Central, uma zona que até então havia tido seu contato com o mundo europeu bastante limitado. Se até a década de 1920 as populações dessa região haviam conseguido se manter, em certa medida, alheios à ocupação portuguesa, a partir desse momento, há uma clara inversão no investimento colonial português no sentido de ocupá-la em todas suas dimensões. Por ter ficado tanto tempo “intocado”, esse espaço apresentava vantagens imensuráveis à metrópole, afinal, direcionada basicamente para a agropecuária de subsistência ao longo dos séculos, suas terras ostentavam enorme fertilidade se comparada àquelas já conhecidas da zona costeira. Ademais, o tráfico, que ali havia chegado em menor intensidade, causou conseqüentemente menor impacto na densidade demográfica, de modo que a oferta de mão-de-obra era significativa. Assim, a penetração no universo pastoril foi o que proporcionou a Portugal posteriormente um *boom* na produção agrícola angolana, e ela se deu a partir de três núcleos: Moçâmedes, Planalto da Huíla e o eixo Benguela-Lobito (SILVA, 2003).

Com o golpe que levou Salazar ao poder, em 1926, o regime do Estado Novo inaugurou um novo ciclo de forte centralização em todas as esferas, o que conseqüentemente acabou respingando para as colônias (NASCIMENTO, 2016). Essa centralização se traduziu em Angola, conforme aponta Pimenta (2014), como autoritarismo não só administrativo e econômico, mas também político, marcado pela forte centralização. Economicamente, em especial no pós-II Guerra Mundial, quando a crise econômica na Europa se generalizou, o governo de Salazar investiu em um incremento sem precedentes da produção de café, algodão e oleaginosas para exportação, assim como na mineração de diamantes²⁰ e na exploração de petróleo. Tudo isso,

²⁰ A essa altura, a exploração de diamantes em Angola já havia saído do núcleo do distrito de Luanda, onde fora iniciada em 1912 (BOAVIDA, 1967).

claro, apenas possível pela massiva utilização de trabalho compulsório²¹. Em consequência desse processo, os angolanos acabaram sendo obrigados a abandonar o cultivo de gêneros alimentícios, o que os tornou muito mais dependentes do comércio realizado por Portugal (FERREIRA, 1974).

Em razão de suas ambições e necessidades econômicas, Portugal precisou investir na construção de infraestrutura crucial para o escoamento dessa produção no mercado internacional. Assim, contando com o auxílio de investimentos estrangeiros, implementou ferrovias e rodovias, ligando o interior aos portos. Ao mesmo tempo em que serviram aos interesses econômicos da metrópole, a malha viária aos moldes ocidentais atuou como agente do colonial ao cortar arbitrariamente o território, desestruturando organizações sociopolíticas e econômicas que ainda coexistiam ao poder colonial. Por outro lado, essas sociedades conseguiram conservar em alguns espaços “caminhos gentílicos”, os quais permitiram a manutenção dos laços relacionais, continuando a ligar diferentes regiões ao longo do território (NASCIMENTO, 2016).

Contudo, embora finalizadas as “campanhas de pacificação” e sufocadas as grandes rebeliões, o processo de interiorização do sistema colonial permaneceu ineficiente. Contribuiu para isso a própria dinâmica econômica em Portugal, totalmente centralizada na figura do Estado, desde os tempos da monarquia. Ao longo do período de tráfico de escravos e depois do comércio lícito, os mercadores portugueses atuaram como agentes da Coroa, que detinha o monopólio comercial e, por isso, determinava os preços e as condições de negociação. Consequentemente, a aristocracia comercial que se formou em Portugal a partir do comércio transatlântico nasceu e permaneceu com traços feudais. Era uma burguesia mercantilista, sem aspirações ao processo de industrialização. Diferentemente das demais potências colonizadoras, Portugal não investiu em sua própria Revolução Industrial, fez de suas colônias meio de subsistência, e não uma alavanca para o desenvolvimento (FERREIRA, 1974).

Ora, se as colônias acabavam sendo, ainda que involuntariamente, um prolongamento da economia de suas metrópoles, Angola não deixaria de sê-lo em relação à economia portuguesa. Isto é, atrasada e arcaica. Ainda assim, é inegável o papel central que desempenhou como sustentáculo econômico de sua metrópole, afinal, Angola²² atuou como mercado exclusivo de suprimento de matérias-primas a preços significativamente inferiores ao mercado internacional,

²¹ A maioria dos trabalhadores angolanos sob regime compulsório estava concentrada na região do Cuanza Norte e Uíge - principais regiões produtoras de café -, embora muitos deles fossem imigrantes forçados das atuais províncias do Huambo e Bié (NASCIMENTO, 2016).

²² Assim como Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, ainda que em medidas diferentes.

ao mesmo tempo em que era consumidora dos produtos portugueses cuja demanda mundial era muito baixa. Essa dupla relação de consumidora e fornecedora foi o que aliviou por décadas o déficit na balança comercial portuguesa (FERREIRA, 1974), mas foi também o que deixou marcas profundas na economia angolana no pós-independência.

Nesse sentido, cabe também apontar que o sistema de colonização implementado por Portugal buscou fomentar a ideia de raça como fator de diferenciação entre os brancos, ditos “civilizados”, e as populações autóctones, os “indígenas selvagens”. Utilizou-se, assim, de censos e outras formas de recenseamento para classificar a população em categorias, separando-as não só dos colonos brancos, mas entre si. Já no século XX, o instrumento jurídico que deu respaldo a essa prática foi o Estatuto do Indígena, promulgado em 1926, segundo o qual os angolanos autóctones deveriam comprovar sua “civilidade” através de testes que poderiam promovê-los à categoria de “assimilados”²³. Os “assimilados” correspondiam a uma parcela da população negra angolana que adotava, por opção própria, em busca de melhores condições de vida, modos e costumes europeus, desde a língua até a forma de vestir (PIMENTA, 2011; ROCHA, 2009).

O Estatuto apenas legalizou uma prática que já era recorrente na sociedade colonial desde cedo. Assim, negros e brancos eram essencialmente diferentes perante à administração metropolitana. Mas não se tratava de uma diferença qualquer, era uma diferenciação em graus de civilidade. Os portugueses, contudo, diferentemente do que outras metrópoles coloniais fizeram, não distinguiram os angolanos negros entre si por categorias étnicas. A população autóctone era para eles um todo incivilizado e selvagem. Aqueles que aceitavam adotar seus hábitos é que se diferenciavam dos demais, e deveriam ser categorizados de forma distinta. A separação era, portanto, sobre ser negro ou branco. Pimenta (2011) aponta que esse será um fator importante no desenvolvimento do nacionalismo angolano, na medida em que se tornou automático e natural enxergar o branco como inimigo. Falarei disso em mais detalhes na seção a seguir.

²³ Em termos oficiais do governo português, a assimilação consistia basicamente no princípio - colonizador - de “nacionalizar e civilizar” os negros africanos. Isto é, assimilação é a absorção de um determinado padrão cultural. No caso, o padrão é o português. Não há no processo de assimilação uma interpenetração cultural, ou seja, o padrão cultural do colonizador não sofre alteração ou não incorpora elementos africanos. A principal ferramenta de assimilação nas colônias lusitanas foi a educação. Poucos africanos tiveram acesso ao sistema educacional, e os que o tiveram foram divididos em duas estruturas distintas: as escolas oficiais, para portugueses e assimilados, e as rudimentares, para os negros não assimilados, cujo ensino era mais instrumental e claramente inferior (BITTENCOURT, 2000; KI-ZERBO, 1972) .

3.3 O protonacionalismo angolano: as primeiras manifestações anticoloniais em Angola

Para além das formas de resistência que pressupunham violência, os angolanos também se organizaram para combater o colonialismo português de modo pacífico. Já nas primeiras décadas do século XX, houve a criação de associações culturais que tinham como objetivo valorizar as expressões culturais de matriz africana, ainda que obedecendo às diretrizes impostas pelo poder colonial (MAMPUYA CIPRIANO, 2014). Essas associações eram constituídas principalmente por membros de uma pequena burguesia angolana, formada por um grupo de assimilados. Foi, aliás, através do processo de assimilação que esses angolanos tiveram contato com os ideais anticolonialistas que circulavam tanto pela Europa como nas demais colônias africanas. Essa camada da sociedade, claramente privilegiada e intelectualizada, será responsável por disseminar a ideia de angolanidade, que perpassará todo o fenômeno nacionalista angolano (ROCHA, 2009).

Conforme aponta Rocha (2009), Joaquim Dias da Matta teria sido o precursor de uma literatura angolana ao editar o primeiro volume de “Ensaio de Dicionário de Kimbundu-Português”. Neste mesmo movimento, em 1901, é publicado a coletânea de artigos nomeada “Voz de Angola Clamando no Deserto”, escrita por um conjunto de onze intelectuais. Sua proposta era criticar a suposta ação “civilizadora” de Portugal em África e apontar a necessidade de emancipação do povo angolano. A coletânea se tornaria um marco do início da luta anticolonial em Angola. Isso me leva a concluir, como inclusive coloca Oliveira (2010), a importância que os espaços literário e jornalístico desempenharam como embriões protonacionalistas, os quais serão motores de um movimento nacionalista organizado (OLIVEIRA, 2010).

“Voz de Angola Clamando no Deserto” foi uma resposta ao artigo “Contra a lei, pela grei”, publicado na Gazeta de Luanda, o qual trazia a afirmação racista de que os negros não eram de fato “homens” e, portanto, a lei não lhes poderia ser aplicada. A coletânea veio para marcar a posição dos angolanos de que a origem dos males aos quais eram submetidos estava nas bases do sistema colonial português, que havia limitado o angolano a um mero instrumento de produção. Sendo ele ferramenta, não poderia, assim, ter acesso a políticas públicas oferecidas aos colonos portugueses, como educação. (SILVEIRA, 2011).

Conquistar um espaço nos meios literários e jornalísticos só foi possível aos intelectuais angolanos devido à abertura protagonizada, ainda no século XIX, por colonos portugueses

contrários aos abusos do regime. Foram eles que permitiram, pouco a pouco, que angolanos tivessem acesso a esse meio. Este feito abriu caminho para que se estabelecesse também uma militância política, fio condutor do nacionalismo do pós-guerra (OLIVEIRA, 2010). Este que teria sido, então, uma criação mestiça, dos poucos filhos e pais de famílias integrantes do alto escalão da administração colonial ou proprietárias de terras. Boa parte desses angolanos mestiços eram autodidatas, uma vez que, excluídos das boas escolas de educação europeia, sentiam-se vítimas da falta de instrução (SILVEIRA, 2011).

A partir de então, outras publicações de viés anticolonialista foram surgindo em Angola, deixando cada vez mais claro que ali se formava uma corrente política de oposição ao regime. É neste ínterim que é lançado, em Lisboa, o jornal “O Negro”, em 1911. Liderado por jovens africanos que haviam sido enviados para concluir seus estudos na capital da metrópole, o jornal veio para denunciar a escravização dos negros africanos, assim como o roubo de terras férteis pelos colonos e o estado de não-liberdade a que os angolanos estavam submetidos pelo regime. Chegaram a, inclusive, propor a criação de um Partido Africano pela defesa dos interesses das populações negras.

Além das publicações, o período republicano, inaugurado em 1910, permitiu a criação de diversas associações africanas. Essas associações serviram como espaço para fortalecimentos da identidade africana, assim como para combate da ideia dos negros como povos intelectualmente inferiores. Foi a partir da Junta de Defesa dos Direitos de África (JDDA), uma destas associações, criada em 1912, que os intelectuais angolanos tiveram contato com as ideias pan-africanistas²⁴ que circulavam entre os negros americanos. A influência trazida dos Estados Unidos seria, mais tarde, importante para o despertar de uma consciência realmente política entre esses pensadores angolanos (ROCHA, 2009).

A Junta desenvolveu, então, importantes ações dentro do próprio governo metropolitano, tornando-se representante legítima das populações africanas e participando das eleições do Congresso republicano de 1915. Nunca se propôs, contudo, a contestar a permanência de Angola como um membro do império ultramar português. Pelo contrário, suas reivindicações diziam respeito a uma melhoria na qualidade de vida dos angolanos, garantindo-lhes o status de cidadãos

²⁴ O pan-africanismo acabaria se tornando, em meados do século XX, quando do despertar das forças que clamavam por libertação nacional em todo o continente, o motor do despertar africano contra o domínio opressor imposto pelo Ocidente. Conceitualmente definido como um movimento político anti-imperialista, defendia a necessidade de pôr fim aos governos coloniais, os quais deveriam ser substituídos por governos feitos por africanos e para africanos, com respeito às diferenças raciais e religiosas (CAPOCO, 2013).

que poderiam desfrutar de todos os direitos concedidos aos portugueses. A Junta não sobreviveu aos anos 1920, tendo sido continuada pela Liga Africana, criada em 1920, também de caráter reformista liberal. Já no ano seguinte, cria-se o Partido Nacional Africano, cuja proposta era uma alteração na Constituição portuguesa que incluiria os povos africanos das colônias como detentores dos mesmos direitos civis concedidos aos lusos.

A antiga Liga sobreviveria apenas até 1923, sendo recriada, entre 1929 e 1930²⁵, em Luanda, sob nome de Liga Nacional Africana (LNA), uma organização cujo objetivo era propagar uma consciência nacional entre os angolanos. Apesar do intensivo controle por parte da administração colonial, a nova Liga, sob o véu de atividades culturais, recreativas e desportivas, obteve autorização oficial para seu funcionamento e viveu cerca de 20 anos em um regime de relativa coexistência pacífica. Essa postura garantiu não só a existência por si só da LNA, como o repasse de fundos anuais para sua manutenção. Mais ou menos na mesma época, o antigo Grémio Africano ressurgiu agora como ANANGOLA (Associação dos Naturais de Angola), a qual admitia entre seus membros angolanos brancos. Também concentrada nas atividades culturais, a associação se utilizava deste meio para propagar debates sobre as condições de vida dos angolanos negros (ROCHA, 2009; SILVEIRA, 2011).

O que essas associações vêm demonstrar? Que a burguesia angolana aprendeu como a cultura poderia desempenhar um papel decisivo na formação de um movimento amplo e associativo encabeçado por seus filhos no seio da metrópole. É daqui que nasce o embrião do que se tornaria o Movimento Popular pela Libertação de Angola (MPLA) (ROCHA, 2009). Mário Pinto de Andrade, grande intelectual angolano, que se tornaria mais tarde um dos principais dirigentes do MPLA, avalia esse período como protonacionalista, na medida em que observa-se a emergência de um discurso que é, ao mesmo tempo, fragmentado - nas esferas do pensamento e da ação -, descontínuo temporalmente e ambivalente - tendo em vista que enquanto alguns movimentos se propõem ao rompimento total com o sistema colonial, outros advogam em favor de um reformismo que tornasse a vida na colônia mais digna para os angolanos. O Jornal “O Negro” seria, para ele, a inauguração deste novo período. Ou seja, ainda não se pode dizer que existe em Angola, nessa época, um movimento nacionalista, mas sim um embrião no sentido de

²⁵ Há uma série de desconsenso quando se trata da história do percurso dos movimentos nacionalistas em Angola, em especial em se tratando do MPLA. Esse é mais um dos dados em que não há consenso sobre. Alguns relatos apontam a criação da Liga em fevereiro de 1920, outros falam em 1929 (ROCHA, 2009).

tomada da consciência de uma identidade angolana, que cultivada pouco a pouco culminaria no iminente combate ao poder colonial (CAPOCO, 2013).

Contribuiu para a construção deste cenário o contexto político que vivia a metrópole com o fim do regime monárquico. Logo do início do período republicano, a região de Luanda pôde desfrutar de maior autonomia política e administrativa, embora no interior as campanhas de pacificação se mantinham. Adolfo Maria (2003 *apud* PIMENTA, 2010), sobre isso, afirma que a República permitiu a instauração da completa liberdade de expressão, não apenas na metrópole, como também nas colônias. É a partir de então que observa-se um *boom* de publicações com debates e artigos acerca das condições de vida dos angolanos negros e mestiços e da defesa de uma identidade própria para esses povos. Nesse momento - tanto no pré, quanto no imediato pós-I Guerra -, as famílias que compunham a elite intelectual angolana ainda detinham poder econômico, o que lhes garantia eloquência dentro da sociedade colonial.

Mas o regime salazarista viria para pôr fim a essa relativa autonomia e a qualquer tipo de liberdade de expressão, inaugurando um novo período de opressão violenta. Dentre as medidas tomadas pelo novo governo, importa para este trabalho o estabelecimento do Estatuto dos Indígenas, promulgado em 1933. O Estatuto consistia em uma codificação formal a qual dividia as populações negras em duas categorias: indígenas e assimilados, sendo estes considerados civilizados, uma vez que apresentavam um nível de instrução semelhante aos dos colonos e eram aprovados em uma prova de hábitos²⁶, enquanto aqueles não eram considerados civilizados perante a lei, não tendo direito à cidadania. A brutal divisão a que foram submetidas as populações angolanas desenvolvia e acirrava rivalidades, minando o relacionamento entre elas. Mesmo nas cidades, em que a violência colonial era mais sutil e disfarçada na medida que a quantidade de negros ditos assimilados eram exponencialmente maior que no meio rural (MARIA, 2003 *apud* PIMENTA, 2010).

E por que, então, importa destacar a promulgação do Estatuto dos Indígenas? Porque ele se torna marco esclarecedor da razão pela qual o nacionalismo angolano é sobretudo um nacionalismo libertador. É um nacionalismo que se construiu pouco a pouco pelos séculos de subjugação de um poder metropolitano que desestruturou sociedades inteiras, primeiro com o tráfico escravagista, depois com políticas como a deste Estatuto. Este cenário que se desenhou,

²⁶ Um teste que examinava os negros angolanos por sua forma de vestir, falar, comer, pelo mobiliário que tinham em sua casa e, claro, se eram capazes de falar e escrever bem o português (MARIA, 2003 *apud* PIMENTA, 2010).

opondo angolanos negros a brancos, e angolanos kimbundu a bakongos, ou ovimbundu, ou Còkwe - me parece consenso entre os autores africanos -, não poderia ter construído um movimento nacionalista unificado. Afinal, eram muitas questões para serem trabalhadas quando, na verdade, a ordem do dia era torna-se livre desse sistema colonial opressor. O roteiro estava sendo aos poucos escrito e dificilmente o final seria diferente do trágico.

No capítulo a seguir, buscarei abordar a temática da Guerra Civil propriamente, partindo da evolução do movimento nacionalista no pós-II Guerra Mundial, quando há uma virada anti-imperialista importante a nível global. A vitória dos Aliados encabeçada por Estados Unidos e União Soviética pôs em xeque as políticas coloniais dos europeus na África e na Ásia, dando fôlego aos movimentos de libertação nacional que vinham se constituindo em especial a partir da década de 1930. O regime de Salazar, que à época era comandado por Marcelo Caetano, resistiu até o fim, sendo a última metrópole a conceder liberdade às suas colônias. Até 1975, quando já não havia mais recursos que permitissem levar adiante a sangrenta guerra de independência em Angola, Lisboa enfrentou três frentes simultâneas de combate, lideradas pelos três principais movimentos de libertação nacional: MPLA, FNLA e UNITA. A independência não levou à paz, e é justamente a partir deste ponto que alcanço finalmente o objetivo deste trabalho.

4 DO NACIONALISMO À GUERRA CIVIL: UMA RELEITURA

Este capítulo tem como objetivo fazer uma discussão do caminho que se construiu desde a formação de um movimento nacionalista de fato ao desencadeamento de uma guerra civil, que é tida como a mais longa do continente africano. Diferentemente do protonacionalismo do período do pré-guerra, o qual, embora tenha sido um ensejo necessário, ainda guardava discursos ambíguos e objetivos difusos, o nacionalismo angolano moderno nasceu fruto de um novo contexto internacional de mobilização anticolonialista. Era preciso libertar Angola do jugo português. O problema? Angola não era um caso simples, e variáveis convergiram para que tivéssemos em cena três grupos nacionalistas opostos, desenvolvendo ações independentes e sem qualquer plano de unidade. De todo modo, o nacionalismo que nasce ali é, além de tudo, um nacionalismo libertador.

As variáveis, já discuti no capítulo anterior. Com elas em vista, o que proponho agora é desenhar como se entrecruzaram para produzir este cenário, de modo que se torne possível enxergar esta trajetória, iniciada com a ascensão do nacionalismo e que culmina com a eclosão e o prolongamento da guerra civil, com um encadeamento de fatores lógicos entre si. Quero, com isso, buscar contrapor a ideia de que se trata de um fenômeno essencialmente de raízes étnicas, como me parece comum entre a literatura ocidental. Para isso, firmo a hipótese de que o nacionalismo em Angola se desenvolveu em base política, tal qual ocorreu com os nacionalismos europeus. Haveria, portanto, um processo de politização do discurso étnico. Para isso, devo incontestavelmente iniciar essa discussão abordando o fenômeno do nacionalismo angolano, para que se compreenda sua fragmentação. A seguir, analiso a luta anticolonial, deflagrada em 1961, e a eclosão da Guerra Civil, em 1975, com vistas a demonstrar a instrumentalização retórica que teria fortalecido o discurso do conflito como fenômeno étnico.

Importante destacar que esta etapa do trabalho é fruto direto do período em que estive em Luanda, entre Julho e Agosto de 2018, desenvolvendo atividades de pesquisa no Centro de Estudos Jurídico-Econômicos e Sociais (CEJES) da Universidade Agostinho Neto, sob financiamento da Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF). E sobre essa proposta algumas considerações iniciais me parecem importantes. Primeiramente, acho relevante levantar o ponto de que não se trata de uma mera narrativa histórica, que embora tenham seu devido valor para essa pesquisa, não é objeto do trabalho em si. A História angolana é para mim

instrumento de pesquisa. Trago, portanto, aqueles fatos que considero determinantes para o processo de construção do Estado Nacional em Angola, que defendo seguir um encadeamento de fatores semelhante aos casos europeus.

4.1 O nacionalismo angolano como fenômeno político

É comum pensar no nacionalismo em África como um movimento culturalista, de base fortemente etnolinguística. Em especial, no caso de Angola, tornou-se genérico considerar o nacionalismo como uma questão de bakongos, kimbundus e ovimbundus. Esse argumento me parece muito simplista porque tira o que é para mim a essência do nacionalismo: a política. O nacionalismo nasceu como movimento político na Europa e é assim entendido pelos especialistas que tratam do tema em países europeus. Mas os estudos de nacionalismo no Terceiro Mundo acabaram assumindo constantes relativizações. Meu intento aqui é buscar demonstrar o lado que é comumente posto em segundo plano quando se fala do nascimento e do desenvolvimento do nacionalismo angolano, com vistas a contribuir para a quebra de paradigmas sobre esse que é um dos episódios mais marcantes da História contemporânea de Angola.

Não há, contudo, como negar o papel que a cultura desempenha no nacionalismo africano, e o fenômeno protonacionalista vem justamente a demonstrar isso ao se manifestar através de associações que tinham como ideia promover a valorização da cultura africana (MAMPUYA CIPRIANO, 2014). Mas não foi à toa que o nacionalismo em Angola nasceu no contexto que busquei elucidar no capítulo anterior: ações independentes encabeçadas por lideranças distintas entre as quais nem sempre os objetivos eram os mesmos. Angola sofreu os problemas de um colonialismo de exploração, que expropriou os negros de suas terras, submetendo-os ao papel de empregados, sob regime de trabalho escravo ou, posteriormente forçado, e os dividiu entre categorias de civilizados e não-civilizados, gerando ódio e animosidade. O nacionalismo que ali floresceu dificilmente seria diferente daquilo que se apresentou.

Para favorecer a boa compreensão e facilitar o processo explicativo, a seção a seguir abordará especificamente o desenvolvimento dos principais movimentos nacionalistas angolanos, a saber, o MPLA, a FNLA e a UNITA. Quero, assim, fornecer um breve panorama do cenário que se tinha em Angola, em 1961, quando deflagra a guerra por independência.

O período entre 1945 e 1961 assistiu ao surgimento de diversos grupos de caráter nacionalista, que revitalizaram o movimento, embora ainda de forma independente e, por vezes, antagônica. Cada qual com suas próprias ideias de um futuro para Angola e com uma composição bastante diferenciada de membros, os grupos mergulharam o nacionalismo angolano em uma nova fase, a de luta. Em resposta, o governo, amedrontado com as ações, suspendeu as atividades políticas de colonos e assimilados entre 1930 e 1942, mas a medida não foi suficiente. As tensões continuaram a crescer a cada nova eleição, principalmente com o fortalecimento da oposição a Salazar em Portugal, o que deu pujança aos líderes angolanos (WHEELER, 2016a). O ano de 1959 marcaria uma grande mobilização nacionalista pelas principais cidades em Angola, em especial em Luanda. Mas a segunda metade da década de 1950, como um todo, foi intensa na criação e fusão de grupos nacionalistas (ROCHA, 2009).

À época do final da II Guerra Mundial, pode-se dizer que o nacionalismo em Angola se dividia em duas principais correntes, uma modernista, de influência marxista, e outra etnonacionalista, que tinham força em sua base tribal do antigo Reino do Kongo. Os nacionalistas modernistas têm sua origem nos espaços urbanos, em especial em Luanda, o que deu espaço para atuação de apenas uma pequena elite, letrada e intelectualizada. Esse ambiente estava repleto de tensões, tanto entre brancos e negros, como entre negros assimilados e os marginalizados nos musseques²⁷. Aliás, os musseques exerceram importante papel na consolidação da base militante desses grupos políticos, na medida em que representavam um estrato mais pobre e alienado da sociedade urbana, mas principalmente por seu aspecto destribalizado (PÉLISSIER, 2016a).

Apesar de suas intenções universalistas, o nacionalismo modernista se restringiu à uma realidade elitista e urbana. Não tinham, portanto, apoio de massas rurais, que, contudo, representavam²⁸ a maior parte da população em Angola. Isto é, sem mobilização fora dos centros urbanos seria talvez impossível exercer pressão suficiente para depor o domínio português (PÉLISSIER, 2016a). Mas as lideranças desse movimento modernista tinham consciência disso e,

²⁷ Os musseques são bairros periféricos de regiões urbanas, em especial de Luanda, que se caracterizam pela ocupação desordenada. Começaram a se tornar mais frequentes à medida que se intensificava a migração de portugueses para Angola, os quais instalavam-se principalmente nas zonas urbanas, tomando dos africanos as regiões mais nobre dessas cidades (PEREIRA, 2008).

²⁸ Nos anos 1960, de acordo com Saydi Mingas, ex-ministro do Planejamento e das Finanças durante do governo de Agostinho Neto (1975-1979), os camponeses representavam cerca de 85% da população angolana (MINGAS *apud* FREITAS, 1975). Atualmente, o país já apresenta maioria da população vivendo em zonas urbanas, representando 65,5%, de acordo com dados de 2018 (CIA, 2019).

com o passar do tempo, concentrariam esforços de modo a buscar conquistar apoio fora do núcleo urbano

Não está claro também como se deu a formação dessa corrente nacionalista em Angola. Há diversas divergências a esse respeito. Mas foi da evolução desse processo que nasceu o MPLA, o Movimento Popular pela Libertação de Angola. O movimento modernista sempre tivera forte influência das correntes marxistas-leninistas, em especial porque seus principais líderes foram estudantes enviados para metrópole a concluir seus estudos. Lá tiveram contato com as ideias antissistêmicas que circulavam pela Europa, em especial depois do fim da guerra, quando o socialismo soviético ganhou força ao derrotar o nazismo alemão. Esses estudantes tinham, em Lisboa ou Coimbra, importante contato com o Partido Comunista Português (PCP), o qual desempenharia uma atuação relevante para o desenvolvimento ideológico do movimento (ROCHA, 2009)

Infiltrando-se entre as associações culturais que funcionavam na época, em especial a Liga Nacional Africana e a Anangola, o PCP teria ali recrutado, entre os membros, aqueles que haviam integrado movimentos nacionalistas anteriores à II Guerra e jovens assimilados que pareciam mobilizados com a causa. Seu papel teria sido, assim, de fortalecer e organizar um movimento que ainda era apenas uma tendência latente, porém desprovida de quaisquer meios de expressão que o fizesse eloquente o suficiente para alcançar seu objetivo. Foi a partir desta aproximação que se tem a criação do Partido Comunista Angolano (PCA), em 1955. Daí também decorreu o problema acerca do alinhamento com a ideologia marxista que acabara afastando outros militantes nacionalistas contrários às ideias socialistas²⁹ (PÉLISSIER, 2016a).

O PLUAA (Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola) teria sido criado em seguida como forma de congregar justamente estes nacionalistas que haviam se mostrado reticentes a integrar o PCA por divergências ideológicas. Estas duas forças políticas distintas (PCA e PLUAA) foram pouco adiante fundidas, em conjunto com outras instituições nacionalistas incipientes, para então formar o MPLA. A necessidade de uma luta política organizada pela independência de Angola levou os dirigentes de ambos os grupos a publicarem um documento, em dezembro de 1956, que tempos depois seria intitulado “Manifesto do MPLA”, no qual declaravam a criação deste novo movimento - que até então existia, sob as lideranças de Lúcio Lara, Viriato da Cruz e Mário Pinto de Andrade, somente no exterior. No ano seguinte, o MIA

²⁹ Isso teria contribuído para enfraquecer a imagem do recém criado partido.

(Movimento para a Independência de Angola), um grupo formado por jovens militantes dissidentes decepcionados com o rumo tomado pela Liga, também se uniria ao MPLA. Tinham como proposta justamente dialogar com as populações marginalizadas de Luanda, que se sentiam receosas de apoiar um movimento encabeçado por assimilados (MBAH, 2010).

As eleições presidenciais de 1958 tiveram um impacto importante, para as ações tanto do governo como dos nacionalistas. Isso porque, com cerca de 30% dos votos válidos em todo o território português, inclusive nas províncias ultramarinas, o candidato da oposição mostrou a força dos grupos contrários ao regime e a necessidade de se tomar medidas para travar seu crescimento. Foi então que os primeiros destacamentos para compor a Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), a polícia secreta portuguesa, foram convocados. A PIDE se tornou responsável por monitorar ações de contravenção em todo o território (WHEELER, 2016a). Do outro lado, apesar da significativa margem de votos, a derrota causou frustração entre os militantes nacionalistas. É nesse cenário que uma parcela desse grupo decide pela radicalização do movimento, criando o Movimento de Libertação de Angola (MLA) (MBAH, 2010). Isso, claro, despertou a PIDE, que iniciara uma ofensiva, implantando infiltrados nesses grupos. É assim que conseguem prender cerca de 40 dirigentes e militantes entre março e junho de 1959³⁰ (ROCHA, 2009).

Neste mesmo ano, o MLA se junta ao Movimento de Libertação Nacional (MLN), dando origem ao Movimento para a Independência Nacional de Angola (MINA). Os militantes do MINA se lançaram em incursões no interior de Angola e buscaram reorganizar a luta nacionalista no território - sem muito sucesso, é preciso dizer. O MINA não contava, no entanto, com uma organização política eficaz, o que comprometia sua sobrevivência enquanto movimento. É dessa necessidade que nasce a fusão do MINA com aquilo que ainda era um MPLA bastante incipiente. A verdade é que interessava - ou urgia - aos dirigentes deste MPLA, que existia apenas no exterior, consolidar uma base de ação em Angola, o que ocorre de fato em maio de 1960³¹, quando Agostinho Neto³² se integra ao grupo, assumindo papel central na direção deste novo

³⁰ Importante destacar que, apesar de nesta data o MPLA já existir oficialmente, em nenhum dos processos abertos pela PIDE contra militantes nacionalistas nesta leva de 1959 consta registro do movimento, ainda que entre eles estivessem inclusos nomes como Ilídio Machado, Viriato da Cruz, Lúcio Lara e Mário Pinto de Andrade - estes últimos três designados ao exílio no exterior. Nesta mesma lista de exilados consta também o nome de Holden Roberto (ROCHA, 2009).

³¹ É nesta data que se tem o ato de mudança do nome do movimento de MINA para MPLA, segundo as instruções enviadas por Lúcio Lara, desde Brazzaville, a Manuel Pacavira, então líder do antigo MINA (ROCHA, 2009).

³² Neto é preso em julho de 1960 e enviado para o exílio em Lisboa, juntamente com sua família.

MPLA. Cabia aos dirigentes e militantes agora tornar conhecido em Angola o movimento que já no estrangeiro já era tido como representante legítimo da luta do povo angolano contra a dominação portuguesa (MBAH, 2010; ROCHA, 2009).

Sendo o MPLA de origem basicamente dentro de uma elite de assimilados, seus membros tiveram acesso a uma vivência totalmente diferenciada dentro da realidade colonial. Frequentadores de bons liceus, eram cultos e bons conhecedores da língua portuguesa, o que lhes garantia circulação em meios frequentados majoritariamente por portugueses. Além, é claro, das funções que exerciam diretamente dentro da máquina pública, especialmente em razão da falta de recursos da metrópole em financiar a transferência de burocratas de Portugal para as colônias. O MPLA fora formado por uma elite intelectualizada dentro dessa elite crioula, o que trazia ao grupo um certo ar de superioridade em relação ao restante da população negra (VALÉRIO, 2015). Esse aspecto contribuiu para afastá-lo das massas rurais.

Por sua vez, a outra corrente do nacionalismo angolano ficou conhecida como etnonacionalista, os quais, na realidade, não se mostram muito favoráveis a essa denominação pela conotação negativa que pode carregar³³. Os etnocionalistas têm sua base principalmente entre os bakongos, grupo étnico que predomina na região onde se desenvolveram enquanto movimento, na fronteira norte (PÉLISSIER, 2016a). Sua organização em forma de movimento nacionalista se inicia com a morte do rei do Congo D. Pedro VII, em 1955. Esse evento foi importante porque ascendeu dois lados de disputa, os portugueses, que queriam um rei que fosse favorável a seus interesses - coisa que Pedro VII já tinha se mostrado contrário - e os bakongo, que tentaram eleger um rei de tendências reformistas. Os portugueses saíram vitoriosos e conseguiram nomear seu candidato. Os bakongo angolanos decidiram, então, buscar ajuda externa para implementar as reformas que tinham em mente. Recorreram, assim, a seus contatos no Congo Belga (FREITAS, 1975; PEREIRA, 2008).

A forte influência que os bakongo do Congo Belga exerciam sobre os bakongo angolanos levou-os a pensar as reformas em termos da restauração da soberania do antigo Reino do Congo. Passaram, portanto, a definitivamente negar suas raízes angolanas. Afinal, estavam separados de

³³ Há, ainda hoje, uma certa tendência em associar etnicidade a tribalismo, remetendo à ideia de que em África as comunidades estabelecidas durante o período pré-colonial guardavam nenhuma ou praticamente nenhuma complexidade organizacional. Afinal, as tribos teriam sido as primeiras formas de organização social dos agrupamentos humanos mais simples - elas teriam evoluído gradativamente a redes relacionais mais complexas. Como justamente busquei abordar no primeiro capítulo, quando da chegada dos europeus no continente, os africanos encontravam-se organizados em uma variedade de comunidades, cada qual com a organização sociopolítica que desenvolveram.

seus irmãos congolezes pelas decisões arbitrárias tomadas pela coroa portuguesa e o rei Leopoldo à época da Conferência de Berlim³⁴. Uniram-se, a partir daí, os bakongo do Congo e de Angola para criar um movimento de viés separatista que ambicionava libertar as possessões do antigo Reino do Congo do jugo colonial. Surgia, assim, a UPNA (União dos Povos do Norte de Angola). Mas o contexto africano não abria espaços para ações nesse sentido, e o movimento foi sendo estrangulado pela própria dinâmica continental. Sentiram, então, a necessidade de adotar um discurso nacionalista que defendesse os interesses dos angolanos como um todo. Para isso, em 1958, a UPNA teve de dar lugar a agora UPA (União dos Povos de Angola), que a essa altura já contava com a liderança de Holden Roberto (FREITAS, 1975).

Historicamente, apesar de divididos em tribos espalhadas pelo território norte, os bakongo representam uma significativa parcela da sociedade angolana, e graças ao cultivo do café - concentrado na região -, obtiveram rendimentos elevados se comparados a outras comunidades baseadas em zonas rurais pelo país. Em termos topográficos, o tipo de terreno dominante na região norte do país, acidentado e cortado por rios, com algumas áreas envoltas por florestas ou selvas, se mostra bastante propício para o desenvolvimento de atividades de guerra, fornecendo esconderijos naturais aos combatentes. Porém, de forma geral, e também graças à localização geográfica, se encontram afastados do poder central, o que afetou diretamente seu acesso ao ensino formal nos moldes ocidentais. Nesse quesito, mais uma vez, a religião desempenhou importante papel, dessa nas mãos das missões batistas que criaram, assim, uma pequena elite bakongo intelectualizada³⁵ (PÉLISSIER, 2016a).

No entanto, o desejo latente por libertar-se do domínio colonial não foi suficiente para que os bakongo pudessem propagar seu movimento para outras regiões do país. Foi tentando reverter este quadro que Holden Roberto lançou, em 1959, o “Manifesto da UPA”, em que reforça o princípio da organização de ser formada apenas por angolanos negros para lutar contra o domínio dos brancos. O manifesto é também repleto de ataques indiretos ao MPLA, reforçando, por exemplo, o fato de a UPA ser um movimento legítimo angolano, nascido em Angola e não em Portugal. Ao mesmo tempo, o grupo se lançou em ações para tentar penetrar outros territórios. Expandiram-se para a região de Malange, Benguela, Lobito e mesmo Luanda, onde atuando nos

³⁴Defendiam nunca terem sido conquistados pelos portugueses, diferentemente do que acontecera aos umbundu do reino Ndongo (FREITAS, 1975).

³⁵ Seria o caso de Holden Roberto (líder da futura FNLA), por exemplo, que mais tarde é enviado para os Estados Unidos a concluir seus estudos, tal qual fora feito com dirigentes destacados do que seria o MPLA (ROCHA, 2009).

musseques, faziam contraponto à oposição assimilada (SILVEIRA, 2011). A população marginalizada dos musseques guardava grande ressentimento dos brancos pela situação em que os deixaram, mas também dos mestiços e dos negros assimilados que, de certa forma, compactuaram com o sistema imposto, tirando benefício próprio em detrimento dessa parcela que ficara desassistida. Panfletos veiculados pela UPA circulavam entre esse meio, espalhando ideias e conquistando novos adeptos (PÉLISSIER, *Op cit*).

As intenções universalistas não se mostraram suficientes, e o fato é que o grupo permaneceu fortemente enraizado e restrito a ideias culturais bakongo (FREITAS, 1975). A opção de Holden Roberto por rodear-se de lideranças bakongo foi também um fato marcante para enquadrar a UPA como movimento etnonacionalista (JOAQUIM DA SILVA, 2014). Contribuiu para esse cenário a forte relação que a UPA continuou mantendo com o Congo, em especial depois de sua independência. Não se pode comprovar se houve ou não auxílio financeiro, mas o que se sabe é que o governo congolês independente contribuiu com apoio político e material. Mesmo quando o auxílio vinha de apoiadores angolanos, esses se restringiam novamente à região norte (MBAH, 2010).

Ainda assim, importa considerar que as ações promovidas pela UPA no período anterior à eclosão da guerra por independência representavam, à época, a maior ameaça ao *status quo* português. Isso porque contavam com a vantagem de terem perto de sua zona de atuação a fronteira “aberta” com Leopoldville, o que lhes permitia planejar ataques sem que as lideranças precisassem ser enviadas para longe - isso os colocou, inclusive, em vantagem ao MPLA. Como desvantagem, contudo, tinham a infelicidade de contarem com poucos quadros de liderança realmente instruídos que se mostrassem capazes de planejar e executar uma campanha ampla de revoltas contra as forças metropolitanas, tal qual o tinha o MPLA, e, mais tarde a, UNITA (PÉLISSIER, 2016a). Em 1962, um ano após o início da luta armada pela independência, a UPA se uniria ao Partido Democrático de Angola para formar a FNLA (JOAQUIM DA SILVA, 2014).

A UNITA nasceria apenas em 1966, quando a luta armada já estava incomodando o governo metropolitano. Foi criada em um congresso dirigido por Jonas Savimbi no Moxico. O surgimento da UNITA se deu em decorrência da rivalidade crescente entre Savimbi, de origem ovimbundu, e Holden Roberto. Ou seja, este terceiro movimento nasce a partir de uma cisão no seio da FNLA, cujo ápice se deu durante a cimeira dos chefes de Estado e governo promovida pela OUA (Organização da Unidade Africana), em 1964, na qual Savimbi se demite do cargo que

desempenhava no GRAE³⁶. Para ele, faltava ao grupo liderado por Holden Roberto intensificar as ações militares a fim de acelerar o processo de libertação. Além disso, Savimbi tinha duras críticas ao tribalismo bakongo que reinava dentro do movimento. A essa altura, era também crítico não só da forte influência soviética no MPLA, mas do imperialismo americano que fazia morada entre os dirigentes da FNLA. Sua proposta com um novo movimento era mobilizar as populações do leste do território angolano, conseguindo apoio dos refugiados na Zâmbia, e dos ovimbundu concentrados a sul (JOAQUIM DA SILVA, 2014).

Tendo em vista esse quadro composto por três movimentos nacionalistas, há que se considerar, portanto, que a fragmentação existente na sociedade angolana moderna não se deu, assim, como consequência exclusiva da diversidade étnica. É preciso incluir na balança o elemento da assimilação. Afinal, o fenômeno da assimilação não fazia distinção entre grupos étnicos. Baseava-se essencialmente em uma oposição de urbano e rural, na qual o ambiente rural carregava consigo uma ideia negativa, de espaço não civilizado. Essa diferenciação se dava mesmo dentro do espaço urbano de Luanda, nos musseques, que, por abrigarem a parcela mais pobre da população e não terem uma configuração tipicamente urbana, eram considerados áreas não civilizadas (NASCIMENTO, 2013).

Acerca disso, Jorge (1997) o dualismo histórico entre as sociedades urbana e rural em Angola e como isso foi motor dos conflitos que se desenvolveram durante o processo de constituição dos movimentos nacionalistas e posteriormente no período pós-independência de conflagração do conflito civil. Para ele, e eu concordo, o conflito que opôs MPLA de um lado e FNLA e UNITA de outro se baseia muito mais em uma diferença essencial de modelos de organização social do que em diferenças étnicas. Ainda que a FNLA tenha tido uma base bastante etnizada no seio do movimento, não era isso que a tornava diferente do MPLA, com sua base mestiça e umbundu. Foram movimentos que nasceram de realidades distintas, e essas realidades só poderiam construir objetivos opostos. E nesse aspecto, é importante retomar o impacto que a estratificação social promovida pelo sistema colonial teve nessa divisão nacionalista. Uma estratificação que não particularizava etnias, mas opunha brancos, “civilizados” e “superiores” a negros, “selvagens” (JORGE, 1997).

³⁶ O GRAE (Governo Revolucionário de Angola no Exílio) consistia em uma direção da FNLA que atuava a partir de Leopoldville, no intento de fugir da perseguição travada pela PIDE.

Dessa forma, antes de 1961, havia em Angola um significativo número de associações e grupos políticos clandestinos de caráter nacionalista. A acirrada perseguição da PIDE lhes dava duas opções de ação: ou continuar na clandestinidade, ou, então, encabeçar a luta política através do interior, fosse em países africanos vizinhos ou na Europa (PÉLISSIER, 2016a). Dessa forma, entre 1955 e 1961, houve dois pólos de desenvolvimento nacionalista no país: um em Luanda e outro em Leopoldville, no Congo Belga³⁷. O MPLA contava ainda com um núcleo de atuação em Lisboa/Paris (ROCHA, 2009). Mas com o tempo, ambos os grupos³⁸ notaram que o afastamento do centro de ação atenuava suas atividades, tornando-as pouco eficientes.

A verdade é que até de 1961, não havia preparação de fato para empreender uma luta política contra o regime, principalmente em consequência de fatores decorrentes da própria organização do espaço colonial, dentre os quais (mais uma vez) o enorme abismo criado entre assimilados e indígenas. Uma diferença não apenas em nível de educação e participação no ambiente político, mas no que isso acarretou: objetivos diferentes e formas diferentes de pensar uma Angola independente. E aqui cabe, pois, retomar o que foi feito das lideranças tradicionais pelo governo colonial: submetidas a mero papel de agente do poder metropolitano e restringidas às zonas rurais, foram desmobilizadas a tal ponto que não estavam intelectualmente preparadas para dar seguimento a um confronto direto com o Estado colonial. A verdade é que a população rural se mantinha, de certa forma, afastada das grandes agitações, o que só se alterava quando um líder, geralmente protestante, conseguia mobilizar uma massa de fiéis. Esse cenário só será modificado a partir da eclosão da luta armada, quando outros núcleos começam a se destacar, tirando o foco do combate exclusivamente de meios urbanos (PÉLISSIER, 2016a).

Dessa forma, em Angola especificamente, o nacionalismo guardava características próprias que o diferencia das demais formas de nacionalismo que se desenvolveram em colônias sob outros regimes metropolitanos e mesmo em outras domínios portugueses em África. Em razão da forte repressão exercida pelo regime salazarista, o nacionalismo angolano foi marcado pelo isolamento em relação aos demais movimentos nacionalistas africanos e pela clandestinidade, uma vez que ações políticas eram proibidas pela administração colonial. As associações estudantis, a exemplo da Casa dos Estudantes do Império, desempenharam importante papel no contato desses intelectuais com a população para mobilização política. Além

³⁷ Especificamente o GRAE da FNLA.

³⁸ Cabe reforçar que, a essa altura, a UNITA ainda não existia.

disso, foram também traços do nacionalismo angolano a ausência de movimento sindicalista - proibidos pela metrópole -, o caráter multirracial e a influência do modernismo brasileiro na formação desses intelectuais (SÁ, 2012).

4.2 O nacionalismo angolano em prática: a guerra por independência

Em 1960, a PIDE tomava conhecimento de um grande assalto previsto para março do ano seguinte, quando se esperava enfim independizar Angola. As informações eram pouco precisas, mas o que se sabia era que do Congo Holden Roberto incendiava a população através de artigos que eram lidos na rádio. As movimentações na fronteira norte se tornavam a cada dia mais intensas. Notícias davam conta de uma invasão pelo Congo que viria para libertar a população das províncias do norte. Em Luanda, os ânimos se acirraram depois das notícias das prisões de Agostinho Neto e de Joaquim Pinto de Andrade. O Estado Maior do Exército toma conhecimento de ações “terroristas” também em Nova Lisboa e Cabinda e da criação de novas organizações subversivas. No Catete e em Quissama, aumentam as vendas de catanas para africanos, enquanto em Cabinda entram espingardas, pistolas-metralhadoras e dinamites pela fronteira norte e leste (SILVEIRA, 2011).

A via do conflito parecia a única solução possível para pôr fim ao governo colonial. Em dezembro de 1960, Viriato da Cruz na Conferência de Imprensa da Câmara dos Comuns em Paris anunciava a aquilo que já era inevitável: era preciso combater com força à repressão violenta que Portugal instalara em Angola no final dos anos 1950. O anúncio era claro, e o governo de Salazar precisou se preparar. Se até 1957, as tropas portuguesas totalizavam apenas mil homens, em 1960 já eram três mil. No ano seguinte, contudo, já haviam se somado ao Exército as outras duas forças armadas, que em conjunto deveriam resguardar aquela que era a verdadeira joia do império ultramarino português (SILVEIRA, *Op. cit.*).

A luta armada contra o colonialismo português eclodiu em 1961 quando o FNLA e o MPLA irromperam ações violentas contra a administração colonial, utilizando-se de táticas de guerrilha (BITTENCOURT, 2011). As rebeliões, no entanto, não foram centralizadas em uma única região, e em cada uma irrompeu-se o conflito por motivações particulares. A primeira ação irromperia na Província de Malange, em 4 de janeiro de 1961, quando os trabalhadores da Baixa do Cassange decidiram demonstrar seu descontentamento com o trabalho forçado a que eram

submetidos nas plantações de algodão. Acontece que além das terríveis condições de trabalho a que eram submetidos, foram obrigados a abandonar o cultivo de gêneros alimentícios para se dedicarem ao plantio de algodão em um sistema de *plantation* à semelhança do que fora implantado no Brasil durante o período colonial³⁹ (PÉLISSIER, 2016b).

A revolta da Baixa do Cassange deu, então, início à luta armada contra o colonialismo português⁴⁰, e seu significado vai muito além de uma simples rebelião de camponeses. Foi uma mobilização que envolveu múltiplas conexões abrangendo tanto o meio rural como o meio urbano. E mais do que isso, partiu de uma rede nacionalista articulada em cima dos descontentamentos desses trabalhadores rurais anterior às razões imediatas que levaram à rebelião. O período de insurreição se estendeu de janeiro a março daquele ano, mas a verdade é que desde dezembro os trabalhadores já vinham mostrando resistência em cumprir com as ordens dos encarregados da Cotonang⁴¹, recusando-se, por exemplo, a pagar impostos e semear o algodão. A partir de 4 de janeiro, pessoas ao longo da Baixa bloquearam estradas, danificaram lojas e prédios administrativos da Cotonang, destruíram sementes de algodão. Declaravam que estavam finalmente livres da escravidão imposta pelos brancos durante quinhentos anos e ameaçavam de morte qualquer um que os tentasse forçar a trabalhar (GRASSI, 2015).

A rápida expansão da revolta para as regiões próximas à Baixa assustou o governo. No início, mostrando certa reticência em responder aos ataques pela repercussão que traria no cenário internacional. Mas entre fevereiro e março, uma violenta ofensiva foi organizada na região, contando com duas unidades do Exército e vigilância da Força Aérea, que respondia com bombardeios. Até hoje não há consenso sobre o número de angolanos mortos pelas forças portuguesas. Muitos fugiram para a fronteira em direção ao Congo quando o governo conseguiu reaver o controle sobre a região. Esses refugiados atuariam posteriormente como uma importante base de apoio às ações da UPA no Malange (GRASSI, 2015).

³⁹ Nos anos 1950, o governo português fez grandes concessões para atrair investimentos para o setor agrícola em Angola, na inviabilidade de alavancar algum projeto de desenvolvimento industrial. Assim, a administração colonial instaurou um sistema de *plantation*. De acordo com esse sistema produtivo, certas regiões produziram produtos específicos e se dedicaram exclusivamente a eles, como foi o caso da região da Baixa de Cassange (NEWITT, 2007). Mas a produção compulsória de algodão na Baixa do Cassange data ainda da década de 1930 (GRASSI, 2015).

⁴⁰ Essa conclusão não é consenso entre os escritores africanistas, ou mesmo entre os relatos oficiais tanto do governo quanto da antiga administração colonial (GRASSI, 2015).

⁴¹ Companhia luso-belga responsável pelo cultivo de algodão na região.

Por seu turno, em Luanda, em 4 de fevereiro de 1961, supostamente cerca de 500 homens do MPLA se dirigiram à prisão São Paulo (a principal de Luanda), na tentativa de libertar presos políticos que seriam encaminhados para o campo de concentração do Tarrafal. A falta de experiência e preparação das forças nacionalistas tornaram, contudo, o plano frustrado, e a ação terminou com mais de 100 mortos (ZOTOV; MALIKH, 1990). Muitos policiais brancos foram mortos e feridos na emboscada, criando um clima de revolta e ódio por parte da população branca na cidade. Nos dias subsequentes à invasão de São Paulo, houve perseguição e morte aos angolanos residentes nos musseques (FREITAS, 1975). A PIDE levou diversos prisioneiros a interrogatório e prendeu outros ativistas políticos que ainda estavam livres. Do lado dos angolanos, em resposta, radicalizou-se ainda mais as ações para chamar a atenção da opinião pública internacional⁴²: “Em Luanda, em Fevereiro de 1961, os portugueses foram confrontados com uma população que não somente tinha falta de armas, mas que também estava pouco inclinada para morrer” (PÉLISSIER, 2016b, p.253).

Não se sabe ao certo qual foi o nível de atuação das lideranças do MPLA na organização deste levante, na medida em que as informações são discordantes. Para Saydi Mingas, a ação de 4 de fevereiro contou, sim, com um planejamento elaborado por lideranças do movimento, embora a base do processo tenha sido garantida pela participação de trabalhadores, movidos pela onda de repressões que vinham sofrendo por parte das forças portuguesas (MINGAS⁴³ apud FREITAS, 1975). Em entrevista a Pimenta (2011), Adolfo Maria, afirma:

Embora o MPLA tenha vindo reclamar no exterior a sua autoria e ter feito desse acontecimento uma data emblemática para o movimento, tida como o desencadear da luta armada em Angola, tudo indica que foi uma acção local, concebida e posta em prática por nacionalistas residentes em Luanda. (MARIA, 2003⁴⁴ apud PIMENTA, 2011, p. 49).

Dalila Cabrita e Álvaro Mateus (2011) depreendem de sua análise que os presos em São Paulo tem origem principalmente de Icolo Bengo, região onde tanto o MPLA quanto a UPA apresentavam forte influência. Pelos arquivos da PIDE, poderiam ser classificados na categoria de assimilados, ainda que a maioria constituía a parcela de assalariados africanos em Luanda, local onde os movimentos tinham intensificado sua busca por militantes. Mário de Andrade e

⁴² Não se sabe ao certo de quem partiu a iniciativa, se foi do próprio MPLA, de membros da oposição europeia ao governo de Salazar ou de outros líderes (PÉLISSIER, 2016b).

⁴³ Entrevista com Amadeu José de Freitas.

⁴⁴ Entrevista realizada em fevereiro de 2003 com Fernando Tavares Pimenta em Lisboa.

Viriato da Cruz - dirigentes do MPLA - teriam, todavia, dado-se conta da necessidade de marcar posição e reivindicar a autoria dos ataques, no sentido de se autoproclamarem autores legítimos da ação que teria iniciado a luta armada contra o colonialismo português em Angola (AFONSO; GOMES, 2010). Para o Estado Maior do Exército, a ação parecia claramente ter sido planejada por agentes subversivos de fora do território, fazendo clara alusão à influência soviética sobre o movimento internacional pró-descolonização (SILVEIRA, 2011).

Na madrugada de 15 de março do mesmo ano, um levante comandado pela UPA invade a fronteira norte de Angola, vindos do Congo. Munidos de catanas e armas de fogo, os militantes assaltam povoados e fazendas. Fica claro, então, para o governo português que Angola se encontra agora em situação de guerra, não há mais como negar. Em Lisboa, correm notícias sobre os levantes terroristas liderados pelos angolanos do norte. O governo buscou mobilizar a imprensa em Portugal para relatar os fatos e despertar, assim, um sentimento patriótico de defesa dos interesses metropolitanos face aos ataques vindos do estrangeiro. A falta de eficiência das Forças Armadas em conter os angolanos levou à criação milícias armadas de colonos, que, raivosos, promoveram matanças indiscriminadas aos negros da região, agravando ainda mais a situação (SILVEIRA, 2011).

As pressões no seio do governo de Salazar começaram a se intensificar, principalmente vindo de uma corrente de militares reformistas que, desde os anos 1950, reclamavam por uma abertura política e econômica do regime que tivesse reflexo também na vida das colônias. Tentaram, então, um golpe frustrado em abril de 1961, levando Salazar a assumir ele próprio a pasta do Ministério da Defesa. A verdade é que a intensificação da campanha militar em Angola deu aos movimentos de libertação conteúdo para divulgarem no exterior, fazendo propaganda dos abusos cometidos pelo governo colonial, em especial nos campos de refugiados no Congo (SILVEIRA, 2011).

Os anos seguintes até a década de 1970 não foram muito vitoriosos para os movimentos nacionalistas angolanos. Enquanto MPLA e UPA (depois FNLA) se preocupavam mais em neutralizar um ao outro, outros grupos políticos menores se proliferaram pelo país, e quem realmente se beneficiou disso foi a metrópole. A verdade é que as ações da FNLA continuaram restritas não só à região norte geograficamente, mas em especial entre os bakongo. E apesar de seus ataques, o que realmente incomodava aos colonos brancos eram as movimentações entre os assimilados - tinham pavor de perder espaço político para pessoas que consideravam inferiores a

si. Na zona urbana, intensificou-se, então, a postura de agressividade para com os negros, os quais, por medo, regressaram à atitude de submissão (PÉLISSIER, 2016b).

Ainda assim, o clima que se instaurou em Angola levou o governo metropolitano a pensar em reformas que pudessem acalmar os ânimos e afastar o perigo da independência. Revogou-se, assim, o Estatuto dos Indígenas, em agosto de 1961. Apesar da tentativa, a revolta continuou no interior, ainda que em ações isoladas a determinadas regiões, essencialmente àquelas controladas pela UPA. Militarmente nenhum dos dois movimentos fez progresso, embora sua simples existência em solo angolano limitava as atividades das forças portuguesas, que mesmo sem combater geravam um gasto significativo demais para um país de PIB tão pequeno como Portugal. Aliás, a UPA era o movimento mais ativo em território angolano durante a década de 1960. Isso se dava não somente devido a sua posição privilegiada próxima a fronteira com o Congo - o que lhes garantia uma linha de comunicação curta e eficiente -, mas também por suas ações de interceptação e destruição dos suprimentos que eram enviados pelo MPLA para seus militantes em Nambuangongo e nos Dembos. Contribuiu também para fortalecer sua posição⁴⁵ o reconhecimento da OUA do GRAE como movimento nacionalista representante dos interesses do povo angolano, o que ocorrera na mesma época em que o MPLA colapsava pelas cisões internas⁴⁶ (PÉLISSIER, 2016c).

O MPLA esteve à beira da extinção por volta de 1963 e só sobreviveu por uma conjunção de três fatores: (i) uma direção pequena de militantes marxistas habituados à clandestinidade; (ii) o apoio efetivo de membros do bloco soviético; e (iii) o deslocamento do quartel-general para Brazzaville, fugindo dos ataques diretos da FNLA. Mas o intelectualismo dos dirigentes os distanciava muito da população que juravam defender⁴⁷. Isso criou barreiras que dificultaram a ampliação de sua zona de atuação em Angola, onde em muitas regiões eram vistos como estrangeiros⁴⁸. Ainda assim, tiveram grande sucesso no leste, quando, entre 1967 e 1969, um ano depois de ter conseguido enviar seu primeiro destacamento para Nambuangongo, se envolvem em uma luta de fato na região. Foi aí que optaram por transferir-se para Lusaca, na Zâmbia. Na altura de 1970, o grupo de Neto era o único que travava guerra em cinco regiões do país:

⁴⁵ Apesar dos conflitos internos que viviam em razão dos posicionamentos de Holden Roberto.

⁴⁶ Viriato da Cruz opta por sair do MPLA em dezembro de 1962 por conflitos internos com o grupo liderado por Agostinho Neto e Lúcio Lara (PÉLISSIER, 2016c).

⁴⁷ Péliissier (2016c) aponta aqui que o MPLA teria optado por colocar sua ação em Angola em segundo plano, priorizando o contato com os países socialistas na Europa.

⁴⁸ Tais quais os militantes da FNLA o eram em Luanda ou no sul.

Dembos, Cabinda, Moxico e boa parte de Cuando-Cubango, Luanda e Malange, e o Bié. Fortaleceram-se politicamente à medida que o rival perdia terreno (PÉLISSIER, *Op. cit.*).

A intensificação das atividades promovidas pelos movimentos nacionalistas levou o governo metropolitano a elaborar uma resposta: a “Operação Átila” foi, então, designada para controlar as regiões orientais no período entre 1972 e 1973. Ainda assim, não conseguiram evitar os avanços, em especial do MPLA e da UNITA (ZOTOV; MALIKH, 1990). Mas em 1974, a guerra colonial em Angola havia atingido um impasse: continuava restrita a áreas afastadas e fronteiriças, longe das zonas urbanas (WHEELER, 2016b). Por sua vez, o regime salazarista, agora nas mãos de Marcelo Caetano, já demonstrava claros sinais de desgaste, e a insatisfação era crescente em Portugal. Um descontentamento não só com os gastos empreendidos nas guerras coloniais em África, em especial em Angola, que se arrastava com a falência das tentativas anteriores de acordo, mas com o regime em si. Foi neste íterim que, em 25 de abril de 1974, tem lugar um novo golpe de Estado que, nomeada como Revolução dos Cravos, põe fim ao governo de Caetano (SOMERVILLE, 1986).

O cessar-fogo entre as forças portuguesas e as nacionalistas seria negociado em etapas, tendo primeiro assinado a UNITA, seguida do MPLA e da FNLA. Mas antes ainda do início das negociações com o novo governo português⁴⁹ os líderes dos três movimentos haviam percebido a importância de acertarem suas posições para então poderem sentar à mesa e fechar os acordos que dariam enfim a independência à Angola. Reuniram-se, então, Savimbi e Holden Roberto, e depois Savimbi e Neto. O encontro entre Holden Roberto e Neto jamais acontecera, e aqui importa destacar o papel conciliador que Savimbi desempenhou no processo⁵⁰. Em seu encontro com Neto, ambas as lideranças assinalaram a necessidade de composição de uma frente unificada, que deixasse de lado as hostilidades em prol do objetivo comum (CAPOCO, 2013).

A partir daí, teve lugar a Cimeira de Mombaça, em janeiro de 1975, onde, sob moderação do presidente queniano Jomo Kenyatta, os três líderes se encontraram para acertarem, por fim, uma plataforma comum. Decidiram como princípios fundamentais: (i) a legitimidade revolucionária, que lhes dava exclusividade na participação das negociações de independência; (ii) a necessidade de um período de transição; (iii) a integridade territorial, que incluía Cabinda; e

⁴⁹ Uma junta militar que assumiu logo após o golpe de 1974.

⁵⁰ Na minha opinião, importa destacar esse fato porque muitas das bibliografias que falam sobre o prolongamento da guerra civil culpam diretamente a personalidade de Savimbi, de ser sedento por poder e extremamente centralizador. Não estou afirmando que ele não o seja. Acredito que esta análise envolveria uma pesquisa bastante profunda em cima de fontes às quais eu não tenho acesso. Só gosto de manter certa reticência com posicionamentos deste tipo.

(iv) o reconhecimento de todos os nascidos em Angola como cidadãos angolanos. Estavam, então, prontos para as negociações de Alvor, das quais saiu, em 15 de janeiro do mesmo ano, a assinatura do acordo que punha fim à guerra de independência e oficializava o início do processo de descolonização de Angola (Ibidem, 2013). O Acordo fixou a data de 11 de novembro para independência oficial, estabelecendo um governo de transição que contaria com a participação dos três movimentos de libertação - que se tornariam partidos políticos - e um representante do governo português (WHEELER, 2016b).

Pelo acordo, o alto-comissariado português deteria controle sobre o território até a independência em novembro daquele ano. No entanto, os problemas internos de Portugal o impediram de garantir uma transição pacífica para um novo governo angolano, frente às hostilidades persistentes e velhas conhecidas entre os movimentos nacionalistas. Assim, em março e abril, tem-se o início dos conflitos armados entre MPLA e FNLA (WHEELER, 2016b). Ao mesmo tempo, as articulações com parceiros externos continuam, e o MPLA volta a receber suprimentos de armas da União Soviética (SOMERVILLE, 1986). Enquanto isso, a China, que havia rompido suas relações com o Estado soviético, estreita seus laços com os dirigentes da FNLA e da UNITA, iniciando um programa de ajuda militar (GEORGE, 2005).

Em novembro de 1975, o MPLA proclama, então, uma república popular a partir dos territórios que controlava de forma a garantir seu objetivo de assumir o governo em Angola, e em resposta ao crescimento das investidas da África do Sul ao sul de Angola, em apoio à UNITA e à FNLA, e do Zaire ao norte, em favor da FNLA (HODGES, 2003). O movimento de Agostinho Neto volta, então, a receber ajuda militar de Cuba, que envia milhares de soldados para Angola a partir de outubro de 1975. Como aponta George (2005), as ofensivas militares lançadas por Cuba e África do Sul colocam a região da África Austral no epicentro do conflito da Guerra Fria, garantindo a cada um dos grupos nacionalistas angolanos uma força *proxy* (GEORGE, 2005).

4.3 A Guerra Civil e Angola na guerra civil: dois personagens de uma mesma História

A Guerra Civil em Angola se inicia, então, da escalada de violência que começou na sequência da assinatura do Acordo de Alvor. O conflito que começou em 1975 se arrastaria até 2002, alternando momentos de arrefecimento das hostilidades. Meu objetivo nesta seção não é, contudo, descrever em pormenores os fatos históricos que construíram este cenário de guerra.

Acredito que este aspecto já tenha sido esgotado por ótimos e variados relatos de autores angolanos e africanistas. Afinal, a Guerra Civil Angolana é, com certeza, um dos momentos mais importantes da história moderna de Angola. Mas para facilitar o melhor entendimento, acredito ser necessário traçar um relato, mesmo que sucinto, dos acontecimentos importantes que construíram este evento. A seguir, analiso o sistema implementado pelo MPLA durante as etapas da guerra para, por fim, na última seção deste último capítulo, analisar as variáveis que arquitetaram este conflito e atuaram para intensificá-lo e prolongá-lo por tantos anos.

4.3.1 A Guerra Civil no decorrer dos fatos: breve relato

Com a retirada do governo colonial, ficou claro que existia um vácuo de poder que precisaria ser preenchido. Mas os movimentos decidiram que a via das eleições não lhes dava as garantias que queriam e decidiram iniciar uma nova onda de hostilidades. Para José (2008), quatro fatores contribuíram diretamente para a deflagração de um conflito que já se anunciava desde a o final dos anos 1950, quando os grupos nacionalistas começaram a se formar. Em primeiro lugar, MPLA, FNLA e UNITA tinham projetos distintos de um Estado angolano independente. Além disso, o território angolano dispõe de uma riqueza ímpar de recursos naturais, com destaque para petróleo e diamantes, e obter controle sobre eles se tornava uma questão determinante para o novo governo. Contribuíram também dois fatores externos: a postura tendenciosa de Portugal durante as negociações de Alvor, tendendo a favorecer os interesses do MPLA, e a intervenção de EUA e União Soviética, que desejavam conquistar em Angola uma zona de influência em contexto de Guerra Fria.

Já em julho de 1975, antes do início do conflito, o MPLA lançou uma investida para recuperar o controle sobre Luanda e arredores, expulsando as forças da FNLA de Holden Roberto da região (WHEELER, 2016b). Contaram, para isso, com o papel fundamental que ter uma concentração étnica umbundu no seio de sua militância desempenhou a seu favor. Afinal, essa concentração acabou se mostrando ferramenta na expulsão da oposição em Luanda. Utilizando-se da tática do “poder popular”, o movimento recrutou militantes especialmente entre os umbundu da região, os quais encabeçaram milícias armadas para expulsar os demais grupos étnicos, que, de modo geral, eram apoiantes dos grupos políticos rivais. Não fosse isso, o cenário do pós-independência teria sido bem diferente, e o MPLA não teria tanta facilidade para acessar e

controlar a máquina burocrática (VALÉRIO, 2015). Mas é importante lembrar que, como já disse anteriormente, essa concentração se deu muito mais por fatores geográficos do que de fato por mobilizações de caráter étnico.

Por seu turno, os EUA enviavam nova remessa de dinheiro para travar os avanços do MPLA e do bloco soviético na África Austral. Estava claro que os Acordos de Alvor nunca entrariam em vigor, e um governo de transição jamais existiria. Apesar de sua inabilidade política já atestada, o alto-comissariado português em Angola, ainda assim, assumiu os postos executivos na tentativa de acalmar os ânimos, sem, no entanto, conseguir impedir que o MPLA exercesse controle sobre a administração central e se beneficiasse das receitas de impostos (BAUER; TAYLOR, 2011). Na sua retirada, a administração portuguesa se recusou a entregar o governo a qualquer um dos três movimentos. Contudo, o MPLA, já aparelhado pela máquina burocrática concentrada em Luanda, logrou garantir sua posição enquanto governo. Além disso, com ajuda de seus parceiros estrangeiros, conseguiu importantes vitórias contra seus rivais logo nos primeiros anos de guerra, assegurando sua zona de influência.

A segunda metade dos anos 1980 vai uma virada nos desdobramentos do conflito, alguns dos quais se iniciaram ainda no final da década de 1970. Isso porque, ao passo que o MPLA intensificava sua parceria com o bloco soviético, FNLA e UNITA perderam o apoio da China. Os EUA, por desdobramentos de sua política interna, também começaram a recuar em seus investimentos, e isso afetaria diretamente a manutenção dos movimentos, em especial da UNITA, que era agora o principal aliado norteamericano em Angola⁵¹. A África do Sul, por sua vez, também acaba recuando em direção à Namíbia em resposta às pressões internacionais que o regime do *apartheid* sofria (WHEELER, 2016b). Do lado do MPLA, a chegada de José Eduardo dos Santos ao poder em 1979⁵² representaria uma mudança importante na política do partido (SOMERVILLE, 1986).

A partir de 1985, com um novo envio de tropas cubanas para Angola, os EUA voltam a enviar remessas de dinheiro para a UNITA e a África do Sul volta a avançar a sul do território. É quando tem lugar, então, a Batalha de Cuito Cuanavale, em 1988, entre as forças do MPLA e do

⁵¹ A FNLA vai perdendo espaço e se dissolvendo enquanto grupo armado.

⁵² Neto faleceu durante uma visita oficial a Moscou e é substituído por José Eduardo, que ficou no poder em Angola até 2017, quando, por motivos de saúde, desistiu de concorrer a um novo mandato (PORTAL DE ANGOLA, 2017). A sucessão de Neto por José Eduardo dos Santos foi um tema que gerou grande controvérsia dentro e fora do MPLA por motivos que não vale a pena descrever aqui. O que importa saber é que sua transição para a presidência foi pacífica e sem rupturas graças ao sistema monolítico controlado pelo partido (HODGES, 2002).

governo sul-africano que, apesar da ajuda norteamericana, não logrou vitória, garantindo a retomada do controle sobre a região para o rival. Mas a essa altura, a União Soviética passava por sua pior crise interna que levaria à sua dissolução, em 1991. Sem seu maior antagonista em jogo, Washington não tinha mais razão em manter sua presença em Angola e retirou, assim, seu apoio formal à UNITA (BAUER; TAYLOR, 2011). Tem início, então, um movimento na comunidade internacional de incentivo às democratizações, em especial no continente africano que estava mergulhado em conflitos civis intensificados e prolongados pelos interesses anteriores de EUA e União Soviética.

Essa onda teve impacto direto em Angola, levando às primeiras conversações de paz entre os movimentos rivais. O Acordo de Bicesse, de 1991, estabeleceu cessar-fogo imediato, o fim do sistema de partido único⁵³, e a convocação de eleições gerais. O resultado das eleições de 1992 deu vitória novamente a José Eduardo dos Santos, mas Savimbi contestou a lisura do processo, demandando medidas da missão da ONU enviada para monitorar o processo eleitoral. Após a resposta da UNAVEM II⁵⁴, confirmando a vitória do MPLA, o líder da UNITA reuniu suas forças e voltou a atacar as forças do governo (SARAIVA, 1998).

O MPLA, por sua vez, se viu obrigado a responder, e o conflito foi retomado. Os dois anos seguintes às eleições foram marcados por uma escalada de brutalidade sem precedentes. Uma nova tentativa de cessar-fogo teve lugar com o Protocolo de Lusaka de 1994, mas novamente sem sucesso. No início dos anos 2000, sob a iminência do engajamento militar cada vez maior da UNITA, o MPLA adotou táticas de contrainsurgência. Ambos os lados investiram importantes recursos para o aperfeiçoamento militar. O conflito se prolongou até 2002, quando as forças do governo acabaram assassinando Savimbi em uma emboscada, em fevereiro. Com a morte do líder, a UNITA aceitou negociar o cessar-fogo, oficializado em abril do mesmo ano (BAUER, TAYLOR, 2011; WHEELER, 2016b).

⁵³ Do qual falarei melhor na seção a seguir.

⁵⁴ Missão de Verificação das Nações Unidas para Angola. Esta era já a segunda missão designada pela ONU para Angola. A primeira havia sido enviada em 1988, quando dos Acordos de Nova Iorque, a primeira tentativa de acordo de paz no país durante o conflito (SARAIVA, 1998)

4.3.2 Angola sob o regime do MPLA durante a guerra

Quando Agostinho Neto proclamou a República Popular de Angola, em 11 de novembro de 1975, entrou em vigor a Lei Constitucional que regeria o funcionamento deste Estado. O documento havia obviamente sido formulado e aprovado pelo Comitê Central do MPLA. Conforme ilustra já de início seu artigo primeiro, o objetivo primário desta República era garantir a soberania e independência do povo angolano, de modo a eliminar todos os vestígios restantes dos séculos de dominação portuguesa e a promover o desenvolvimento do território e a construção de um Estado democrático. A Constituição de 1975 colocava o MPLA como legítimo representante da República, ao mesmo tempo que repelia qualquer atitude separatista, assumindo a unidade e inviolabilidade das fronteiras estabelecidas ainda no período colonial (ANGOLA, 1975).

Durante esta primeira fase do governo do MPLA, que perdurou entre 1975 e 1990, o regime se caracterizou por um sistema de partido único. O Estado-partido, como ficou conhecido, justapunha as estruturas organizacionais de ambas as instituições. E mesmo dentro desta organização havia uma concentração e centralização de poder muito marcante, em um primeiro momento nas mãos de Neto e depois de dos Santos. Em 1976, por exemplo, Neto começou a absorver gradualmente as funções e atribuições do Primeiro Ministro e ampliar sua influência sobre os governos provinciais. Em agosto do ano seguinte, ele assumiu o papel de líder do governo, e em dezembro de 1978, aboliu os cargos de Primeiro Ministro e Vice-Primeiro Ministro (VIDAL, 2007a). O governo de Eduardo dos Santos não caminharia em sentido diferente, ficando marcado pela intensificação do autoritarismo até o momento do início da transição por abertura política.

Ao longo dos anos 1980, intensificou-se a política de restrição para o ingresso de novos membros no partido, assim como o processo de centralização da política e da administração pública. Em 1980, uma alteração constitucional tornou dos Santos presidente da Assembleia Popular de Angola, reduzindo a ação do órgão à simples ratificação das decisões do Executivo. Tomou para si também o controle de pastas que antes eram de responsabilidade do Comitê Central, como as relações econômicas. Entre 1984 e 1985, foi a vez do Ministério das Relações Exteriores ser absorvido pelas atribuições do Presidente da República (VIDAL, *Op. cit.*).

Nas ruas, o cenário era de contestação popular por insatisfações quanto às condições de vida da população angolana. O governo se defendia, afirmando que o sistema de Estado-partido havia sido estabelecido como meio para que o país concluísse seu processo de construção nacional e alcançasse o desenvolvimento econômico o mais rápido possível, o que não se realizou. Angola vivia uma grave crise econômica decorrente da implementação do modelo de economia planejada, com problemas na distribuição de recursos e ineficiência em todos os setores. Este cenário tornou a economia angolana cada vez mais dependente do petróleo, o único setor que continuava em crescimento. Os reflexos dessa crise, integrados à vida cotidiana dos angolanos, com a piora significativa nos sistemas de educação e saúde, levaram a população a reivindicar abertura política (HODGES, 2003; 2007; M'BOKOLO, 2010; VIDAL, 2007b).

Foi nesse sentido que se lançou, em 1987, o primeiro programa de reformas liberalizantes, em consequência do qual, dois anos mais tarde, Angola aderiria ao FMI (Fundo Monetário Internacional) e ao Banco Mundial (PEGADO, 2014). Para além das questões econômicas, o conflito civil também deixava marcas de desgaste na política do partido, e a iminente impossibilidade de vencer a UNITA levou o Comitê Central do MPLA a abandonar o sistema de partido único, em 1990 – mudança que seria implementada com a reforma constitucional de 1991. Durante o terceiro congresso do partido, decidiu-se também por abandonar de vez o marxismo-leninismo e promover a abertura econômica (HODGES, 2003; 2007).

Nesse sentido, em setembro de 1992, entrava em vigor a Lei de Revisão Constitucional que visava a implementação de uma democracia pluripartidária e de um sistema de economia de mercado. O documento previa a realização de eleições, pela primeira vez em Angola, baseadas no princípio do sufrágio universal e no voto secreto. As eleições consagrariam a escolha popular para a presidência da República e para deputados de um parlamento que viria ser implementado. O nome oficial do país foi, assim, modificado para República de Angola, assim como a Assembleia Nacional que também perdeu a designação “popular”. Outra importante alteração foi o estabelecimento de um Estado democrático de direito e a previsão da separação dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário na configuração de um sistema semipresidencialista, o qual ainda manteria a figura do presidente como ativa e atuante (ANGOLA, 1992). Esse ambiente mais pluralista abriu caminho para novas instituições (HODGES, 2003).

Para dar continuidade ao firmado em Bicesse, além da Lei de Revisão Constitucional, o governo angolano precisou investir na formulação de leis que regularizassem a criação de novos

partidos políticos e regulassem o processo eleitoral. E assim o fez, criando também o Conselho Nacional Eleitoral (CNE), em 1992. Constituído, então, o cenário propício, entre os dias 14 e 25 de janeiro, ocorreu a Primeira Reunião Multipartidária, sem a presença de representantes da UNITA, que não enviou membros. Embora a intenção da reunião tenha sido trazer os demais partidos para o debate político, os pontos principais do processo de transição já haviam sido definidos durante os Acordos de Bicesse, dos quais participaram apenas MPLA e UNITA, as partes beligerantes do conflito (ANTÓNIO, 2013).

Apesar do pouco democrático processo de negociação, o período foi marcado pela criação de diversos novos partidos, a começar pela UNITA e pela FNLA que foram legalizados na atividade política. No total, foram 27, além do MPLA, legalizado desde 1975. Muitos desses partidos, contudo, ou foram criados pelo próprio governo ou tinham relações muito próximas com ele. A ideia do MPLA era garantir um cenário de verdadeiro pluralismo partidário e abertura política, ainda que forjado. Com o passar do tempo, a maioria deles acabou por desaparecer. Nas eleições de 1992, desse significativo total, apenas 12 obtiveram votos suficientes para ocupar os 223 assentos na Assembleia Nacional, que acabou concentrada nas mãos do MPLA, com 129 cadeiras, e da UNITA, com 70. Na votação para o Executivo, José Eduardo dos Santos obteve a maioria dos votos, (49,57%), enquanto o líder da UNITA, Jonas Savimbi, ficou com o segundo lugar (40,07%) (ANTÓNIO, *Op. cit.*).

O resultado demonstrava um empate técnico, que deveria ser resolvido em um segundo turno. Savimbi, contudo, foi a público declarar que as eleições haviam sido fraudadas pelo MPLA e que, por isso, não aceitava os resultados (SARAIVA, 1998). Outros partidos seguiram o posicionamento da UNITA, dentre eles a FNLA (ANTÓNIO, 2013). A UNAVEM II, convocada para dar seu parecer, atestou, então, a lisura do processo. Apesar disso, as forças da UNITA optaram pela retomada do conflito, e voltaram a atacar as forças do governo em Luanda (JOSÉ, 2011). A retomada do conflito trouxe complicações para o projeto de abertura política. Assim, o segundo turno previsto acabou nunca acontecendo, tendo sido oficialmente cancelado em 1999. No legislativo, os deputados eleitos pela UNITA conseguiram tomar posse de seus assentos na Assembleia Nacional em 1997. Contudo, na prática, dos Santos ainda detinha controle sobre o órgão através do Conselho de Ministros e da larga maioria de assentos que o MPLA ocupava.

Apesar disso, houve a criação de um Governo de Unidade e Representação Nacional, cujo objetivo era reunir uma coalizão entre governo e os partidos de oposição representados na

Assembleia (HODGES, 2003; VIDAL, 2007a). Com esses avanços, em 1998, as negociações de Lusaca haviam sido finalmente implementadas, ainda que de forma parcial. A continuidade das ações militares da UNITA levaram, todavia, o governo a suspender as medidas. Dos Santos estava decidido que a via militar era o único caminho possível para pôr um fim definitivo do conflito. E assim o foi até a emboscada que terminou com a morte de Savimbi em 2002. As negociações que se sucederam a partir de então contaram com o ineditismo de não demandarem participação de nenhum agente externo (VIDAL, 2007a; WHEELER, 2016b), ainda que o caminho para a abertura política de fato esteja até hoje sendo pavimentado em Angola - o que é tema para um debate futuro.

4.4 A Guerra civil em análise: um conflito anunciado, mas e por quê?

A seção a seguir, a última deste trabalho, tem por objetivo trazer os elementos de análise de tudo que foi abordado até então. Trata-se de buscar entender as variáveis que levaram à configuração do conflito armado em 1975 e sua continuidade por tantos anos. Mas mais do que isso, trata-se de enxergar o evento para além da etnicidade, para além de uma disputa entre grupos étnicos rivais. Para Messiant (2008), o conflito angolano nasceu da divisão do movimento nacionalista que, por sua vez, tem origem em oposições socioculturais complexas, desde a história da formação das elites no contexto colonial, assim como oposições ideológicas e antagonismos étnicos que viriam a contribuir para exacerbar o cenário. É fundamentalmente uma disputa acirrada de diversas elites, com origens distintas, pelo poder - primeiramente dentro do movimento nacionalista e depois no Estado independente.

A própria Messiant (2008) aponta que a relação da UNITA, por exemplo, com o grupo étnico ovimbundu não foi um movimento natural, e essa identificação só se torna real no cenário pós-independência. Na verdade, a intensificação do discurso étnico teria sido um efeito da própria guerra e da postura do MPLA como Estado. Antes disso, o único grupo que apresentava realmente um discurso de caráter étnico era a UPA, porque a FNLA já nasceu com intuito de dirimir essa identificação para buscar uma imagem mais universalista. Sendo os ovimbundu maioria populacional em Angola, ver no controle do Estado um grupo cujo apoio majoritário era umbundu causou-lhes um certo receio, de modo que sua associação com a UNITA apareceu como uma possibilidade de responder a possíveis ameaças (VALÉRIO, 2015).

Valério (2015) também assinala a importância de se analisar a etnicidade como instrumento de mobilização, em especial aqui pelas autoridades tradicionais, que tiveram seu papel de liderança sufocado e, muitas vezes, apagado pelo poder colonial⁵⁵. Elas reapareceram com força em especial nos anos 1990, impactando as políticas nacionais. Tornaram-se uma nova variável no processo de democratização, fugindo das expectativas das lideranças nacionalistas que as consideravam, assim como o Estado colonial, uma relíquia do passado. As autoridades tradicionais, sim, têm fortes laços étnicos. Mas se antes elas foram alijadas do processo pelo abismo em que a sociedade colonial as jogou, negando-as o aparelhamento intelectual, atualmente elas assumiram uma nova roupagem, ocupando, até mesmo, espaços de destaque na sociedade contemporânea como cargos na administração pública.

Como conclui Sango (2002) em sua tese, o problema político em Angola é um problema político, não é étnico nem cultural. Ele nasce por questões políticas e se mantém porque a cultura política das elites alimenta sua continuidade. O que se nota é a utilização do elemento étnico como instrumento para diferenciar “nós” dos “outros”, ou seja, há a politização dessa diferença, que é elemento básico da formação da sociedade angolana - como demonstrei anteriormente - desde o período pré-colonial. Para defender seu argumento, ele faz um estudo da composição étnica dos principais partidos políticos que atuaram entre 1980 e 1992 e depois do início da transição democrática.

Entre 1980 e 1992, todos os grupos étnicos estiveram representados na Assembleia Nacional. Os umbundu eram o grupo mais representativo, e os bakongo apareciam em segundo lugar, seguidos pelos cokwe. Durante este período, em que o regime ainda era fechado, o critério para compor o governo era a participação na luta de libertação, o que explica a razão pela qual bakongo e cokwe aparecem logo atrás dos umbundu, uma vez que se concentram nas regiões mais propensas à atuação (fronteiras com o Congo e Zâmbia). Sango aponta aqui para a preocupação do MPLA em representar todas as etnias.

Já entre 1992 e 2000, nomeadamente período da primeira transição, observa-se um crescimento acentuado na participação de ovimbundu, diretamente relacionado à maior

⁵⁵ É notável, inclusive, como o cenário político dos anos 2010 tem servido para incentivar a participação política dessas lideranças que despontam como agentes importantes principalmente em localidades onde o Estado não consegue chegar. Esse é o contexto que permeia o debate atual sobre a implementação das autarquias locais em Angola, como pude observar durante minha participação como ouvinte na I Conferência Internacional “Autarquias Locais em Angola: construindo a autonomia local”, que teve lugar nos dias 7 e 8 de agosto de 2018, no Palácio da Justiça em Luanda.

popularidade da UNITA nas províncias do centro-sul. De outro lado, bakongo, nganguela e kwanhama perdem um pouco de sua representatividade, enquanto fiote e mucubal têm um aumento proporcional. A análise dos dados leva Sango a concluir que é mito a ideia de que os partidos políticos em Angola representam uma divisão étnica: os dois principais partidos no cenário pós-eleição de 1992 tem componentes de todos os grupos étnicos nacionais. Aliás, se isso não fosse nada mais que uma falácia, os partidos jamais conquistariam representatividade na Assembleia. Um fato que vem a corroborar a conclusão de Sango é que, além do MPLA e da UNITA, FNLA e PLD também obtiveram votos significativos em mais de um grupo étnico. Foram as votações mais expressivas depois dos protagonistas.

Quando de sua análise sobre o Governo central, Sango não se ateve apenas à representatividade dos grupos étnicos, mas como se processava a inclusão ou exclusão de membros não-umbundu - que configuravam maioria (60%). Entre 1975 e 1980, os ovimbundu eram 16% do governo, e apenas os cinco maiores grupos estavam representados - seguindo a lógica da participação na guerra por independência, com exceção dos cokwe que não apareceram representados no governo central. Esse foi o período em que o MPLA perdeu a maioria de suas lideranças ovimbundu depois da contenta com Daniel Chipenda e Joaquim Kapango. De 1980 a 1985, os fiote deixam de ser os mais bem representados depois dos umbundu, perdendo lugar para os ovimbundu. Agora são sete os grupos representados no órgão.

De 1986 a 1992, novos grupos passam a integrar a máquina pública, que é ampliada em busca de maior eficiência. Agora são nove as etnias que compõem o quadro. Destaca-se também a perda de representação entre os umbundu, que passam de 61 para 44%, enquanto os ovimbundu pulam de 12 para 23%. Essas mudanças de representatividade demonstram uma alteração nos critérios de inclusão de membros no governo - tanto no Comitê Central quanto para o Governo -, que agora não se trata mais da participação na luta anticolonialista, mas a formação e a lealdade política ao partido no poder. O cenário pós-eleições é bastante interessante nesse sentido porque, pela primeira vez, o MPLA conta com um Secretário-Geral de origem ovimbundu (Marcolino Moco). Entre 1992 e 1996, manteve-se a tendência de alargamento da participação dos demais grupos étnicos no governo central. Há um enxugamento da máquina pública agora, o que acarreta diminuição da representatividade dentro dos grupos, mas há integração de outros que antes não estavam representados. O período marca um importante passo no caminho da construção de um cenário político realmente nacional.

Mas para além da discussão de composição étnica, há que se levar em conta outro fator que caracterizou o governo do MPLA, principalmente durante o período de partido único: o autoritarismo. Esse autoritarismo teria, a princípio, três fatores que se conjugaram no caso do MPLA (CHABAL, 2007; HODGES, 2003; SANGO, 2002; VALÉRIO, 2015). Primeiramente, importa considerar o legado deixado pela administração colonial que, ao eliminar a atuação das autoridades locais, concentrou em sua figura todas as expressões de poder. Aqui cabe retomar também a participação ativa de predecessores do movimento na administração pública. Mesmo que os dirigentes do partido não tenham eles mesmos servido à máquina burocrática colonial, eles são originários de uma elite urbana que o fez. Estavam, portanto, habituados a esse tipo de modelo administrativo. O ambiente na sociedade colonial angolana não dava espaço para o pluralismo político. Tanto é que, diferentemente de outras colônias em África, em Angola não houve a criação de sindicatos, porque o governo-geral jamais permitiu. Nem mesmo a imprensa era livre. Os outros dois fatores me parecem mais simples de explicar. Primeiro, a influência soviética, de um sistema também autoritário e centralizador, e depois do próprio cenário de conflito que exigia do partido no poder manter o controle sobre máquina pública.

Mas a burocracia atrasada e o autoritarismo político não foram os únicos legados da colonização portuguesa. Sabemos que as origens do MPLA remontam principalmente de uma aristocracia crioula. Essa comunidade crioula foi, com o tempo, se concentrando na figura do presidente conforme ampliava-se a centralização do poder em suas mãos. O sistema político angolano se configurou, assim, marcadamente patrimonialista, ou seja, de caráter extremamente personalista, no qual o presidente assume para si o controle não só da política, como das principais atividades econômicas do país, favorecendo a quem for de seu interesse. A justaposição entre as estruturas do Estado e do partido, durante a Primeira República, serviu como instrumento para a consolidação desse patrimonialismo. Mesmo com a transição democrática no pós-guerra e a atuação da Assembleia Nacional, o patrimonialismo não foi anulado, e Eduardo dos Santos seguiu concentrando poder em suas mãos, apoiado pela velha coalizão político-militar (CHABAL, 2007; VIDAL, 2007a).

O patrimonialismo em Angola não foi, contudo, herança do colonialismo português. Apesar de o Estado português ter realmente se caracterizado pelo patrimonialismo desde o período da Idade Média (FAORO, 1996), não há indícios suficientes para comprovar essa relação de hereditariedade. Afinal, o Estado colonial, mesmo que controlado por colonos portugueses,

não tinha necessariamente as mesmas características do Estado português sediado em Lisboa. O patrimonialismo angolano me parece mais uma consequência do sistema político autoritário, esse, sim, herança colonial. Ou seja, o autoritarismo, ao alienar a população da participação política e concentrar o poder nas mãos do partido, teria dado condições para o estabelecimento de um regime patrimonialista, que, por sua vez, alimentaria a manutenção do autoritarismo, em um ciclo vicioso.

Messiant (2007) vai um pouco mais a fundo e analisa a estrutura econômica para demonstrar como ela contribuiu para a manutenção de um sistema autoritário mesmo com o processo de transição ao multipartidarismo. A verdade é que a polarização do país em dois campos políticos obrigou as pessoas a escolherem um lado, que supostamente lhes garantiria proteção e um mínimo de condições para sua sobrevivência. A vida do cidadão comum em Angola não era fácil, fosse no campo ou na cidade. Esse cenário de divisão do país em dois contribuiu diretamente para que ele optasse por sufocar suas insatisfações políticas. Economicamente, o incremento das receitas do governo através do aumento das exportações de petróleo, a partir de 1985, garantia ainda mais poder para essa elite político-econômica, inundando Angola de petrodólares. Esse movimento impulsionou a mutação interna do partido em direção à liberalização. A transição liberalizante criou, assim, uma economia clientelista cujo motor era o próprio MPLA (MESSIANT, 2007).

O problema é que em Angola o jogo político é um jogo de soma zero: o vencedor leva tudo, o perdedor fica com nada. Essa cultura política autoritária me parece ser uma das principais variáveis a fomentar o conflito e mantê-lo por tanto tempo. Essa cultura estruturou um sistema patrimonialista que, por si só, também atuou como fator para instigar as rivalidades, na medida em que entra na conta agora não só o poder político, mas o poder econômico. O vencedor detém o controle sobre o território e sobre o que se produz nele. Ganha o direito de beneficiar os grupos que são de seu interesse e desfavorecer seus opositores.

O fato é que há muito em jogo quando o cenário anuncia a derrota do regime colonial português. Apesar das conversações que ocorreram antes da reunião de Alvor entre as lideranças de UNITA, FNLA e MPLA, o que se estava arquitetando ali não era uma união, mas uma convergência de discurso. O fato é que, como aponta Sango (2002), em África como um todo, o poder político virou um fim em si, um valor absoluto. Naquele momento, portanto, homogeneizar o discurso não era construir algo maior que os três movimentos. Savimbi, Holden Roberto e Neto

tinham para si que a homogeneização deveria levar a existência de um único líder, com uma única organização política, sem eleições - porque elas não seriam necessárias. Esse era seu desejo final.

Não contribuiu para o cenário o fato de que essas lideranças vinham de um histórico de socialização completamente distintos. Holden Roberto, por exemplo, teve sua criação essencialmente no Congo, fez parte de uma formação de caráter francófono, identificava-se com esse contexto. Enquanto Neto e Savimbi tiveram uma formação essencialmente lusófona, ainda que diferentes entre si. Enquanto aquele fez parte de um ambiente urbano, Savimbi já traz consigo uma vivência rural. Essas vivências diferentes não poderiam construir demandas complementares. A colonização portuguesa jamais conseguiu unificar a estrutura administrativa dentro do território, cada região tinha obrigatoriamente necessidades distintas, recebiam mais ou menos recursos do poder central, foram mais ou menos castigados com as políticas coloniais, sofreram mais ou menos com o processo de assimilação cultural. E isso não está baseado em uma diferença étnica, é preciso salientar.

Isso não é negar que a diversidade étnica seja uma variável em Angola. Isso é um dado. Como coloca Nkosi (2013), o caso de Angola encontra sua complexidade justamente no fator cultural, uma vez que a sociedade angolana se caracteriza essencialmente por sua multiculturalidade. Mas o que se quer colocar é que esse pluralismo étnico, cultural e linguístico não, de forma alguma, impeditivo para a construção de uma identidade angolana. Mas a identidade tem no pano de fundo uma história de vida, a qual se insere dentro de um contexto sociopolítico e dos laços familiares, guardando, por isso, crenças e valores. A identidade, ao mesmo tempo em que busca por semelhantes, estabelece-se paradoxalmente pelo contraste e pela diferença. Ou seja, a ideia de “nós” só existe e permanece viva porque intrínseca a ela existe a ideia do “eles”, dos “outros”, que são diferentes de “nós”. Nesse sentido, quando se fala em identidade coletiva (seja cultural, nacional ou étnica), pode-se dizer que ao aceitar essa identidade, o indivíduo se nutre de um orgulho identitário, que é reforçado por práticas e visões culturais compartilhadas com os demais membros dessa comunidade identitária (NKOSI, 2013).

As identidades sociais não são estáticas, estão em constante mudança, e sua construção é elaborada de modo a formar e garantir a manutenção de grupos sociais. Ou seja, elas não são de forma alguma naturais, requerem investimento para permanecerem vivas no imaginário da comunidade a que “pertencem”. São constituídas a partir de um conjunto de valores herdados

historicamente pela comunidade, o que acaba por moldar certos padrões de comportamento, permitindo que se desenvolva certas habilidades específicas ou que sejam reprimidos certos tipos de comportamento. A identidade nacional necessita da existência de um projeto nacional de desenvolvimento, o que também envolve aspectos geográficos, jurídicos ou diplomáticos - na verdade, aqui não se fala em identidade nacional puramente, mas da intrínseca existência entre nação e Estado, na medida em que é ele quem detém esses elementos elencados (NKOSI, *Op. cit.*).

Para o autor, os casos africanos são bastante emblemáticos para demonstrar que a identidade nacional e outras representações coletivas das sociedades modernas são realmente construções, uma vez que esse processo é relativamente recente nesses países. No caso de Angola, por exemplo, apesar de as manifestações assumidamente nacionalistas terem despontado apenas nas décadas de 1940 e 1950, tem-se registro de movimentos nesse sentido já no século XIX. Isto é, já lá se pode dizer que havia um processo de construção nacional sendo iniciado. Além do mais - e nisso concordamos bastante -, o fato de existirem identidades étnicas fortes em Angola, a existência de uma identidade nacional não é antagônica a elas, mas sim complementar.

5 CONCLUSÕES

A sociedade angolana guarda em si um importante elemento de multiétnicidade. Esse traço, que é característico de muitas outras sociedades africanas, aparece como base da formação das comunidades que já viviam neste território antes mesmo da chegada dos portugueses no século XV. Comunidades essas que, diferentemente do que a literatura ocidental tende a perpetuar em seus escritos, apresentavam estruturas sociopolíticas complexas, organizadas em camadas, sendo que cada qual detinha uma função própria - tais quais o são nas sociedades ocidentais que se conhece antes do estabelecimento do Estado Nacional moderno.

O problema de se estudar o Estado moderno em África se inicia na questão étnica justamente porque ela é utilizada como fator de desintegração pela forma como os autores ocidentais costumam descrevê-la. Um dos aspectos que este trabalho tentou demonstrar, talvez não de forma tão profunda como o tema exige, é que existe uma lógica no processo que levou coletividades humanas a se unirem em comunidades cada vez maiores e com nível de complexidade também maior. Essa lógica se replicou em basicamente todas essas comunidades de forma indiscriminada, de modo que, em algum momento, tornaria-se cada vez menos possível que comunidades preservassem em si uma hegemonia étnica. Isso principalmente se levarmos em consideração que, até se assentar em determinada localidade - o que levou milhares de anos na História da evolução do homem -, os movimentos de migração eram características inerentes a tais comunidades.

Ora, se é um movimento natural da vida social do homem, não haveria de ser diferente em África, ou na própria Europa. Tanto é que não o foi. Como demonstram Hobsbawm (2016), Anderson (2008) e Tilly (1975), a Europa anterior ao Estado Nacional moderno nada mais era do que um emaranhado de nações distintas que viviam em territórios relativamente próximos. E aqui já temos um indício de como há uma relativização de retórica quando se fala em Europa e quando se fala em África. Falo isso porque o uso do termo “etnia” é muito mais comum para designar as formações socioculturais e linguísticas nos casos africanos, quando para os casos europeus o que aparece com mais frequência é o termo “nação”. A semântica do termo é a mesma, retomando a discussão trazida ainda na introdução para a qual me utilizei dos escritos de Amselle (2017), segundo quem a noção de etnia como a conhecemos não passa de uma criação colonial que serviu para perpetuar a dominação colonial.

Essas nações - ou grupos étnicos - que habitavam a Europa Ocidental por volta do final da metade do século XV viviam em um sistema praticamente falido de feudalismo, em que o poder centralizado era exercido por um monarca, que na verdade tinha pouco ou quase nenhum poder frente aos donos de terras, senhores feudais. Afinal, nesta época, poder na região era medido pela posse de terras e não pelo controle político de fato - que acabava como uma consequência. Esses monarcas foram, pouco a pouco, se fortalecendo, absorvendo territórios sob seu controle enquanto absorviam o poder desses senhores feudais (nobres) sob seu jugo. Quando compuseram seus Estados monárquicos - que mais tarde os cientistas políticos chamariam de Estado Nacional moderno -, não tiveram a preocupação de manter vivas as manifestações culturais e linguísticas dos pequenos reinos e feudos absorvidos. Entenderam desde cedo que era preciso submetê-los a seu poder por completo. Por isso que a língua nacional não passa de uma imensa política pública implementada pelo poder central para garantir unidade, ainda que artificial.

A unidade, aliás, é sempre artificial em um Estado moderno. Não há como conjugar todas as representações culturais e linguísticas dentro de um organismo tão complexo. Na verdade, o que aconteceu em casos assim foi que o reino mais forte quando conquistava os menores impunha a eles sua língua e seus costumes. Assim o foi em Portugal, na Espanha, na França, na Inglaterra, e em outros casos europeus. Tanto é que ainda hoje se percebe as diferenças dialéticas existentes em regiões distintas dentro de um mesmo país. O caso mais emblemático é o da Catalunha, claro, que, afinal, foge do escopo de uma diferença entre o catalão e o castellano. Trata-se de diferenças profundas e de um povo que jamais aceitou ser submetido ao poder de outro.

O que quero concluir com todas essas informações é que os casos africanos não fugiram dessa regra. Quando os europeus lá chegaram, encontraram uma infinidade de reinos, impérios e sociedades menos complexas (ou mais “primitivas”, como os autores ocidentais gostam de chamar). Precisaram desenvolver um intenso e árduo trabalho para dismantelá-los e enfim dominá-los. Agiram, nesse sentido, tal qual seus monarcas haviam feito quando unificaram sob seu comando um emaranhado de feudos e reinos menores que sequer cogitavam fazer parte de um organismo maior - ainda mais contra sua vontade. Os catalães não o queriam tanto quanto os umbundu do Reino Ngola ou os bakongo do Reino do Kongo. Foram dominados por motivos que eu, confesso, não sei ao certo explicar - talvez trabalho para uma tese a seguir.

Claro que para conservar esse poder, que é claramente artificial, precisaram de ferramentas hábeis, e a produção de conhecimento é até hoje uma delas, no sentido que ainda hoje há trabalhos que se dedicam (talvez nem mais com tanta frequência que há décadas atrás) a perpetuar ideia do africano como selvagem e primitivo. A começar pelos viajantes da época com seus relatos de viagem bastante tendenciosos e dos livros que foram produzidos a partir deles, existe um acervo enorme elaborado pelo Ocidente de obras que pintam de cores diferentes características que talvez eles mesmos saibam que deveriam ser mostradas a partir do mesmo prisma. Em ambos os casos, africano e europeu, temos um poder central que trava uma guerra de conquista, absorvendo sob seu jugo comunidades de origens etnolinguísticas distintas.

Tendo isso em mente, parece-me simplista - e seria até bastante óbvio - reduzir a Guerra Civil Angolana a um conflito étnico. Não é que a variável étnica não tenha desempenhado papel algum na origem do conflito, afinal, é inegável que os três grupos nacionalistas contavam com significativas bases étnicas. O que não se pode é ignorar outros tantos fatores importantes para analisar esse que é - mais uma vez - um dos mais importantes da História contemporânea de Angola. A própria inserção do conflito na dinâmica bipolar da Guerra Fria já me parece uma variável com maior atuação no desenrolar do evento, pelo menos na primeira fase até o início dos anos 1990.

Retomo aqui a conclusão de Sango (2002) que contribui em muito para esta finalização: o problema político em Angola é um problema **político**; ele não tem origem étnica, mas sim nesta cultura política que perpetua o autoritarismo. O conflito não segue, portanto, uma lógica de disputa étnica porque não foi essa a razão que levou as partes beligerantes a deflagarem a luta armada. O que queriam era basicamente garantir para si o controle sobre o novo Estado independente para poderem usufruir de seus benefícios sem ficarem a mercê dos mandos e desmandos da oposição.

Mas depois de todos esses capítulos de desenvolvimento, mais do que confirmar ou refutar uma hipótese, posso dizer que o trabalho cumpriu o objetivo a que se propôs. A partir da análise dos autores e suas obras utilizadas aqui, foi realmente possível repensar este episódio sob um novo olhar. E, apesar das dificuldades de se estudar África no Brasil e de se trabalhar com Angola - um país tão complexo em suas nuances -, pude imprimir aqui uma ideia de analisar o conflito que me trouxe, como pesquisadora, uma nova perspectiva. Se em meu primeiro projeto de dissertação eu marcava como problemática a “imminente divisão étnica” como impeditivo para

a construção de uma nação angolana, hoje eu termino este trabalho com a ideia de que não há divisão étnica em Angola. Há uma diversidade inegável. Mas diversidade é diferente de divisão, e o que realmente divide o povo angolano são as mazelas da desigualdade social, da falta de acesso à educação e ao sistema de saúde.

A guerra deixou suas marcas. Nos museus em Luanda, na memória dos angolanos. Perpetuou marcas de um sistema político atrasado, herdado de uma realidade colonial de uma metrópole que, apesar de última a abandonar suas possessões ultramar, foi protagonista de uma estrutura arcaica que nada entregou aos angolanos. Angola ainda precisa se abrir, não ao capitalismo, o que o fez ainda nos anos 1990 com a implementação das reformas liberalizantes. É preciso descentralizar as competências do Estado, desconcentrar a máquina pública das mãos do Executivo. Alguns dizem nos jornais que são vestígios da guerra, e talvez a guerra os tenha intensificado. Mas a verdade é que o “jogo de soma zero” existe por lá desde os tempos dos portugueses, e o MPLA parece ainda não ter aprendido a reverter a lógica. O governo de João Lourenço, que assumiu em setembro de 2017, vem trazendo importantes mudanças no sentido da abertura política, reavivando o debate sobre a implementação das autarquias locais. Resta-nos apenas acompanhar os próximos capítulos.

REFERÊNCIAS

- ADE AJAYI, J. F. África no início do século XIX: problemas e perspectivas. In: _____. **História Geral da África, VI: A África do século XIX à década de 1880.** Brasília, UNESCO, 2010. Cap. 1, pp. 1-26.
- _____. Conclusão: A África às vésperas da conquista europeia. In: _____. **História Geral da África, VI: A África do século XIX à década de 1880.** Brasília, UNESCO, 2010. Cap. 29, pp. 906-930.
- ADU BOAHEN, Albert. O colonialismo na África: impacto e significação. In: _____. **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935.** Cap. 30, pp. 919-950.
- AFONSO, Aniceto; GOMES, Carlos Matos. **Os anos da Guerra Colonial: 1961-1975.** Lisboa, QuidNovi, 2011.
- AMSELLE, Jean-Loup. Etnias e espaços: por uma antropologia topológica. In: AMSELLE, Jean-Loup; M'BOKOLO, Elikia (Org.). **No Centro da Etnia: etnias, tribalismo e Estado na África.** Editora Vozes: Petrópolis, 2017. Coleção África e os Africanos
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 336 p.
- ANGOLA. Lei Constitucional da República Popular de Angola de 1975. Luanda, 11 nov. 1975. Disponível em: <<http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/01/LEICONSTITUCIONAL-de-1975.pdf>>. Acesso em: 01 nov. 2016.
- _____. **Revisão de Lei Constitucional. Luanda, 16 set. 1992.** Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/176034>>. Acesso em: 01 nov. 2016.
- ANTÓNIO, Nelson Domingos. **Transição pela Transação: uma análise da democratização em Angola.** 2013. 200f. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Ciência Política, Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.iesp.uerj.br/wp-content/uploads/2017/06/Tese_Nelson-Antonio.pdf>. Acesso em 6 dez 2017.
- ARAÚJO, Raul Carlos Vasques. **O Presidente da República no Sistema Político de Angola (1975-2002).** Coimbra: Edições Almedina, S.A., 2017. 2ª Ed.
- ARQUIVO NACIONAL. **Atos de Vassalagem de Diversos Sobas.** Luanda: Arquivo Histórico Nacional da República de Angola, 1905. (Publicações técnicas; caixa 4540)
- ASIWAJU, A. I. Borderlands in Africa: a comparative research perspective with particular reference to Western Europe. **Journal of Borderlands Studies**, v. VIII, n. 2, pp. 1-12, United States, 1993.

- ATWOOD, J. Brian. Nation Building and Crisis Prevention in the Post-Cold War World. **Brown Journal of World Affairs**, Providence, v. 2, n. 1, pp. 11-17, 1994.
- BARBEITOS, Arlindo. **Angola-Portugal: representações de si e de outrem ou o jogo equívoco das identidades**. Luanda: Kilombelombe, 2011.
- BAUER, Gretchen; TAYLOR, Scott D.. Angola: prosperity and patronage politics. In: BAUER, Gretchen; TAYLOR, Scott D.. **Politics in Southern Africa: transition and transformation**. 2. ed. London: Lynne Rienner Publishers, 2011. Cap. 6. p. 151-180.
- BAYART, Jean-François. **L'Etat en Afrique: la politique do ventre**. Nouvelle Edition. Paris: Fayard, 2008.
- BIRMINGHAM, David. **Alianças e conflitos**. Os primórdios da ocupação estrangeira em Angola (1483-1750). Luanda, Arquivo Histórico de Angola, 2004.
- BITTENCOURT, Marcelo. A História Contemporânea de Angola: seus achados e suas armadilhas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE A HISTÓRIA DE ANGOLA, 2. 1997, Luanda. **Construindo o passado angolano: as fontes e sua interpretação**. Luanda: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2000. p. 161-185.
- _____. Fissuras na luta de libertação angolana. **Métis: história & cultura**, Caxias do Sul, v. 10, n. 19, p.237-255, Jan-Jun 2011. Semestral. Disponível em: <<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/metis/issue/view/103>>. Acesso em: 03 ago. 2016.
- BOAVIDA, Américo. **Angola: cinco séculos de exploração portuguesa**. Lisboa: Edições 70, 1967. 155p.
- CALEY, Cornélio. **Contribuição para o pensamento histórico e sociológico angolano: intervenções e reflexões**. Mayamba: Luanda, 2017. Edição Revista.
- CAPOCO, Zeferino. **O Nacionalismo e o Estado: um estudo sobre a história política de Angola (1961-1991)**. 2013. 333 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política e Relações Internacionais, Instituto de Estudos Políticos, Universidade Católica Portuguesa, Lisboa, 2013
- CARVALHO, Flávia Maria de. O Reino do Ndongo no Contexto da Restauração: Mbundus, Portugueses e Holandeses na África Centro Ocidental. **Sankofa - Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana**, São Paulo, v. 4, n. 7, pp. 7-28, jul 2011.
- CHABAL, Patrick. E Pluribus Unum: transitions in Angola. In: CHABAL, Patrick; VIDAL, Nuno. **Angola: the weight of history**. London: Hurst Publishers, 2007. Cap. 1. p. 1-18.
- CHATERJEE, Partha. **The Nation and its Fragments: colonial and postcolonial histories**. New Jersey: Princeton University Press, 1993.

CIA (Central Intelligence Agency). **The World Factbook: Angola**. 2019. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ao.html>>. Acesso em 15 maio 2019.

DERICHS, Claudia. Shaping the Nation: Ideological Aspects of Nation-Building. In: HIPPLER, Jochen. **Nation-Building: a key concept for peaceful conflict transformation**. London: Pluto Press, 2005. Cap. 4. p. 42-53.

DIAGNE, P. As estruturas políticas, econômicas e sociais africanas durante o período considerado. In: OGOT, Bethwell Allan. **História Geral da África, V: África do século XVI a XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 2, pp. 27-54.

DÖPCKE, Wolfgang. A vida longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 42. n.1, Brasília, Jan-Jun, 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73291999000100004>. Acesso em 02 set 2018.

FERREIRA, Eduardo de Sousa. **Portuguese colonialism in Africa: the end of an era**. Paris: The Unesco Press, 1974.

FRANCO JR., Hilário. **A Idade Média: nascimento do Ocidente**. Editora Brasiliense: São Paulo, 2006.

FREITAS, Amadeu José de. **Angola: o longo caminho da liberdade**. Lisboa: Moraes Editores, 1975.

GELLNER, Ernest. **Nations and Nationalism**. Oxford: Basil Blackwell, 1983. 150 p.

GEORGE, Edward. **The Cuban Intervention in Angola, 1965-1991: from Che Guevara to Cuito Cuanavale**. Oxfordshire: Taylor & Francis E-library, 2005. 354 p.

GIDDENS, Anthony. **O Estado-Nação e a Violência: segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. 363 p.

GONÇALVES, Maria de Lourdes Silva. **Estados Pós-Coloniais em África e a Institucionalização de Políticas Ambientais: derivas e importação de políticas em Cabo Verde**. 2013. 207f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/87368/000906230.pdf?sequence=1>>.

GRAÇA, Pedro Borges. **A Construção da Nação em África**. Coimbra: Almedina, 2005.

GRASSI, Aharon de. Rethinking the 1961 Baixa de Kassanje revolt: towards a relational Geo-History of Angola. **Mulemba - Revista Angolana de Ciências Sociais**, Luanda, v. 5, n. 10, pp.

53-133, nov. 2015. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/mulemba/1807>>. Acesso em 17 maio 2019.

HAFFNER, Jacqueline A. H. União Africana (U.A): desafios e oportunidades da integração. **Revista Conjuntura Austral**, Porto Alegre, n. 20, v. 4, pp. 69-94, 2013. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/38134/27328>>. Acesso em 16 ago 2018.

HAIR, P. E. H. Ethnolinguistic Continuity on the Guinea Coast. **The Journal of African History**, Cambridge, n. 2, v. 8, pp. 247-268, 1967.

HIPPLER, Jochen. Violent Conflicts, Conflict Prevention and Nation-building: terminology and political concepts. In: HIPPLER, Jochen. **Nation-Building: a key concept for peaceful conflict transformation**. London: Pluto Press, 2005. Cap. 1. p. 3-14.

HOBBSAWM, Eric. **Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016. 280 p.

HODGES, Tony. **Angola: do afro-estalinismo ao capitalismo selvagem**. Cascais: Principia, 2002. 301 p.

_____. The economic foundations of the patrimonial State. In: CHABAL, Patrick; VIDAL, Nuno. **Angola: the weight of history**. London: Hurst Publishers, 2007. Cap. 5, pp. 175-199.

HUNTINGTON, Samuel. 1994. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática. 335p.

JOAQUIM DA SILVA, Agostinho Alexandre. Angola: dinâmicas internas e externas na luta de libertação (1961-1975). 2014. 431f. Tese (Doutoramento) - Ciência Política, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2014. Disponível em: <<http://recil.grupolusofona.pt/handle/10437/5958>>. Acesso em 17 maio 2019.

JORGE, Manuel. **Pour comprendre l'Angola**. Paris: Présence Africaine, 1997.

_____. Evolução e estrutura da nação e do Estado nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). **Mulemba - Revista Angolana de Ciências Sociais**, Luanda, v. 3, n. 6, pp 107-125, nov. 2013.

JOSÉ, Joveta. Angola: independência, conflito e normalização. In: MACEDO, José Rivair (Org.). **Desvendando a história da África**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. Cap. 12. p. 159-179.

_____. **A Política Externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil**. 2011. 291 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/35078>>. Acesso em: 25 out. 2016.

KODJO, Edem; CHANAIWA, David. Pan-africanismo e libertação. In: MAZRUI, Ali A.; WONDJI, C. **História Geral da África, VIII: África desde 1935**. Brasília, UNESCO, 2010. Cap. 25, pp. 897-924.

KRADER, Lawrence. **La formación del Estado**. Barcelona: Labor, 1972. 181 p.

MALOWIST, M. A luta pelo comércio internacional e suas implicações para a África. In: ODOT, Bethwell Allan. **História Geral da África, V: África do século XVI a XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 1, pp. 1-26.

MATEUS, Dalila Cabrita; MATEUS, Álvaro. **ANGOLA 61 - Guerra Colonial, causas e consequências**. Lisboa: Texto Editores, 2011

MAZRUI, Ali A. The Reincarnation of the African State: a triple heritage in transition from pre-colonial times. **Présence Africaine**, v. 3, n. 127, 128, Paris, 1983. pp. 114-127. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-presence-africaine-1983-3.htm>>. Acesso em 02 set 2018.

MBAH, Jean Martial Arsene. **As rivalidades políticas entre a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) [1961 - 1975]**. Luanda: Mayamba Editora, 2010. 431 p. (978-989- 83). Tradução de: António Setas.

MBEMBE, Achille. **Sair da Grande Noite: Ensaio sobre a África descolonizada**. Luanda: Edições Mulemba, 2013.

M'BOKOLO, Elikia. **África Negra: história e civilizações - do século XIX aos nossos dias**. 2. ed. Lisboa: Edições Colibri, 2011.

MESSIANT, Christine. The Mutation of Hegemonic Domination: multiparty politics without democracy. In: CHABAL, Patrick; VIDAL, Nuno. **Angola: the weight of history**. London: Hurst Publishers, 2007. Cap. 3, pp. 93-123

_____. **L'Angola postcolonial. Vol. 1: Guerre ex Paix sans democratization**. Paris: Éditions Karthala, 2008.

MILLER, Joseph C.. **Poder Político e Parentesco: os antigos Estados Mbundu em Angola**. Luanda: Arquivo Histórico Nacional, 1995.

NASCIMENTO, Washington Santos dos. **Gentes do Mato: os “novos assimilados” em Luanda (1926 - 1961)**. 2013. 235p. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

_____. Colonialismo português e resistências angolanas nas memórias de Adriano João Sebastião (1923-1960). **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 8, n. 19, pp. 283-306, set/dez 2016.

NEWITT, Malyn. Angola in Historical Context. In: CHABAL, Patrick; VIDAL, Nuno. **Angola: the weight of history**. Oxford: Marston Book Services Limited, 2007. Cap. 2, p. 19-92.

NIANE, Djibril Tamsir. Introdução. In: _____. **História Geral da África, IV: África do século XII ao XVI**. Brasília: UNESCO, 2010a. Cap. 1, pp. 1-15.

_____. Conclusão. In: _____. **História Geral da África, IV: África do século XII ao XVI**. Brasília: UNESCO, 2010b. Cap. 27, pp. 763-778.

OGOT, Bethwell Allan. A história das sociedades africanas de 1500 a 1800: conclusão. In: _____. **História Geral da África, V: África do século XVI a XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 29, pp. 1057-1069.

NKOSI, José Kalunsiewo. Identidades étnica e identidade nacional: conceitos antagónicos ou complementares?. **Mulemba - Revista Angolana de Ciências Sociais**, Luanda, v. 3, n. 6, pp. 147-165, nov. 2013.

OLDEROGGE, D. Migrações e Diferenciações Étnicas e Linguísticas. In: KI-ZERBO, Joseph. **História Geral da África, I: Metodologia e Pré-História da África**. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 11, pp. 295-316.

OLIVEIRA, Susan A. *A Voz de Angola Clamando no Deserto* e a emergência dos ideais anticoloniais em Angola. **IPOTESI**, Juiz de Fora, v. 14, n. 2, pp. 45-51, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2011/04/04-A-Voz-de-Angola-clamando-no-deserto-e-a-emerg%25C3%25Ancia-dos-ideais-anticoloniais-em-Angola.pdf>>. Último acesso em 12 maio de 2019.

PFÄFF-CZARNECKA, Joanna. Democratisation and Nation-building in 'Divided Societies'. In: HIPPLER, Jochen. **Nation-Building: a key concept for peaceful conflict transformation**. London: Pluto Press, 2005. Cap. 3. p. 28-41.

PEGADO, Aida Maria Silvério Pinto. **Angola como Potência Regional Emergente: Análise dos Factores Estratégicos (2002-2012)**. 2014. 238 f. Tese (Doutorado) - Curso de Estudos Africanos – Política e Relações Internacionais, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.iscteul.pt/handle/10071/8446>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

PÉLISSIER, René. O Confronto Político antes de 1961. In: WHEELER, Douglas L.; PÉLISSIER, René. **História de Angola**. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2016. Cap. 7, pp. 233-248.

_____. A Revolta Armada de 1961. In: WHEELER, Douglas L.; PÉLISSIER, René. **História de Angola**. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2016b. Cap. 8, pp. 249-274.

_____. O Rescaldo Político da Revolta, 1961-70. In: WHEELER, Douglas L.; PÉLISSIER, René. **História de Angola**. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2016c. Cap. 9, pp. 275-318.

PEREIRA, Luena Nascimento Nunes. **Os Bakongo de Angola:** religião, política e parentesco num bairro de Luanda. São Paulo: Serviço de Comunicação Social, 2008. 183 p.

PIMENTA, Fernando Tavares. **Angola no Percurso de um Nacionalista:** conversas com Adolfo Maria. 2. ed. Porto: Edições Afrontamento, 2011. 339 p.

PIMENTA, Fernando Tavares. O Estado Novo português e a reforma do Estado colonial em Angola: o comportamento político das elites brancas (1961-1962). **História**, São Paulo, v. 33, n. 2, jul-dez, 2014, pp. 250-272. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/2210/221032780012.pdf>>. Acesso em 30 set 2018.

ROCHA, Edmundo. **Angola:** contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (período de 1950 a 1964). 2. ed. Lisboa: Dinalivro, 2009. 351 p.

SÁ, Ana Lúcia. **A ruralidade na narrativa angolana do século XX:** elemento de construção da Nação. Luanda: Kilombelombe, 2012.

SANGO, André de Oliveira João. **O Modelo Político Angolano:** perspectivas. 2002. 230 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

SANTOS, António Egídio Sousa. **Esboço da História Política de Angola:** como poderia silenciar-me?. Luanda: Editorial Kilombelombe, 2012.

SARAIVA, José Flávio Sombra. O árduo processo de paz em Angola: Peace-keeping, Nações Unidas e a participação do Brasil no monitoramento da paz. In: Döpcke, Wolfgang (Org.). **Crises e Reconstruções:** estudos afro-brasileiros, africanos e asiáticos. Brasília: LGE, 1998. Cap. 9, pp. 99-112.

SERRANO, Carlos Moreira Henrique. **Angola.** Nascimento de uma Nação. Um estudo sobre a construção da Identidade Nacional. Luanda: Kilombelombe, 2008. 378p.

SETAS, António. **História do Reino do Kongo - sob julgo da Cristandade e da Coroa de Portugal.** Luanda: Editorial Nzila, 2007.

SILVA, Elisete Marques. Impactos da ocupação colonial nas sociedades rurais ao sul de Angola. **Centro de Estudos Africanos**, Occasional Papers, Lisboa, n. 8, maio de 2003. Disponível em: <https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2731/1/CEA_OP_ELISETE_ANGOLA_8.pdf>. Acesso em 23 set 2018.

SILVEIRA, Maria Anabela Ferreira da. **Dos Nacionalismos à Guerra:** os movimentos de libertação angolanos - 1945/1965. 2011. 530 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2011. Disponível em: <https://www.academia.edu/9501562/Dos_nacionalismos_à_guerra._Os_movimentos_de_libertação_angolanos_-_1945_1965>. Acesso em: 13 out. 2016.

SOMERVILLE, Keith. **Angola: politics, economics and society**. Exeter: Srp Limited, 1986. 207 p.

SOUSA SANTOS, Boaventura de. **A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Editora Afrontamento, 2006.

TAVARES, Ana Paula Ribeiro. **História e Memória: estudo sobre as sociedades Lunda e Cokwe de Angola**. 342 f. Dissertação de Doutorado - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2009.

TILLY, Charles. Reflections on the History of European State-Making. In: TILLY, Charles (Org.). **The Formation of National States in Western Europe**. Princeton: Princeton University Press, 1975. Cap. 1. p. 3-83.

_____. **Coerção, capital e Estados Europeus: 990-1992**. São Paulo, Ed. USP, 1996.

UZOIGWE, Godfrey N.. Partilha europeia e conquista da África: apanhado geral. In: BOAHEN, Albert Adu. **História Geral da África, VII: África sob dominação colonial, 1880-1935**. Brasília: UNESCO, 2010. Cap. 2, pp. 21-50.

VALÉRIO, Paulo de Tarso Medeiros. **Considerações teórico-metodológicas sobre a manifestação da identidade étnica na Angola independente**. 2015. 106f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

VANSINA, Jan. A África Equatorial e Angola: as migrações e o surgimento dos primeiros Estados. In: NIANE, Djibril Tamsir. **História Geral da África, IV: África do século XII ao XVI**. Brasília: UNESCO, 2010a. Cap. 22, pp. 623-654.

_____. Os movimentos populacionais e a emergência de novas formas sociopolíticas na África. In: OGOT, Bethwell Allan. **História Geral da África, V: África do século XVI a XVIII**. Brasília: UNESCO, 2010b. Cap. 3, pp 55-90.

VIDAL, Nuno. The Angolan regime and the move to multiparty politics. In: CHABAL, Patrick; VIDAL, Nuno. **Angola: the weight of history**. London: Hurst Publishers, 2007a. Cap. 4. p. 125-174.

_____. Social Neglect and the Emergence of Civil Society. In: CHABAL, Patrick; VIDAL, Nuno. **Angola: the weight of history**. London: Hurst Publishers, 2007b. Cap. 6. p. 200-235.

WEBER, Max. El estado racional como asociación de dominio institucional con el monopolio de poder legítimo. In: _____. **Economía y Sociedad: esbozo de sociología comprensiva**. Madrid: Fondo de Cultura Económica de España, 2002. pp. 1056-1076.

WHEELER, Douglas L. Descobrimos Angola, 1926-61. In: WHEELER, Douglas L.; PÉLISISSIER, René. **História de Angola**. Lisboa: Edições Tinta-da-China, 2016. Cap. 6, pp. 193-228.

_____. Uma breve história de Angola entre 1971 e 2008. In: WHEELER, Douglas L.; PÉLISSIER, René. **História de Angola**. 6. ed. Lisboa: Tinta da China, 2016b. Cap. 12. p. 355-375.

ZOTOV, Nikolai; MALIKH, Vladislav. A revolução libertadora e suas origens. In: _____. *A África de Expressão Portuguesa: experiência de luta e de desenvolvimento*. Moscou: Progresso, 1990. Cap. 3. p. 93-173.